



Demétrios Sarantakos

Clássicos são atemporais: o estudo e revisitação dos conceitos geográficos de *terroir* e gênero de vida, para além das aulas de História do Pensamento Geográfico. O uso e concepção presentes enquanto componentes cruciais para a certificação de indicação geográfica do campo de propriedade industrial

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Geografia pelo programa de Pós-graduação em Geografia, do Departamento de Geografia e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Penna Firme Pedrosa

Rio de Janeiro,
abril de 2021



Demétrios Sarantakos

Clássicos são atemporais: o estudo e revisitação dos conceitos geográficos de *terroir* e gênero de vida, para além das aulas de História do Pensamento Geográfico. O uso e concepção presentes enquanto componentes cruciais para a certificação de indicação geográfica do campo de propriedade industrial

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Dr. Rodrigo Penna Firme Pedrosa

Orientador

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Inês Aguiar de Freitas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva

Universidade Federal do Ceará;

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2021

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Demétrios Sarantakos

Graduou-se em geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2016. Atua nas áreas de História do Pensamento Geográfico, Epistemologia, Geografia da indústria e Propriedade Industrial aplicada ao espaço.

Ficha Catalográfica

Sarantakos, Demétrios

Clássicos são atemporais: o estudo e revisitação dos conceitos geográficos de terroir e gênero de vida, para além das aulas de História do Pensamento Geográfico: o uso e concepção presentes enquanto componentes cruciais para a certificação de indicação geográfica do campo de propriedade industrial / Demétrios Sarantakos ; orientador: Rodrigo Penna Firme Pedrosa. – 2021.

198 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2021.

CDD: 910

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente A Olorum, Aos Orixás e aos meus Guias Espirituais, por toda a força, proteção, carinho e oportunidades. Sem Eles, nada disso seria possível, Saravá Meus Orixás! Muito Axé para todos nós!

Agradeço meus pais, Dionícios e Fernanda, que sempre me deram o exemplo, apoiaram e incentivaram. Também, nada teria acontecido sem eles. Minha eterna gratidão aos meus pais.

Agradeço à Paula Maria Ribeiro, Paco Munõz, Aos irmos da Tenda dos Irmãos do Oriente, agradeço toda a força, boas vibrações e ensinamentos.

Agradeço ao Professor Rodrigo Penna-Firme, amigo e orientador, por ter aceito este desafio, por toda a amizade, ânimo e ensinamentos durante este percurso. Agradeço toda a confiança, conselhos e pela oportunidade, de fazermos esta dissertação. Nada disto seria possível sem meu orientador.

Agradeço a Professora Inês Aguiar de Freitas, por todo o ensinamento, carinho, conselhos, vibrações positivas, ânimo e amizade. A Professora Maria do Carmo Ferreira, pelos conselhos, apoio, incentivo e carinho. Ao Professor João Baptista de Mello Ferreira, por todo apoio e pela oportunidade de participar de minha primeira banca de graduação. Ao Professor José Borzacchiello, pelo carinho, ensinamentos e sua simpatia. À todos meus antigos professores, que, nos ensinaram e possibilitaram chegar até aqui. Meu carinho, e minha gratidão à todos eles. Que Deus sempre Proteja e esteja com todos vocês.

Agradeço imensamente à banca de seleção do mestrado da PUC, aos Professores e Professoras do Corpo Docente. Ao Professor Álvaro Ferreira, pela oportunidade da primeira aula para a graduação, pelos ensinamentos e camaradagem.

Agradeço a Márcia Valeira Coutinho, secretária da pós-graduação em Geografia, por toda ajuda, informação, atenção e carinho.

Minha gratidão à Rita Sarantakos Denis Sarantakos, Georgina Sarantakos, Giulia Sarantakos e Macarena Arce.

Aos meus camaradas de cotidiano, pessoas muito boas que Olorum nos Presenteou, e que, sempre foram verdadeiros irmãos. Muito obrigado pela paciência e carinho Laura Gondim, Breno Mascarenhas da Costa, Renata Salgado, Pedro Maués, Newma e Henrique Maués, Pedro Souza, João Valera, Adriana,

André Taranto. Aos meus colegas de turma de mestrado e colegas de pós graduação, o futuro brilha para nós.

Agradeço à todos que me ajudaram e torceram por mim, desejando muita paz, saúde, realizações e que Deus Proteja.

À você, que está lendo, espero que nossas palavras e pensamentos de alguma forma auxiliem na construção das suas ideias, e nas visões. Ciência se constrói de maneira homeopática e constante. Meu muito obrigado pela confiança e, te desejo muito sucesso!

Que Olorum Acompanhe à todos nós.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Sarantakos, Demétrios; Penna-Firme, Rodrigo. **Clássicos são atemporais: o estudo e revisitação dos conceitos geográficos de *terroir* e gênero de vida, para além das aulas de História do Pensamento Geográfico. O uso e concepção presentes enquanto componentes cruciais para a certificação de indicação geográfica do campo de propriedade industrial.** Rio de Janeiro, 2021. 198p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O crescente campo da propriedade intelectual é uma fonte de conhecimento muito interessante para a geografia. As patentes, marcas, indicações geográficas são temáticas que permitem análises espaciais sobre a (re)organização do espaço produtivo, a geopolítica, as revoluções técnico-teóricas de nosso tempo. Na própria norma, encontramos as escalaridades e princípios de proteção dos inventos. Observando mais detalhadamente este rico campo, os certificados de indicações geográficas trazem consigo conceitos “clássicos” da geografia. Se, outrora cristalizados em nossa ciência, encontram-se revitalizados no campo da P.I., sendo cruciais para a obtenção destes certificados e para (re)dinamizar as produções “tradicionais”, como a vitivinícola. Os apreciadores e entusiastas dos vinhos são familiarizados com o vocábulo “*terroir*”, conceito geográfico medieval revivido pela normatização da indicação geográfica. Nos emprestando da tríade “fato-valor-norma” de Miguel Reale (2002, 2003), percebemos como normas criam fatos e valores que, reverberarão nas ciências também, e vice-versa, denotando uma retroalimentação nesta tríade jurídica. Num pensamento embebido em Ferdinand Braudel (1958), se, os passados formam o presente, a atualidade permite que entendamos os passados, pela apreciação de reminiscências, permanências, rugosidades e hibridizações. O mesmo é válido para a ciência, para nossos conceitos, não só adjetivos geográficos como também as ferramentas e a metodologia de análise e de entendimento dos fatores que garantem a unicidade e qualidade de uma produção específica. Feitas estas ponderações, este presente trabalho se ocupará da leitura geográfica da tríade de Reale, mais especificamente das normas que regem a indicação geográfica, entendendo a importância atual do *terroir*. Num segundo momento, “mergulharemos” no conceito de *terroir*, revisitando os séculos XVI, XVII e XVIII, onde, entendendo as temporalidades e suas cargas de passado, procuraremos apresentar as definições do conceito e, como elas modificaram a percepção espacial, da relação entre ser humano e ambiente, do imaginário e das representações ao longo destes séculos, que culminariam com a concepção hoje observável do *terroir*. Nesta viagem, teremos guias como Montaigne, Montesquieu, Rousseau que, não somente discorreram sobre o *terroir*, deram importantes contribuições para o conceito. Ao visitar o *terroir*, demonstraremos os elos entre este tesouro conceitual e outro, que também anda bem esquecido na geografia, o cristalizado gênero de vida (1911). Pelo presente, dialogando com outros campos, como o direito, observamos o vigor de nossa ciência e de nossos “clássicos” que, na nossa humilde visão, são bem vanguardistas.

Palavras-chave

Indicação geográfica; *terroir*; gênero de vida; geofatores; policronia

Abstract

Sarantakos, Demétrios; Penna-Firme, Rodrigo. **Classics are timeless: the study and revisiting of the geographical concepts of terroir and genre of life, in addition to the History of Geographic Thought classes. The use and design present as crucial components for the certification of geographical indication of the industrial property field.** Rio de Janeiro, 2021. 198p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The growing field of intellectual property is a very interesting source of knowledge for geography. Patents, trademarks, geographical indications are themes that allow spatial analysis on the (re) organization of the productive space, geopolitics, the technical-theoretical revolutions of our time. In the standard itself, we find the scalarities and principles of protection of inventions. Taking a closer look at this rich field, the certificates of geographical indications bring with them “classic” concepts of geography. If, once crystallized in our science, they are revitalized in the field of IP, being crucial for obtaining these certificates and for (re) boosting “traditional” productions, such as wine production. Wine lovers and enthusiasts are familiar with the term “*terroir*”, a medieval geographical concept revived by the standardization of geographical indication. Borrowing from Miguel Reale's “fact-value-standard” triad (2002, 2003), we see how norms create facts and values that will reverberate in the sciences as well, and vice-versa, denoting feedback in this legal triad. In a thought steeped in Ferdinand Braudel (1958), if the past forms the present, the present allows us to understand the past, through the appreciation of reminiscences, permanences, roughness and hybridization. The same is true for science, for our concepts, not only geographical adjectives but also the tools and methodology of analysis and understanding of the factors that guarantee the uniqueness and quality of a specific production. Having made these considerations, this present work will deal with the geographic reading of the Reale's triad, more specifically the rules that govern the geographical indication, understanding the current importance of the *terroir*. In a second step, we will “dive” into the concept of *terroir*, revisiting the 16th, 17th and 18th centuries, where, understanding the temporalities and their past burdens, we will try to present the definitions of the concept and, how they modified the spatial perception, of the relationship between human being and environment, imaginary and representations throughout these centuries, which would culminate in the observable conception of *terroir* today. On this trip, we will have guides like Montaigne, Montesquieu, Rousseau who, not only talked about the *terroir*, made important contributions to the concept. By revisiting the *terroir*, we will demonstrate the links between this conceptual treasure and another, which is also forgotten in geography, the crystallized *gen de vie* (1911). At present, in dialogue with other fields, such as law, we observe the vigor of our science and our “classics”, which, in our humble vision, are very *avant-garde*.

Key-words

Geographical Indications; terroir, gen de vie; geofactors; polichrony

Sumário

Introdução.....	13
-----------------	----

Capítulo I: Relendo Reale pelo olhar geográfico e geohistórico.....24

1.1 Produto e lugar, uma relação de longuíssima data.....	24
1.2 Necessidade da normatização jurídica: a concepção da indicação geográfica.....	27
1.3 A institucionalização da Propriedade Intelectual: a Conferência da União de Paris (CUP), o Acordo de Madri e a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.....	30
1.3.1 A Conferência da União de Paris e o Acordo de Madri.....	30
1.3.2 Um pequeno adendo: A criação da World Intellectual Property Organization (WIPO).....	31
1.4 O saber geográfico em simbiose com o jurídico: O Tratado de Lisboa (1958) e a Revisão de Estocolmo (1967)	31
1.4.1 <i>Genebra Act</i> (2015) a formação do Sistema Lisboa (<i>Lisbon System</i>)	33
1.5 Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do <i>GATT</i>	34
1.6 Legislações e Decretos no Brasil.....	35
1.6.1 A Lei 9.279 de 14 de março de 1996: A Lei de Propriedade Industrial (LPI).....	35
1.6.2 A Instrução Normativa Nº 095/2018, DE 28 de dezembro de 2018.....	39

Capítulo II: Redescobrimo o *terroir*: Uma viagem pela filosofia, epistemologia e pelos ideais dos séculos XVI, XVII e XVIII.....42

2.1 Um vocábulo polifacetado: a história do <i>terroir</i>	44
2.1.1 O <i>terroir</i> na literatura do século XVI: De Rabelais e a Plêiade até os escritos médicos.....	44
2.1.2 Uma breve apresentação de François Rabelais.....	44

2.2 - As concepções de <i>terroir</i> no século XVI, as representações, imaginários e as exaltações à “ <i>noble</i> ” França.....	46
2.3- A contribuição da ciência médica ao <i>terroir</i>	49
2.4- Montaigne, Bodin e o <i>terroir</i> : concepções e releituras do determinismo climático da antiguidade clássica.....	54
2.4.1 O <i>terroir</i> nos escritos de Montaigne.....	54
2.4.2 O <i>terroir</i> em Bodin.....	60
2.5- O século XVII: da genialidade de Olivier De Serres ao “ <i>virus terrenum</i> ”	61
2.5.1- As vanguardistas concepções de <i>terroir</i> em Olivier De Serres, o patrono da agricultura francesa.....	61
2.6- O <i>terroir</i> como adjetivo pejorativo e a valoração da pureza: uma nova fase da relação ser humano natureza.....	69
2.6.1 Os projetos da <i>Académie Françoise</i>	69
2.6.2 A pureza comportamental e linguística: uma démarche pela erradicação das “influências” do <i>terroir</i>	72
2.7- A natureza “aos pés” do rei, Versailles e os <i>jardins du roi</i>	76
2.8-As discussões sobre a linguagem, o determinismo ambiental e a revalorização do conceito e adjetivo <i>terroir</i>	80
2.9- O século XVIII: o <i>terroir</i> por Du Bos, o determinismo em Montesquieu, a “revalorização do campo” de Rousseau e a nova importância da terra, a “agricultura teórica” dos fisiocratas.....	84
2.9.1 Montesquieu e o determinismo.....	88
2.9.2 O <i>terroir</i> de Rousseau.....	91
2.9.3 <i>société d’agriculture</i> e os fisiocratas e a geografia regional das produções.....	98

Capítulo III: <i>Terroir</i> e o gênero de vida: em busca de elos perdidos	103
3.1 Geofatores e geovariáveis: as forças formadoras e modeladoras do <i>terroir</i>	103

3.2- Os embriões do gênero de vida (1911) e a relação natureza e ser humano na formação contínua do <i>terroir</i> : um conceito aliado da geografia histórica e da cultural.....	107
3.3- Gênero de Vida e <i>Terroir</i> : um tesouro geográfico.....	113

Capítulo IV: Por uma apreciação do terroir da serra gaúcha.....

4.1 O geofator climático e suas geovariáveis.....	123
4.1.1 A geovariável temperatura.....	123
4.1.2 A geovariável pluviométrica.....	124
4.2 Geofator geológico.....	125
4.2.1 A geovariável relevo.....	126
4.3 Geofator Hidrografia.....	127
4.4 Geofator pedológico: O Solo, a estrela do <i>terroir</i> nos séculos XVI e XVIII.....	129
4.5 Geovariável incidência solar, geofator posicional.....	133
4.6 O geofator biótico: a geovariável vegetação.....	134
4.7 A formação histórica do conjunto espaço-social da Serra Gaúcha e do Vale dos Vinhedos.....	135
4.7.1 A chegada dos italianos e seu assentamento na Serra Gaúcha.....	136
4.8 O Gênero de Vida do Imigrante, e a “relação” com o novo ambiente.....	139
4.8.1 As diferenças internas na Região da Serra Gaúcha: entendendo a formação da Região do Vale dos Vinhedos.....	144
4.8.2 Os Anos 1980: a crise setorial.....	149
4.9 A denominação de Origem e a reestruturação noventista: A revitalização dos gêneros de vida regionais aplicados no espaço, consolidando o <i>terroir</i> como riqueza e revolução técnico-econômica.....	153

Conclusão.....

Bibliografia

Referências mapas e figuras.....	169
----------------------------------	-----

Livros, artigos e internet.....	174
---------------------------------	-----

Lista de Figuras

Figura 1: Mármore na Ilha de Paros, Grécia (Fotografia).....	25
Figura 2: Mapa <i>Silk Road</i> (Mapa ilustrado)	27
Figura 3: Capa da Alvará de Instituição de Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756 (Fotografia).....	28
Figura 4: Vinho Merlot com Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (Fotografia).....	37
Figura 5: Representação gráfica da “Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos” (Fotografia).....	37
Figura 6: “Cerveja “Itaipava” (Fotografia).....	38
Figura 7: Estratigrafia destacando o <i>marne argileuse</i> (Fotografia).....	90
Figura 8: “Processo de chaptalização” (Fotografia).....	96
Figura 9: “Carte <i>gastronomique de La France</i> ” de Jean François Toucarty, 1809 (Carta Geográfica ilustrada).....	100
Figura 10: Recorte da “Carte <i>gastronomique de La France</i> ” de Jean François Toucarty, 1809 (Carta Geográfica ilustrada).....	101
Figura 11: paisagem do <i>terroir</i> da AOC Sanserre, <i>vallée de la Loire</i> , França (Fotografia).....	112
Figura 12: Mapa destacando o Diagrama de Venn regional (Mapa).....	120
Figura 13: Limites espaciais da Região do Vale dos Vinhedos (Mapa)....	121
Figura 14: Plantação de uvas em Bento Gonçalves (Fotografia).....	122
Figura 15: Paisagem do <i>Terroir</i> de Bento Gonçalves (Fotografia).....	122
Figura 16: Paisagem no Vale dos Vinhedos (Fotografia).....	127
Figura 17: Panorama do relevo regional (Fotografia).....	128
Figura 18: Ferradura do Rio das Antas (Fotografia).....	129

Figura 19 – Mapa proveniente da adaptação ilustrativa do Mapa em escala 1:10.000 de Flores <i>et. Al</i> , 2012 (Mapa pedológico).....	131
Figura 20: Monumento em bronze de Gustavo Nackle Neffa (2005) (Fotografia).....	138
Figura 21: Trem de ferro na estação ferroviária de Bento Gonçalves (Fotografia).....	143
Figura 22: Sede da Cooperativa Aurora (Fotografia).....	146
Figura 23: Brasão da Cidade de Bento Gonçalves (Fotografia).....	147
Figura 24: Pipa Pórtico de Bento Gonçalves (Fotografia).....	151
Figura 25: “La Fontana” (Fotografia).....	151
Figura 26: Cantina Strapazzon (Fotografia).....	152
Figura 27: Interior de uma cantina em Bento Gonçalves (Fotografia)....	153

Siglas

AOC- *Appellation d'origine contrôlée*

APROVALE- Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos

D.O.- Denominação de Origem

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GATT- *General Agreement on Tariffs and Trade*

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

I.G.- Indicação Geográfica

INPI- Instituto Nacional da Propriedade Industrial ...

I.P.Indicação de Procedência

LPI- Lei de Propriedade Industrial “Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996”

OMC- Organização Mundial do Comércio

OMPI- Organização Mundial de Propriedade Intelectual

P.I.-Propriedade industrial

WIPO- *World Intellectual Property Organization*

WTO- *World Trade Organization*

*“The more we think we know about
The greater the unknown”
Mystic Rhythms, Rush, 1985*

INTRODUÇÃO

O complexo (e em constante modificação e ampliação de sua concepção) conceito de mundialização, abordado por Kostas Axelos (1969) e também por tantos outros autores, dentre suas muitas facetas e campos analíticos, possibilita que observemos a crescente oferta e em curto espaço de tempo, de produtos importados.

Não mais somente em lojas especializadas, como *delicatessens* ou *free shops*, também em supermercados e em lojas cotidianas, locais onde as pessoas consomem de produtos de diversos tipos.

Fenômeno de nossa era? Dos tempos modernos? Sim e não. Permitam que nos expliquemos, partindo de uma análise pautada na idade antiga, encontramos registros da Rota da Seda, da busca por produtos “importados”. Desde a Grécia antiga, havia comércio externo, ou a compra e venda de produtos para outros impérios e de outros locais.

Com relação aos dias atuais, obviamente há uma enorme diferença na velocidade das trocas, quantidades, montantes, formas de pagamento e, claramente da cesta de produtos oferecidos, ampliada ao longo do tempo e avanço da técnica. Corroboram Santos (1978, 1996) e Max Sorre (1952), ao explicar que na evolução da ciência e da técnica, aplicadas aos setores econômicos, se obtém uma maior produção e, também um encurtamento das distâncias, visto no aumento da velocidade dos meios de transporte, como navios e aviões.

Assim, nos emprestando dos apontamentos de Milton Santos (1996) que anteviu as questões relacionadas à aceleração do tempo e a diminuição das distâncias, indutivamente percebemos como a técnica alterou a nossa percepção do tempo e da, das distâncias e, a desconstrução das noções de “hierarquia” de escalas geográficas.

Ditas estas palavras iniciais, voltemos nossa atenção para os supracitados produtos. Dispostos nas gôndolas do mercado mais próximo, nos chama a atenção alguns, específicos, que recebem selos de indicação geográfica, ou seja, certificações que garantem que tal bem tenha sido produzido em um determinado local ou que tal local tenha tradição na fabricação do mesmo.

Possivelmente camarada leitor e leitora, que, você já tenha tido algum tipo de contato, observado ou adquirido algum produto com tal selo, com a certificação

de indicação geográfica, seja ela na modalidade de “denominação de origem” (D.O.) ou “indicação de procedência” (I.P).

Se foi um vinho então, o vocábulo *terroir*, pode te ser familiar, mesmo que em seu uso mais atrelado ao senso comum, como diferenciador, qualificador, visto nas propriedades físico-químicas, como o sabor único de um vinho (TONIETTO, 2007).

Num mergulho mais profundo, já adentrando o conceito de indicação geográfica, residente no arcabouço do direito, mais precisamente da propriedade industrial, autores têm observado na certificação uma grande capacidade de preservação de parcelas espaciais contra a homogeneização produtiva, como apontam direta e indiretamente Vaudour (2001 b.) Barham (2003), Deffontaines (2005), Prévost (2011), entre outros. Sendo então ferramentas para um desenvolvimento pautado nas especificidades (historicamente construídas) do conjunto local “ser humano e ambiente”.

Por um outro viés analítico, mais atrelado à economia, o do consumo, afirmam Vakrou e Skuras que compradores tem tendência a adquirir produtos certificados, pois refletem e simbolizam valores culturais, espaciais.

Numa rápida analogia, nos lembramos dos pertinentes escritos de Carl Gustav Jung, mais precisamente em “O Homem e seus Símbolos” (1964). Ao apresentar uma fotografia de uma propaganda da marca (conceito de propriedade industrial) alemã “Volkswagen”, onde o símbolo era criado por um mosaico de carrinhos de brinquedo, o autor pondera que

“Os carrinhos miniatura que, neste anúncio, formam o emblema da Volkswagen podem “detonar” no espírito do leitor recordações inconscientes de sua infância. Se forem lembranças agradáveis, o prazer estará associado (inconscientemente) ao produto e à marca” (JUNG, 1964, p. 36).

Portanto há uma ligação entre símbolos, nomes, marcas, produtos e lugares. Assim, afirmamos de antemão que um produto local, com certificação, é um geossímbolo, no sentido exposto por Cosgrove (1992). O bem de consumo é atrelado e reflete diretamente sua parcela de espaço originária, sendo assim, nos lembramos de Olwig (2003) e os brezais da Dinamarca.

Se, por muitos séculos eram estes ambientes eram tratados como algo negativo, como atraso ao “desenvolvimento”, com a mudança de valores e da consciência de parcelas da população e dos governantes passou à ser um símbolo

do País. O mesmo pode se inferir sobre “produções tradicionais” do *terroir*. Símbolos de unicidade que, ao abordarmos por este prisma jungano, dão noção de pertencimento ou aproximação à uma determinada parcela espacial, da qual podem ser, estes consumidores, originários ou não (VAKROU *et. SKURAS*, 2002).

Barham (2003) observa no potencial de consumo diferenciado, atrelado diretamente à uma determinada parcela espacial, a formação de um complexo sistema de sustentabilidade espacial, que protege não só o território, também cultura e tradição, técnica, história e cria novas possibilidades para o presente e o futuro.

Apesar dos certificados e do conceito jurídico ter “geográfica” em seu nome, qual a importância e dos mesmos para a geografia? Qual a relevância do estudo destas normas? Boa questão, que em nossa visão, permite que por uma breve análise deste conceito, sua decomposição, encontrar conceitos como o *terroir* e o gênero de vida vidaliano (1911), que se encontram cristalizados no campo da História do Pensamento Geográfico, com a etiqueta, de certo modo pejorativa, de “clássico”.

Etiqueta cristalizadora que, de alguma maneira, limita o uso dos conceitos dentro de revisões atreladas ao passado de nossa ciência. Obras muito bem elaboradas, de qualidade indiscutível, mas, reduzidas apenas ao estudo do passado.

A indicação geográfica, como objeto de estudo, nos possibilita um olhar geográfico. Com o qual analisamos as “normas” e o jurídico como (re) diagramador do espaço e, o geográfico e social como fonte de alimentação das leis.

Discorremos que, ao “fatorarmos” a certificação, surgem o *terroir* e o gênero de vida, conceitos geográficos emanados de um passado, atuantes e reverberantes diretamente no presente, na atualidade. Portanto, nos lembrando de Hartshorne (1939, p. 1), temos que apreciar o pensamento presente, procurando também um estudo pela “luz do passado” ou, dos passados. Considerando nossa abordagem Braudeliana (1958) sobre o tempo e as cargas temporais.

Pensamos que, não somente clássicos, estes conceitos são vanguardistas e, como são parte componente da indicação geográfica, trazem a relevância do estudo de geografia para além de nossa ciência, para outras áreas do conhecimento humano.

Desta maneira, enquanto conceito embasador da indicação geográfica, pretendemos revisitar e (re)descobrir o *terroir* dialogando com a atualidade e com sua conceituação ao longo dos tempos, entendendo seu potencial atual, enquanto conceito geográfico.

Com intuito de ter mais organização em nossos pensamentos e, para alcançarmos êxito nesta démarche, proporemos a decomposição da indicação geográfica, na condição de “norma”, onde, pelo uso do direito, pegaremos emprestada a tríade “fato-valor-norma” elaborada por Reale (2002, 2003).

Se, a indicação geográfica é a “norma”, a legislação, precisaremos entender como ela surge, de onde ela vem. O “valor”, é uma construção temporal social, sendo que, emana de tempos pretéritos (tradições, permanências e resgates) ou em atuais, como uma ruptura, ou como mudança. Pode ser, com finalidade geográfica, cultural, ético, filosófico, diz muito acerca da sociedade que trabalhamos, num determinado tempo.

Observamos que o “valor”, pode ser observado nas práticas sociais, praticas espaciais, na economia, ou na associação de diferentes campos, como exemplificam Vakrou e Skuras (2002) e a preferência dos consumidores. Barham (2003) encontra este elemento triádico também nas questões de sustentabilidade, independente da “vertente” abordada. Em síntese, geografando Reale (2002, 2003) o “valor” contribui diretamente para a construção e revogação de “normas” de acordo com o pensamento de determinada sociedade, num determinado tempo.

O “fato”, nesta dissertação, é totalmente geográfico, pois o produto certificado é um geossímbolo da parcela espacial, embasados mais uma vez do conceito proposto por Dennis Cosgrove (2012). Tal produto, tem esta representação de seu espaço por apresentar características qualitativas únicas que, advém do *terroir* físico e humano em ação conjunta, com intensidades e períodos de duração diferentes, concomitância ou não.

Quando dizemos *terroir* humano, arcabouço conceitual que tange às práticas culturais, encontramos o gênero de vida, que, ao nosso ver carrega temporalidades distintas em sua evolução, portanto não é cristalizado, sim uma fotografia de “tipo e aspecto”, nos utilizando da terminologia da Revista Brasileira de Geografia (RBG) (1939) num determinado tempo. Num breve comentário, o vocábulo evolução, não deve ser lido com maniqueísmo, para nosso caso, pensamos em mudança, em uma modificação uma adaptação técnica, cultural que carrega permanências (VIDAL DE LA BLACHE, 1902 a.; BRAUDEL, 1958), rugosidades (SANTOS, 1978).

Portanto, de maneira mais sintética, traços de tempos pretéritos, vistos no tempo presente. Na tradição direta ou que, podem também ter sido adaptados aos

tempos posteriores aos seus, numa hibridização ou num processo que, chamaremos de *retro-fit*, conceito que advindo da geografia urbana e da arquitetura e urbanismo.

Esta dissertação, além da redescoberta do conceito de *terroir*, pela análise da indicação geográfica e da história sobre este conceito, se encarregará de expor uma revitalização do gênero de vida, “retrazido” à luz dos dias atuais pelas certificações jurídicas.

Desta maneira, objetivamos também a buscar um melhor entendimento acerca dos elos epistemológicos que ligam estes conceitos geográficos.

Para cumprir exitoso nosso intento, proporemos uma questão mestra que, será diretamente ligada a outras duas. “*Como o conceito de terroir foi abordado ao longo dos tempos?*”. Por esta indagação, revisitaremos os séculos XVI, XVIII e XVIII na França, onde, grandes pensadores contribuíram para a ampliação do pensamento ocidental e consequentemente do geográfico.

Dissertando também sobre epistemologia e história do pensamento geográfico, e o uso atual de “formas” ou releituras de conceitos “clássicos” em outras áreas do conhecimento humano, como na propriedade industrial, na indicação geográfica, gostaríamos de elucidar “*quais são os elos entre o terroir e o gênero de vida?*” Observando a importância do conceito vidaliano (1911) nos tempos modernos e, por consequência, entender a atemporalidade dos conceitos geográficos.

Com intuito de entender a relação ser-humano e meio, numa visão diacrônica, procuraremos trabalhar com a formação contínua e retroalimentada do conjunto espaço-social-temporal, onde, traços de temporalidades pretéritas, reverberam e compõem o complexo supracitado no tempo presente, na realidade atual, inquirimos “*seria o conceito de terroir como uma espacialização, uma representação espacial do gênero de vida?*” Para isto, lançaremos mão do conceito de policronia, observável no espaço e na sociedade, que contribuiria, em nossa humilde visão, para uma melhor leitura dos conceitos “clássicos”.

Com proposição de melhor exposição de nossas ideias e leituras, cada uma destas questões terá um capítulo específico, que dialogará diretamente com outros para que possamos ter um melhor diálogo.

O capítulo I, abordaremos a temática da propriedade industrial, analisando os Tratados, Acordos e Leis internacionais da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO, 1883, 1958) e da Organização Mundial do Comércio (WTO,

1994). Se faz crucial também a observação dos artigos, em âmbito nacional, que dispõem sobre indicação geográfica na Lei de Propriedade Industrial (LPI, 1996). Com este entendimento jurídico, procuraremos observar elementos da tríade de Reale (2002, 2003) em ação no espaço e na sociedade. Mais especificamente o “fato” e a “norma” como ordenadores e possibilitadores de novos fenômenos e fatos geográficos.

O capítulo II tratará de uma revisitação teórico epistemológica. Abordando a história do pensamento geográfico, pelo prisma do *terroir*, que se confunde com outros conceitos chave e com a história da natureza no ocidente, com o pensamento sobre o humano e o natural.

Apresentando suas concepções atuais, mergulharemos nos séculos XVI, XVII e XVIII franceses para observar e entender as bases remissivas deste conceito no presente. Será como uma viagem pela história do pensamento geográfico, mais especificamente num momento de pré-institucionalização de nossa ciência.

Antecipamos que é um estudo de passagens da própria relação entre “ser humano e natureza”. Por ser um capítulo de revisão teórica e epistemológica, as narrativas e observações de outros autores contribuem diretamente para que embasemos e demonstremos nossas análises. Abrimos então, um pequeno parêntese. Utilizaremos de obras escritas em língua estrangeira (francês e inglês) e, para que se mantenha o sentido original da análise de autores em que nos basearemos, decidimos por não fazer a tradução para o português, evitando gerar quaisquer tipos de ambiguidade.

Já no capítulo III, trataremos de estudar o gênero de vida, por um enfoque espaço temporal braudeliano (1958), para tanto, lançaremos mão dos conceitos de geofatores do *terroir* e policronia. Ferramentas que nos auxiliarão no entendimento das ligações entre *terroir* e gênero de vida.

Brindando a dissertação, o capítulo IV é um trabalho de campo na região do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, onde poderemos estudar a junção de *terroir*, gênero de vida e dos conceitos jurídicos da indicação geográfica em ação no espaço e na sociedade. Focaremos na apreciação e estudo dos geofatores e geovariáveis físicas até a história regional, que nos trouxe até a primeira indicação de procedência e, posteriormente à primeira denominação de origem brasileiras.

METODOLOGIA

Para uma exposição mais inteligível e lógica, tendo em mente a objetividade de nossa dissertação, se faz necessário discorrer sobre os métodos e ferramentas metodológicas que utilizaremos para cumprir nossas proposições teóricas e empíricas.

Nesta dissertação, a transcrição científica dos raciocínios e dos procedimentos intelectuais utilizados para produção de conhecimentos, advindos da investigação da realidade ou de parcelas da mesma, nos exigiu a observação dos conjuntos espaço-sociais em tempos passados e sua diagramação no presente, na atualidade.

Apontamos a atuação retroalimentada e sincrônica do espaço, do ser humano e as reminiscências temporais, vistas em outros pares ordenados espaço-sociais que, por sua vez trazem consigo outros advindos de tempos pretéritos aos seus. Minayo corrobora nossa visão ao analisar a “carga histórica” que a realidade apresenta. (1994, p. 23)

Portanto, encontramos na revisão bibliográfica e na pesquisa documental, onde também será observação dos símbolos e signos, as peças chaves para este quebra-cabeças por nós proposto.

Como nos propusemos a analisar o *terroir*, a geohistória e os fatores que levaram a obtenção da certificação de indicação geográfica para os vinhos produzidos no Vale dos Vinhedos, na Serra Gaúcha, esta pesquisa também será um estudo de caso.

Pela utilização das teorias e abordagens de Vidal de La Blache (1902, 1911, 1922), Ferdinand Braudel (1958), Darby (2002), Baker (2002), Santos (1978; 1996), J. P Deffontaines (2005), Rieutort (2012), associadas a leitura das normas das I.G’S propostas pela World International Property Organization (WIPO), World Trade Organization (WTO), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e, autores da propriedade industrial, mais precisamente, da indicação geográfica, pretendemos montar o quadro do *terroir*, enquanto estrutura espacial e conceito geográfico.

Areladas ao uso e apreciação de ilustrações, figuras, mapas e de fotos, parte muito importante para auxiliar e complementar as pesquisas bibliográficas, contribuindo para a montagem de um quadro espaço-social, representação do

estudo de caso e que, permitirá termos numa visão mais abrangente, um trabalho de campo (Capítulo IV).

O MÉTODO

“*Methodos* significa uma investigação que segue um modo ou uma maneira planejada e determinada para conhecer alguma coisa; procedimento racional para o conhecimento seguindo um percurso fixado” (CHAUÍ, 1994, p.354).

Nossa pesquisa não utiliza somente uma estrada para chegar ao objetivo, não apenas uma trilha que nos proporcionará a execução que esperamos realizar com esta dissertação. Por motivos da vasta gama de conceitos que estamos abordando, inclusive jurídicos, julgamos necessário utilizar orientações variadas que, nos conduzirão a uma visão conceitual geográfica do *terroir*, e de seus elos com as formações e diagramações sociais que o produziram.

Dividimos então, nosso método e assim explicamos nosso raciocínio: Ao analisarmos do “produto” e do *terroir* (parcela espacial) até a “norma” e o conceito geográfico, embasados em Francis Bacon (1561-1626) utilizaremos o método indutivo, ou seja, das particularidades, como o resultado material do *terroir*, visto no vinho, chegaremos em premissas gerais que, permitirão a observação do conceito enquanto ferramenta de apreciação, análise e explicação e, entendimento das legislações sobre indicação geográfica.

Assim, pela indução, basear-nos-emos na diferenciação espacial por questões de geofatores e geovariáveis, na unicidade por fatores ambientais e humanos, característica do *terroir* (parcela espacial), materializada e representada no vinho e, que compõe o conceito geográfico. Em síntese, partindo de premissas particulares, como o resultado material do *terroir*, o produto, chegaremos em premissas gerais que, permitirão a observação do conceito enquanto ferramenta de apreciação, análise e explicação.

Da “norma” e do conceito à parcela espacial e ao produto, embasados em Renê Descartes, pegaremos emprestado o método dedutivo, que também nos será de grande valia. Assim, basearemos principalmente na regra da análise, e na regra da síntese, visto que revisitamos partes, concepções e componentes de um conceito, e, portanto, ele tem de ser de certo modo sintético e abrangente e, visamos as particularidades.

Para nossa dissertação, apesar de não necessária para a descrição de fatos e fenômenos, com o lembrem Barros e Lehfeld (2014), a dedução possibilita que entendamos, apreciemos e aprofundemos nas especificidades e particularidades contidas no conceito e protegidas pela lei (DESCARTES, 1637; CERVO, BERVIAN *et. DA SILVA*, 2007).

MÉTODO DE PROCEDIMENTO

No que tange os métodos de procedimento, Marconi e Lakatos observa que

“Os métodos de procedimentos seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangente, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão limitados a domínio particular” (MARCONI *et. LAKATOS*, 2001, p.106)

Para nossa dissertação proporemos a releitura e (re)utilização do método de Paul Vidal de La Blache (1922). Ao nos utilizarmos dele, visamos demonstrar a vanguarda e a atualidade teórico metodológica das escolas de geografia tradicionais, as quais genialmente Morais apontou que, herdaram traços das geografias propostas por Humboldt e Ritter (MORAIS, 2000, p. 17).

Assim, o método vidaliano será desmembrado em método histórico. Investigando os geofatores ambientais e humanos, buscando no passado, os processos e fenômenos que, contribuíram para a formação do *terroir*, entendendo ambiente e o “trabalho secular dos homens” (VIDAL DE LA BLACHE, 1922). Também no que diz respeito a análise das permanências (VIDAL DE LA BLACHE, 1902 a.).

O diálogo com a história é reforçado pelo método analítico de Darby (2002) que, busca nas paisagens do *terroir* explicações diacrônicas (DARBY, 2002; BAKER, 2002). Recordamos do conceito de Milton Santos, “rugosidades”, que nos terão grande valia para entender a sincronia de temporalidades e de tempos diferentes (SANTOS, 1978).

Dialogando com a geohistória, presente aqui pelo método histórico, abordaremos a visão Braudeliana sobre a duração e a intensidade dos fenômenos, que modelam o espaço e o diferenciam, de maneira que melhor entenderemos as hibridizações sociais e o *terroir* (BRAUDEL, 1958).

No método monográfico, parte integrante do método Vidaliano (1922), no qual percebemos diretamente na obra “Princípios de Geografia Humana” que fomentou a geografia regional francesa. Em nosso caso, estudando a Região do Vale dos Vinhedos, concentraremos na empiria, que, ajudara a entender o terroir enquanto conceito e, auxiliará a entender sua vida própria. Abrangendo o conjunto de geofatores, pretendemos entender a diagramação atual e a unicidade irreplicável de um terroir.

Mais uma vez, lançaremos mão dos conceitos de paisagem (DARBY, 2002) e região vidaliana (1903), onde entendendo o gênero de vida e como se especializa, buscaremos as conexões e elos entre gênero de vida e *terroir*. Assim, entenderemos a policronia no espaço. Onde, a “norma” jurídica, generalista, servirá de base para estudo de um caso que, por semelhanças e também passivo de certificados.

Não menos importante, do desmembramento do Método Vidaliano (1886, 1903, 1922), a descrição como forma de imersão espacial, onde ampliando símbolos, signos e geossímbolos, definidos por Cosgrove (1993;2012) nos apontarão juntamente com os geofatores e suas descrições detalhadas, os por quês referentes ao estado diagramático atual.

CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Vergara (2010) classificamos esta dissertação, quanto as finalidades e, quanto os meios. Sendo assim, quanto aos fins, ela é exploratória, visto que procura dialogar sobre um assunto e, sobre um conceito dos quais, há pouca abordagem pela geografia no Brasil.

Descritiva, por analisar um fenômeno, um fato que, nos remonta e nos transporta a um conjunto de conceitos interdependentes que devem, por consequência de nossa exploração, ser descrito e sintetizado.

Já quanto aos meios, ela é considerada documental, por embasamento em normas e legislações, ou seja, documentos oficiais. Bibliográfica, pois, através dos diálogos com os autores, alguns deles supracitados, e com a obra dos mesmos, teremos condições de discorrer melhor e com mais substancia acerca dos temas propostos, e objetivos traçados

Observamos que, a dissertação é uma pesquisa *Ex post facto*, visto que o fato, perceptível pela análise da tríade jurídica, já foi transformado em norma, ao mesmo tempo, deste fato e dos fenômenos ambientais e humanos passados,

percebemos as lacunas, as quais pretendemos conectar, sintetizando o *terroir*. Também, se qualifica como um estudo de caso, pois abordaremos a ação das geovariáveis (que explicaremos mais à frente) na criação do *terroir* do Vale dos Vinhedos.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Jakobsen (2009), nosso trabalho é qualitativo, visto que, não utilizaremos de dados numéricos para analisar nosso objeto. A observação de um fenômeno social e espacial, advindo e possibilitador da criação de “normas” e, que nos leva diretamente e indiretamente ao *terroir*.

Cabe observar que pode ser classificada como "pesquisa acadêmica" pois, “tem por motivação a descoberta de fenômenos empíricos importantes, que possam avançar o conhecimento em determinado campo” (SCHWARTZMAN, (2020) [1979], p. 1).

E também, em partes, uma “pesquisa básica”, nas palavras de Schwartzman (1979), pois “acumula conhecimentos e informações que podem eventualmente levar a resultados acadêmicos ou aplicados importantes, mas sem fazê-lo diretamente” (SCHWARTZMAN, (2020) [1979], p. 1).

CAPÍTULO I: RELENDO REALE PELO OLHAR GEOGRÁFICO E GEOHISTÓRICO

1.1 Produto e lugar, uma relação de longuíssima data

Séculos antes da institucionalização da geografia enquanto ciência, o arcabouço dos “saberes geográficos populares” já continha o uso de nomes de locais como fatores de localização espacial. O que é pouco discutido é o uso de toponímias como “adjetivos geográficos”, qualificadores e atestadores de determinada característica ou qualidade de um determinado produto, diferenciando-o dos demais concorrentes.

As práticas comerciais e a geografia, antigas aliadas, se beneficiaram mutuamente destes adjetivos. Se, os comerciantes e feirantes poderiam ter produtos exclusivos vendidos a preços diferentes, explorando o “imaginário popular geográfico” acerca de uma região, temos certeza que a geografia muito avançou com os relatos, mapas, rotas e descrições regionais de navegantes, mercadores e dos integrantes de caravanas que exploravam rotas comerciais.

Sobre o uso de nomes regionais, Gragnani (2012), observa que “textos antigos já traziam descrições de produtos geograficamente localizados” e que estas eram utilizadas para identificar e criar uma “imagem regional” da população local.

Mergulhando mais profundamente na história, Bertozzi (1995) e Valente et. Al. (2012), nos transportam ao século IV a. C., na Grécia, onde certos produtos já carregavam o nome do seu local de produção, com é o caso do vinho de Corinto, ou o mármore de Paros.



Figura 1: Mármore na Ilha de Paros, Grécia.

Explicamos, se o mármore era de Paros, tanto poder-se-ia ter uma noção da morfologia e da geologia locais, quanto da localização da ilha, que então atestaria a qualidade deste mármore. Desta maneira, afirmamos que os produtos locais eram uma forma de mapeamento, e, também uma forma de adjetivo, que qualificava um produto como superior, por tratar-se de algo vindo de uma localização específica (BERTOZZI, 1995).

Sob a ótica da Geografia Histórica, recordamos da supracitada afirmação de Gragnani (2012) sobre a utilização de toponímias como qualificadores de produtos. Nos permitindo entender como as regiões e os mercados de tempos pretéritos já selecionavam produtos por qualidades geográficas.

Caminhando um pouco no tempo histórico e, reforçando a ideia de que a relação entre produto e origem é antiga, encontramos em Livros Sagrados, como a Bíblia, referências de “determinadas características especiais atreladas diretamente à sua origem” (INPI, 2020).

As referências aos especiais “vinho de Carmelo”, “vinho de Samaria” e, o “vinho de Jezreel” (BÍBLIA, 2008). Com o perdão do trocadilho, seriam especiais? Ou poderíamos dizer espaciais? Esta é mais uma demonstração da origem como adjetivo e como construção e representação do imaginário sobre uma região ou área.

Num contexto mais próximo da história brasileira, as grandes navegações, justificadas pelos europeus “descobridores”, também sob o pretexto da obtenção de

especiarias, trariam mais uma vez a questão do produto, este exótico, valorado pelo e seu local de origem e pelo imaginário que transmitia atrelado à geografia. Se observarmos, o próprio substantivo “especiaria” já diz respeito à sua característica diferente, exótica.

Neste momento da leitura, pode vir os questionamentos “que qualidades geográficas”? “O que seriam qualidades geográficas”? Encontramos as respostas na leitura de Kakuta *et al.* (2006), autores que sintetizaram esta qualidade como características únicas e irreprodutíveis, advindas de fatores físicos (clima, solo, relevo) e humanos (tradição, técnica) próprios das localidades (KAKUTA *et al.* 2006). Portanto, geográficas.

Ao analisarmos que estas peculiaridades são obtidas por fatores geográficos, ou melhor dizendo geofatores e suas geovariáveis (que trataremos melhor nos capítulos III e IV), também poderemos entender melhor a terminologia “adjetivo geográfico”, como uma forma de facilitar nosso diálogo e, sermos mais precisos ao nos referir ao produto, que, se configurava então como expoente de uma localidade e, já exacerbava ou transmitiam uma conotação da identidade localista/regional, um verdadeiro geossímbolo, como conceitualizou Dennis Cosgrove (2012).

Podemos também, corroborar a hipótese que os produtos geograficamente adjetivados eram reais *landmarks*, ou, pontos de georreferência para os habitantes dos séculos e milênios passados.

Pensemos no deslocamento de caravanas e de comerciantes em busca dos produtos específicos, movimentando a economia de cidades, permitindo trocas culturais, e a própria (re)diagramação dos espaços, com nascimento de novas vilarejos, vilas e cidades. O sal marinho, por exemplo, foi um produto que, durante séculos teve esta importância, como relembra Vidal de La Blache (1902 b.), ao relatar e descrever o caso da formação regional da Francônia.



Figura 2 – Mapa *Silk Road* Fonte: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology.

Por este mapa, exemplificamos a localização de cidades atrelada aos produtos locais, Vidal (1902 b.), observou que poderiam as necessidades específicas das cidades possibilitar em seus arredores surgimento de produções agrícolas, ou exploração de recursos minerais. Assim, pelo mapa da rota da seda, seria possível pensar que algumas destas cidades podem ter surgido e se desenvolvido em virtude do comércio e do deslocamento de caravanas comerciais. Sendo os produtos locais fatores de atração e consequentemente, marcos espaciais, símbolos representativos do lugar, reais *landmarks* e geossímbolos.

1.2-Necessidade da normatização jurídica: a concepção da indicação geográfica

A elevada procura por estes produtos, a fama e o valor monetário atrelado aos mesmos, proporcionou práticas desleais que hoje são bem conhecidas dos consumidores em geral, a utilização indevida da localização e da origem que, fazia frente aos produtos originais. Pensemos, num exemplo, um vinho poderia “se passar” por outro. Assim, as falsificações pelo uso indevido de toponímias davam seus primeiros passos (INPI, 2020).

Na medida em que as falsificações cresciam, e as técnicas ficavam mais elaboradas, estratégias de controle e combate as falsificações foram criadas e postas

em prática por países e associações de nações. Estava em germinação o embrião do que hoje conhecemos como Indicação Geográfica.

Oficialmente, nos decretos portugueses de meados do século XVIII, encontram-se as primeiras intervenções estatais vistas, tanto em Portugal quanto no Brasil, na época território ultramarino português. Tais medidas e normas visaram a proteção de um produto local, o vinho do “Porto”, muito procurado e apreciado na Inglaterra e na Europa continental (SOUSA, 2003).

Datado de 1756, o Alvará de Instituição de Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto D’ouro, criado pelo Marquês de Pombal, viria à ser uma, senão a primeira experiência, territorial e jurídica, do uso de certificados de origem controlada e indicação geográfica. Portanto, se considera a primeira denominação de origem dos lusitanos (SOUSA, 2003). O autor explica que

“Em 1756, no âmbito da política pombalina de fomento econômico e reorganização comercial do país, de inspiração mercantilista, assente na formação de várias companhias monopolistas e privilegiadas, foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, destinada a garantir e promover, de forma articulada, a produção e comercialização dos vinhos do Alto D’ouro e a limitar o predomínio e mesmo o controle desta atividade econômica pelos ingleses” (SOUSA, 2003, p. 9).



Figura 3- Capa da Alvará de Instituição de Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756.

Esta intervenção do Estado Português, visava proteger os produtores locais da concorrência desleal e, dos produtos falsos, que diziam se passar por “Porto” (INPI, 2020).

Juntamente, analisamos a reorganização espaço-produtiva portuguesa, se pensarmos em história econômica, adoção e ampliação de práticas de mercado, como o mercantilismo, o protecionismo estatal da economia e também do território, citado por Souza (2003).

A leitura deste autor (2003) permite que enxerguemos a geografia e os embriões pombalinos da “indicação geográfica” atuantes geopoliticamente, pela delimitação de uma região funcional (Ver Ferrão, 2012) fazendo a proteção do próprio espaço, criando um território, que delimitaria a presença dos investimentos e, consequentemente, restringiria em território português a posse de terrenos e vinhas, por parte de cidadãos britânicos, que tinham interesse na produção de vinhos em Portugal. Tal fato era permitido desde a assinatura do Tratado de Windsor, em 1386, que concedia aos comerciantes britânicos e portugueses, residência em Inglaterra ou Portugal e permitia a prática de atividades de comércio, também, enquanto um dos primeiros acordos de cidadania do ocidente, permitia ao inglês em Portugal ou ao português em Inglaterra um tratamento, no sentido de relações internacionais, semelhante ao nacional, permitindo a compra de propriedades, por exemplo (MATOS, 2014).

Podemos então, observar a futura “indicação geográfica” como um fator responsável pela soberania do próprio terreno, assegurando limites e protegendo os locais, ou, parte deles. Por esta análise, um fato cria, ao longo do tempo, uma norma e, em contrapartida, uma norma, ao passar do tempo pode gerar fatos, como respostas.

Percebemos um sistema retroalimentado, advindo da apreciação de elementos componentes da tríade “fato-valor-norma” (REALE, 2002, 2003). Como geógrafos, decomporíamos esta tríade, para entender as questões relativas ao conjunto espaço-social-temporal. Vidal (1902 b.), anos antes, afirmou que fatos sociais e fatos geográficos têm ligação direta. Ao nos emprestarmos da tríade proposta por Reale, pensamos que normas e fatos causam efeitos diversos que, (re) diagramam espaço e sociedades.

Para melhor execução de nossos propósitos, frisamos a necessidade da revisão histórica, numa observação que, se do fato cria-se a norma, então, das leis

podemos estudar os fatos. De maneira diacrônica, as normas trazem valores de seu conjunto temporal (presente e passados formadores), que refletem, direta ou indiretamente, suas temporalidades e sua diagramação espacial e social.

Pela análise destes elementos da tríade de Reale (2002, 2003), a indicação geográfica é um conceito jurídico que foi se formando por somatória de fatores populares, culturais, políticos, técnicos, produtivos, territoriais e, que culminam em fenômenos espaciais e sociais, em determinada temporalidade.

Assim, também carrega ou revisita marcas (valores, fatos) de outras temporalidades, traços de outras camadas de tempo. Estas marcas são permanências vidalianas ou reminiscências (ressignificado) de outras temporalidades, representando pontos do imaginário, do espaço e sociedade de uma época determinada (VIDAL DE LA BLACHE, 1902 a.). Este caso é bem descrito pela história do vinho do Porto.

Ou seja, visto também como um estreitamento de laços oriundo das relações comerciais Inglaterra-Portugal, que diacronicamente chegarão à assinatura do Tratado de Windsor (1386), deste ordenamento jurídico, se alteraram as relações e diagramações espaço-sociais, de maneira interna às nações envolvidas. Desta forma, cria-se outros fatos, como uma resposta à norma. Fatos estes que desencadearão na criação de novas normas, neste caso, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, 1756. Permitindo assim, observar o componente de retroalimentação presente na tríade proposta por Reale (2002, 2003).

1.3- A institucionalização da Propriedade Intelectual: a Conferência da União de Paris (CUP), o Acordo de Madri e a criação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual

1.3.1 A Conferência da União de Paris e o Acordo de Madri

A Convenção da União de Paris para proteção da propriedade industrial, foi um anteprojeto, produto de uma Conferência Diplomática que se realizou em Paris em 1880 (INPI, CUP, 1883, p. 1).

Em 6 de março de 1883, também em Paris, foi convocada outra conferência, desta vez, visando a “aprovação definitiva do texto”. Após o depósito de

ratificações, entrou em vigor no dia 7 de julho de 1883 (INPI, CUP, 1883, pp. 1). O texto de 1883 passou por 7 grandes revisões: Roma, Bruxelas (1900), Washington (1911), Haia (1925), Londres (1934), Lisboa (1958), Estocolmo (1967). Adiantamos que o Brasil aderiu à Revisão de Estocolmo (1967) no ano de 1992 (BRASIL, 1992, p. 1).

O Acordo de Madri “relativo a repressão das falsas indicações de proveniência das mercadorias”, datado de 1891, teve revisões de Washington em, 1911, Haia, em 1925 e Londres e Lisboa, em 1958 (WIPO, 1958).

Apesar de tratar a repressão as falsas indicações de proveniência, não fala diretamente destes produtos ou de proveniência, porém pode ser visto como um embrião do que viria a ser o Acordo de Lisboa, este sim, tratando diretamente das questões referentes a indicação geográfica.

1.3.2 Um pequeno adendo: A criação da World Intellectual Property Organization (WIPO)

A *World Intellectual Property Organization*, significado da sigla WIPO, tem sua fundação no ano de 1967, tendo sede em Genebra, na Suíça (GROSS, 2007).

Parte integrante do Sistema das Nações Unidas, esta entidade conta hoje com 192 Países membros e, administra 27 acordos e tratados, situando-se como uma organização no campo do Direito Internacional Público (WIPO, 2020).

1.4- O saber geográfico em simbiose com o jurídico: O Tratado de Lisboa (1958) e a Revisão de Estocolmo (1967)

O Acordo de Lisboa, de 1958, surgiu com o propósito de preencher uma lacuna, que pôde ser observada pela “necessidade de se alcançar ao nível internacional uma proteção mais eficaz das denominações de origem” (CAMPINO, 2008, p. 6). Segundo Campino (2008), lacuna esta deixada pela Convenção da União de Paris de 1883 e, pelo Acordo de Madrid, de 1891, relativo à repressão das falsas indicações de proveniência”, visto que, “nenhum destes tratados foi criado com o propósito específico de proteger as denominações de origem e as indicações geográficas” (CAMPINO, 2008, p. 6).

O mesmo autor (2008, pp. 6) ainda observa que, este Acordo tem seus méritos, na realização de “autonomizar este conceito” (Indicação Geográfica) e, assim, “ser o instrumento jurídico internacional que maior proteção confere às denominações de origem” (CAMPINO, 2008, p. 6)

Voltemos nossa atenção ao documento “*Summary of Lisbon Agreement for the Protection of Appellations of Origin and their International Registration*”. Neste documento nos interessará pontos principais, que permitirão usufruir dos conhecimentos do campo jurídico, de modo à entendermos o que os Tratados de Propriedade Industrial definem como Indicação Geográfica e, como a certificação funciona nos termos do subcampo do direito, o da propriedade industrial. O Acordo de Lisboa prevê a proteção de denominações de origem, ou seja, a

"denominação geográfica de um país, região ou localidade, que serve para designar um produto originário do mesmo, cuja qualidade ou características são devidas exclusiva ou essencialmente ao ambiente geográfico, incluindo fatores naturais e humanos" (WIPO, 1958, p. 1).

Segundo o Art. 2º do Acordo, para gozar desta proteção, as denominações devem ter sido registradas pela agência ou instituto de proteção à propriedade industrial do País interessado, juntamente a WIPO. A União mantém um “Registro Internacional das Denominações de Origem, e, através do boletim do Sistema de Lisboa, atualiza os Países membros acerca das novas entradas de pedidos e dos deferimentos referentes aos mesmos (WIPO, 1958, p. 1)

Este boletim, denominado “*Appellations of Origin*”, está em todas as suas edições disponíveis no próprio site da WIPO, tendo por função anunciar os novos requerimentos de um membro aos demais, assim, qualquer membro que “não possa assegurar a proteção” em seu território nacional, terá o período de até 01 ano após a notificação oficial, ou seja, a publicação no Boletim, para recusar a denominação. Esta recusa posteriormente poderá ser retirada. (WIPO, 1958, p. 1). A proteção concedida pela certificação cobrirá “imitação ou usurpação”, mesmo se o replicante utilizar de tradução para sua língua ou, se utilizar termos como “*kind*”, “*type*”. Com esta normatização “Não poderá ser considerado genérico em um Estado Contratante desde que, continue protegido no país de origem” (WIPO, 1958, pp. 1).

As revisões do Tratado de Lisboa (1958) são a “revisão de Estocolmo, 1967, emenda de 1979” e, a “adesão ao Tratado de Lisboa será aberta aos membros da

Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, de 1883” (WIPO, 1979, p. 1)

Segundo a WIPO, o Tratado de Lisboa (1958), cobre apenas denominações de origem (*appellations of origin*), que segundo a conceituação e definição da própria União, são um “tipo de produto especial que, tem uma forte conexão com seu local de origem” (WIPO, 2015, p. 3).

1.4.1 *Genebra Act* (2015) a formação do Sistema Lisboa (*Lisbon System*)

Após a apresentação e apreciação de alguns artigos, os quais serão importantes, para o entendimento do valor legal das certificações, bem como, de suas proteções e sua validade, cabe-nos a tarefa de apresentar o Ato de Genebra (*Genebra Act*).

Este ato, também redigido pela União, atualizou o Tratado de Lisboa (1958), ampliando-o (WIPO, 2015). Esta atualização deu-se em fatores muito interessantes, os casos de indicações geográficas existentes em áreas fronteiriças de dois membros ou, que, transpassem os limites de um território nacional. Vale ressaltar que neste caso, a aplicação pode ser feita individualmente ou em conjunto pelos membros da União (WIPO, 2015, p. 4).

O Ato de Genebra tem como princípio ampliar a proteção do Tratado de Lisboa (1958), passando agora a proteger também indicações geográficas (WIPO, 2015, p. 3).

Desta forma, levando em “consideração sistemas nacionais ou regionais para a proteção de denominações distintivas a respeito de produtos com qualidade atrelada à origem” (WIPO, 2015, p. 3). Portanto:

“O Ato de Genebra leva a diversidade em conta, partes contratantes podem utilizar tipos diferentes de proteção legal para proteger os produtos registrados sob a proteção do Sistema Lisboa” (WIPO, 2015, p. 5).

Em outras palavras, as legislações nacionais e as comunitárias, como as da União Européia, por exemplo, são válidas também e, concomitantes, pelo princípio da territorialidade, também garantido pelo Ato de Genebra (WIPO, 2015, p. 5).

Melhor explicando

“Os países e grupos regionais de países protegem denominações de origem e indicações geográficas de diferentes maneiras - por meio de leis *sui generis* (leis especiais que se aplicam específica ou exclusivamente a indicações geográficas e / ou denominações de origem), leis de marcas registradas, disposições administrativas ou outros meios legais” (WIPO, 2015, p. 5).

Assim, assegura a necessidade de proteção *in loco*, o princípio da territorialidade e as normas preexistentes de valor nacional,

“A Lei de Genebra leva em conta essa diversidade. As Partes Contratantes podem usar qualquer tipo de legislação para proteger os produtos registrados no Sistema de Lisboa, desde que a legislação em questão atenda aos requisitos da Lei”. (WIPO, 2015, p. 5).

Diferindo os conceitos jurídicos “origem” do de “marcas”, protege o uso de toponímias registradas (processo deferido) como nomes de marcas antes do pedido de uma indicação geográfica. Neste caso reside a questão Budweiser (marca) e a região pertencente à República Checa, que produz uma cerveja específica (BARHAM, 2003). Também o “caso açaí”, quando um grupo japonês pediu o registro do nome “açaí” como marca, depois de batalhas em cortes da propriedade industrial, o registro foi caçado

“Direitos anteriores de marca registrada, uso prévio de termos genéricos, nomes pessoais usados em negócios e direitos baseados em uma variedade de plantas ou denominação de raça animal são salvaguardados pela Lei”. (WIPO, 2015, p. 5).

1.5- Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT.

O Trips, ou *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, é um tratado internacional assinado por todos os Países membros da Organização Mundial do Comércio (WTO). Remontando-nos ao ano 1994, e, visto no campo da Propriedade Industrial como:

“Sendo o acordo multilateral que conseguiu uma participação verdadeiramente mundial, contando atualmente com mais de 100 países signatários” (CAMPINOS, 2008, p. 7).

Com intenção de regulamentar as formas de propriedade intelectual pelos governos nacionais, via parâmetros aplicados e válidos a todos os membros.

Negociado na Rodada Uruguai do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), tem sua administração pela WTO (TRIPS, 1994.)

No dia 12 de abril de 1994, foi assinada na cidade de Marrakech, no Marrocos, a Ata Final, que, incorporou os resultados da Rodada Uruguai. Observamos que:

“O Instrumento de Ratificação da referida Ata Final pela República Federativa do Brasil foi depositado em Genebra, junto ao Diretor do GATT, em 21 de dezembro de 1994” (BRASIL, 1994, p. 1)

Passando então, a vigorar em terras brasileiras em 1º. de janeiro de 1995, via “Decreto No. 1.355, de 30 de dezembro de 1994” e publicado no Diário Oficial da União de 31/12/1994, Seção I - Página 21.394. (BRASIL, 1994, p. 1).

No referido Decreto, que contém “A Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT” (BRASIL, 1994, p.1), está contido na íntegra as regras que foram negociadas. Encontramos na Parte II, Seção 3, as “Indicações Geográficas” que, foram dispostas nos Art. 22, 23 e 24 das referidas Parte e Seção. Nesta dissertação, nos interessará o Art. 22 “Proteção das Indicações Geográficas” que, está disposto em 4 parágrafos, onde, como o próprio título diz, tratarão da proteção das I.G.’s. O § 1º define:

“Indicações Geográficas são, para os efeitos deste Acordo, indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica” (BRASIL, TRIPS, Art. 22, § 1º, 1994, p. 7)

1.6 Legislações e Decretos no Brasil

1.6.1 A Lei 9.279 de 14 de março de 1996: A Lei de Propriedade Industrial (LPI).

A Lei de Propriedade Industrial regulamentou em solo nacional a matéria, definindo os parâmetros e bases legais e o arcabouço jurídico que regem as questões de propriedade industrial nos dias atuais (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996), Sendo este o conteúdo do Art. 1º, encontrado em suas Disposições preliminares (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, pp. 1). O Art. 2º rege a proteção “dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e

econômico do País” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, pp. 1). A divisão dos Títulos da LPI em:

“I – concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade; II – concessão de registro de desenho industrial; III – concessão de registro de marca; IV – repressão às falsas indicações geográficas; V – repressão à concorrência desleal” (BRASIL, Lei nº 9.279 1996, p.1).

Interessante para este trabalho, o Título IV, que dispõe diretamente das Indicações Geográficas. Pensamos, para fins de elucidação, apresentar os Artigos e Alíneas com exemplificação prática, pautada no cotidiano, dialogando diretamente com os conhecimentos geográficos, de maneira, que se faça mais didática a norma técnica, e, que respeite e siga a advertência feita por Milton Santos (1978) ao praticar a “importação de um conceito”, trazendo-o para a linguagem geográfica.

As Normas, tratados e acordos que avaliamos, são observáveis LPI, os Art. 176 até 182, nos permitem entender como as normas da WIPO e da WTO e seus respectivos Tratados e Acordos estão contidos na Lei de Propriedade Industrial ((BRASIL, Lei nº 9.279, 1996).

Ponto crucial ao nosso trabalho, a LPI dispõe no Art. 176 que: “Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem” (BRASIL, Lei nº 9.279 1996, p.31). Portanto, seguindo a definição proposta no TRIPS, o conceito e o certificado de indicação geográfica têm duas modalidades, que são bem expressas e definidas nos Art. 177 e 178, respectivamente transcritos abaixo:

“Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p.31).

A denominação de origem é definida como

“O nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p.31).

Como é o caso da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul



Figura 4. Vinho *Merlot* com Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos.

Repare no selo de D.O, atestando a origem e a unicidade deste produto, advindados fatores e geovariáveis, sejam físicas (Vale dos Vinhedos) ou humanas (técnica, vista na escolha de uma uva única e no uso de um “*single vineyard*”), do *terroir*.

Discorrendo sobre a questão da proteção, e, o que será protegido, o Art. 179 da LPI dispõe que:

“A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p.31).

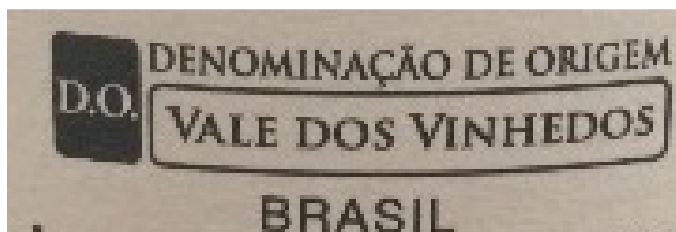


Figura 5: Representação gráfica da “Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos”.

Desta forma, atrela-se ao objeto físico, valor imaterial, memorial, sendo o produto, integrante da cultura local e, sincronicamente formador de uma cultura, reverberador e reproduzidor da mesma. Onde, imagética e representações, são formas de proteger os geofatores físicos e humanos, os gêneros de vida locais, vistos no bem e na técnica, sendo uma ode à cultura local, contribuindo para a sustentabilidade espacial (BARHAM, 2003).

Esta dedução faz que notemos como os símbolos e signos emanam do espaço real e, o protegem ao mesmo tempo. Criando sensações de pertencimento e, valoração por questões geográficas. Coincidindo com o que Dennis Cosgrove, denominou de geossímbolos (COSGROVE, 2012).

Quanto ao disposto no Art. 180, dispõe-se que “quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica” (BRASIL, 1996, p. 31). A questão que diferencia adjetivo geoterminalizador e referencializador versus o uso como marca de produto fica expressa no Art. 181:

“O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p.31).

Como no exemplo:



Figura 6: “Cerveja “Itaipava”. Uso da toponímia como marca de produto permitido pelos Artigos 180 e 181 da LPI (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p.31).

A cerveja acima tem a geografia como um “substantivo geográfico”, ou seja, a toponímia como uma marca. Não se trata de I.P. ou de D.O.

Ela satisfaz, como a LPI e os Acordos pedem, em seu momento de registro de marca (LPI, 1996, Art. 124) junto ao INPI. Assim, cumpre os pré-requisitos para deferimento do pedido de marca. Para este trabalho, tem a única e exclusiva finalidade de demonstrar a aplicação dos Artigos 180 e 181 da LPI (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p. 31). O Artigo 182 refere-se ao direito de uso e os deveres dos produtores locais para ter acesso à certificação:

“O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p. 31).

Estes Artigos, quando aplicados ao setor vitivinícola, colocaram em voga no Brasil a discussão de *terroir*, e destas qualidades atreladas á parcelas espaciais perceptíveis no vinho. Vide por exemplo, os trabalhos de Tonietto (2007), um dos maiores especialistas em vitivinicultura no Brasil.

O Título IV, Parágrafo único, da LPI institui o INPI, enquanto órgão máximo de propriedade industrial no Brasil, como proposto pela CUP (1883). Este importante órgão então “estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas” (BRASIL, Lei nº 9.279, 1996, p. 31).

1.6.2 A Instrução Normativa Nº 095/2018, DE 28 de dezembro de 2018.

Com a exposição de legislações em âmbito mundial e, nacional, apresentamos a crescente importância da matéria das indicações geográficas no mundo atual. A Instrução Normativa PR nº 095/2018, de 28/12/2018, que estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas (BRASIL, 2018), veio atualizar Instrução Normativa nº 25/2013 (BRASIL, 2013), que então foi revogada (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018). Com interesse em estabelecer “as condições para o registro das Indicações Geográficas” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p. 1), principalmente ao considerar “A crescente importância das Indicações Geográficas para a economia, e considerando, ainda, a necessidade de conferir a adequada proteção às Indicações Geográficas no Brasil” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p. 1). Veio esta Instrução Normativa, em seu 2º Artigo, constituir “Indicação Geográfica a Indicação de Procedência ou a Denominação de Origem”

(BRASIL, 2018, pp.1). Para tal, definiu-se pelo mesmo Artigo em seus parágrafos que:

No §1º

“Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p.1).

E, no §2º

“Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p.1).

Quanto ao seu 3º parágrafo,

“Nome geográfico ou seu gentílico, que poderá vir acompanhado de nome do produto ou do serviço, é o nome usado comumente para se referir a um lugar em particular, a uma feição ou a uma área com identidade reconhecida na superfície terrestre” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p.1).

Dispõe o 4º parágrafo que,

“Para fins de Indicação de Procedência, considera-se que o nome geográfico tornou-se conhecido quando expressamente mencionado, por diferentes fontes, como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço assinalado” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p.1).

No § 5º, o terroir ganha destaque, mesmo que não sendo usado o vocábulo, o texto faz referencia direta ao fatores componentes do conceito. Desta forma, serão consideradas as “definições para fins de Denominação de Origem” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p. 1):

“I. Fatores naturais são os elementos do meio geográfico relacionados ao meio ambiente, como solo, relevo, clima, flora, fauna, entre outros, e que influenciam as qualidades ou características do produto ou serviço; II. Fatores humanos são os elementos característicos da comunidade produtora ou prestadora do serviço, como o saber-fazer local, incluindo o desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de técnicas próprias; III. Qualidades são os atributos tecnicamente comprováveis e mensuráveis do produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços; IV. Características são traços ou propriedades inerentes ao produto

ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p.1-2).

Desta forma no Art. 3º, a proteção será estendida

“À representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja Indicação Geográfica” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p. 2).

Para tanto, “o elemento nominativo da representação gráfica deverá ser idêntico à Indicação Geográfica solicitada” (BRASIL, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 095, 28/12/2018, p. 2). Este Parágrafo Único, se refere à toponímia qualificadora atrelada ao produto, como por exemplo “Melaço de Capanema” (INPI, 2020).

CAPÍTULO II: Redescobrimos o *terroir*: Uma viagem pela filosofia, epistemologia e pelos ideais dos séculos XVI, XVII e XVIII

Muito além dos “selos oficiais de qualidade vinculados à origem geográfica”, fatores muito importantes para proteção dos produtos e, de certo modo, responsáveis pela revitalização do conceito geográfico, como aponta Prévost (2011, p. 51), afirmamos que a importância e a necessidade de revisitar e (re)discutir o *terroir*, estão claramente contidas na capacidade de análise espacial, de explicação geográfica, em diversos sub-campos de nossa ciência. O *terroir* dialoga e complementa muitos de nossos conceitos denominado “clássicos”.

Este potencial do *terroir* é obtido pela análise de seus múltiplos geofatores e geovariáveis, componentes-formadores deste conjunto espaço-temporal-social, único e complexo. Vemos no *terroir* a riqueza conceitual, epistemológica e metodológica, pois, se apresenta determinada complexidade para ser entendido como conceito, tanto na sua natureza quanto, em sua teoria, nos abre possibilidades analíticas à múltiplos campos de nossa ciência e, de “nossas irmãs”, visto que, ele transmite conhecimento múltiplo de “vários campos disciplinares” e “também se refere a valores que não são neutros em nível político” (PRÉVOST, 2011, p. 52).

Uma vez que observamos a norma, atuante no presente, e, entendendo melhor como as certificações são obtidas, quais são os critérios analisados, devemos então seguir nossa viagem por um caminho conceitual, percorrendo sobre o “*terroir*” na forma de ferramenta geográfica de apreciação e explicação do espaço.

Para tal démarche, encontramos nas leis e nos produtos, mais uma vez, fortes componentes que auxiliarão pois, têm à dizer muito mais do que seus respectivos conteúdos. Seguindo recomendação Karel Kosik (1976), devemos ver além do objeto, ou seja, analisar o que é “*terroir*”, suas definições passadas que, por caminhos possíveis trouxeram até o “renascimento” atual.

Girault (2008) e Prévost (2011) analisam que há, também na ciência geográfica, uma confusão entre “*terroir*” e “território”, o primeiro encontrando-se, em parte, submerso em um “ostracismo acadêmico”, e, o segundo, constante “objeto de operacionalização” na geografia (PRÉVOST, 2011, p. 51).

Numa síntese pelo prisma da geografia histórica, as utilizações diversas são advindas de temporalidades históricas diferentes, fruto de organizações espaço-sociais distintas que, produzem diversos significados, usos e, representações. Para Prévost (2011), o supracitado é um motivo que contribuiu para as dificuldades e confusões no uso do termo “*terroir*”.

Os trabalhos de Vaudour (2001a.) e de Deloire *et. Al* (2008) possibilitam que tenhamos um melhor entendimento da palavra. Para tal, seguindo as recomendações dos dois autores, precisamos aprofundar no “*terroir*”, buscando resgatar os diferentes usos e semânticas deste vocábulo, para que assim, entendamos seus significados e, como se liga à geografia.

Nesta primeira parte do capítulo, faremos uma imersão no *terroir*. Este mergulho nos mostrará as diferentes concepções do *terroir* ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII. Adiantamos que os fatos e autores que apresentaremos são franceses, visto que o conceito foi sintetizado e surgiu neste País e, por isto o vocábulo *terroir*, não tem tradução para outras línguas, fato apontado por Cluzel (2009) e por Phillippe Prévost (2011; 2014).

Outra recomendação antes de nossa viagem temporal é a que o termo *terroir*, ao longo dos tempos, é uma construção dotada de muitas significações, característica observada por Parker (2015) e, multiforme (conceito, vocábulo, ideia, valor, adjetivo, em momentos uma ou mais destas funções), portanto, explicitaremos qual a acepção do vocábulo que cada autor apresentado utiliza. Lembremos que não havia a institucionalização da geografia nestes momentos trabalhados, porém será uma real viagem geográfica, onde dialogaremos com autores muito conhecidos, como Rousseau e Montesquieu e, outros que precisamos conhecer melhor, para enriquecer ainda mais nossa amada ciência.

O saber científico, em nossa humilde concepção, se constrói num modelo temporal Braudeliano (1958), onde, os fenômenos e fatos observados hoje, não começaram somente no presente, de algum modo tem uma raiz num momento do passado.

Antes de começarmos, apontamos que será possível notar alguns embriões da geografia institucionalizada, como a relação ser humano-natureza, e as diferentes leituras e concepções sobre a mesma ao longo dos tempos, o que já demonstra a construção do tempo e do imaginário e a necessidade de apreciação e entendimento

de uma temporalidade para analisar uma escola de pensamento, um conjunto espaço-social.

2.1 Um vocábulo polifacetado: a história do *terroir*

2.1.1 O *terroir* na literatura do século XVI: De Rabelais e a Plêiade até os escritos médicos

O “*terroir*”, é um vocábulo de origem latina, cuja existência remonta-nos ao século XII. Em diversos estudos, pesquisadores encontraram um elo etimológico com as palavras “*terra*” e “*territorium*”. Destacamos os estudos linguísticos de Cluzel (2009) que, aponta estes termos como “matrizes geradoras” da palavra “*terroir*”. Outro importante estudo, do autor Phillipe Prévost, observa que os diferentes significados do *terroir* são diretamente ligados às “suas matrizes geradoras” (PRÉVOST, 2011, p. 50).

Mesmo tendo sua datação aproximada no século XII, sua importância na literatura científica nos transporta ao século XVI, onde encontramos uma efervescência no pensamento científico, que fora alimentada em grande parte, pelos movimentos de literatura, poesia e pintura, no caso do século XVI.

Dentre os quais destacamos os Poetas da Plêiade (1549), Rabelais e os renascentistas, com suas referências diretas e estéticas à Virgílio e Plínio (PARKER, 2015). Referências estas que, utilizam da figura mitológica de *Bacchus*, divindade das festas e do vinho na mitologia romana. Na mitologia grega, Dionísios era sempre acompanhado de Deméter, Deusa da agricultura, dos solos e da colheita e, que ensinou os humanos as práticas agrícolas. Entendendo as conexões e associações mitológicas entre o vinho e a colheita.

2.1.2-Uma breve apresentação de François Rabelais

Antes de prosseguirmos, pedimos licença para abrir um pequeno parêntese. Este, com finalidade de apresentar o pensador François Rabelais (1483-1494? d.C.- 1553 d.C.), importante filósofo ocidental conhecido pelos livros *Gargantua e Pantagruel*, foi um pensador da renascença francesa. Durante sua vida foi um

monge, escritor, físico, médico e um acadêmico sobre a filosofia da Grécia clássica e um humanista renascentista (BOULENGER, 1978).

Por toda sua obra, pela importância histórica e pelo seu alcance, críticos literários ocidentais reconheceram este pensador como um dos criadores da literatura e escrita européia moderna (BAKHTIN, 1993, p. 1-2). Sua obra, teve muito sucesso por seu método de distribuição, panfletos de literatura popular vendidos à preços muito acessíveis nas feiras de Lyon (BOULENGER, 1978).

Dentre estes acadêmicos, Huchon observa que as primeiras utilizações de vocábulos como utopia, progresso, enciclopédia, entre outras, são provenientes da obra de Rabelais (HUCHON, 2003, p. 405). Como um grande estudioso e conhecedor da cultura e da língua helênica, Bakhtin (1993) analisa a contribuição de Rabelais para a língua francesa, ao utilizar-se do grego para criar centenas de neologismos, alguns destes presentes no vocabulário francês até os dias presentes (BAKHTIN, 1993)

Por sua helênicofonia, o filósofo foi responsável por importantes traduções e comentários sobre a obra de Hipócrates, Aelius Galenus (Galen de Pergamon) e de Giovanni Manardo, grandes filósofos e pensadores da medicina ocidental (BOULENGER, 1978).

Huchon (2011, p. 24) analisa que além dos cursos ministrados em Montpellier (1534 e 1539), a contribuição de Rabelais para a medicina pode ser observada na obra de Etienne Dolet, *Carmina*. Esta obra é composta pelas lições de anatomia ministradas por Rabelais na cidade de Lyon, no ano de 1537. Para tais aulas, o filósofo utilizou um cadáver para as explicações (BOULENGER, 1978).

Rabelais, sob o pseudônimo de “Alcofribas Nasier”, um anagrama de seu próprio nome, publicou no ano de 1532 o livro “*Les horribles et épouvantables faits et prouesses du très renommé Pantagruel Roi des Dipsodes, fils du Grand Géant Gargantua*” alcançando a marca de 4000 exemplares vendidos (MAURUS, 2003, p.1).

Como observado por Véronique Maurus (2003, p. 1), devido ao enorme sucesso desta, publica “*La vie très horrible du grand Gargantua, père de Pantagruel*”. Segundo o grande historiador Lucien Febvre em “*Le Problème de l'incroyance au XVIe siècle*”, de 1942, as obras de Rabelais foram, na época, censuradas pelos acadêmicos de *Sorbonne*, em 1543. Posteriormente, no ano de 1545, as mesmas foram então, condenadas pela Igreja Católica. Finalmente em

1564, pelo “*Index librorum prohibitorum*” foram classificadas como “heréticas” (FEBVRE, 1942).

Estas obras influenciariam outro pensadores contemporâneos e futuros, principalmente pelo uso de folclore e lendas populares regionais e das províncias, algumas delas remanescentes dos bretões, como ponderaram Guy Demerson e Geneviève Demerson em “*Rabelais: Œuvres complètes*” (1995).

A herança da obra, um fruto de sua visão e concepção filosófica advinda do humanismo, permite que observemos o deslocamento das idéias, imaginários e representações no século XVI, de um eixo medieval para o renascentista, mais voltado para o ser humano, na obra de Rabelais, para o corpo (BAKTHIN, 1993). Onde, o termo “*pantagruelismo*” criado e explicado por Rabelais e, que de certo modo, tem um diálogo com Diógenes, significaria “*une certaine gaîté d'esprit confite dans le mépris des choses fortuites*” (MAURUS, 2003, p.1).

2.2 - As concepções de *terroir* no século XVI, as representações, imaginários e as exaltações à “*noble*” França.

Após esta breve, porém importante apresentação, proporemos um entendimento que o imaginário e a representação da relação natureza e ser humano na mitologia grega e, posteriormente na romana pode ser observada nas obras dos séculos XV e XVI pelo uso e alegorias com algumas divindades que eram meio humanas e meio animais. Assim, notamos uma nova visão sobre a relação ser humano e natureza, parte um resgate da antiguidade e, parte uma nova concepção.

Voltando à figura de *Bacchus*, a utilização desta divindade em Rabelais permite um entendimento do vinho como um presente divino, emanado da terra, do solo. Na Plêiade, uma celebração da técnica do humano e do ciclo natural. De antemão, já observamos uma concepção da relação ser humano natureza harmônica e festiva na obra dos poetas (PARKER, 2015).

Mais exatamente no ano de 1549, encontramos um importante marco na história do *terroir*, a publicação do primeiro manual técnico sobre vinho escrito em francês. Trata-se da obra “*Devis sur la vigne, vin et vendanges*”, escrito por Jacques Gohory (PARKER, 2015).

Dizemos importante pois, neste livro, encontra-se não somente um guia e, um dicionário técnico de vitivinicultura, mas também uma observação, da ligação

entre vinho e área de produção, um embrião da especificidade de determinada parcela espacial e das características de um vinho (GOHORY, 1549; PARKER, 2015). As contribuições de Gohory vêm do uso da língua francesa, apresentando:

“Linguistic tools and specialized vocabulary in French that one needs to understand working vines and making wine. In so doing, the author demonstrates that the French language is capable of treating the science of the vine, and that one need not have recourse to the technical precision of Latin” (PARKER, 2015, p. 31).

Parker observa:

“Although Gohory does not explicitly invoke imbibing the wines of a specific place as an aesthetic experience that promotes a sense of identity, he measures France favorably in comparison to Italy. Instead of referring to the French language specifically, as the poets of the Pléiade had, Gohory uses the metrics of regional produce to portray France’s superiority” (PARKER, 2015, p. 31).

Portanto, perceptível em pontos da obra uma ode e uma exaltação à França. Gohory, como supracitado, cria um quadro nacional e regional, onde apresenta, segundo ele, os melhores alimentos. Os vinhos de *Lagny sur Marne*, a carne de *Auge*, os cordeiros de *Berry*, as árvores frutíferas de *Touraine* (PARKER, 2015, p. 31). Parker (2015) aponta que numa valorização da terra, do pátrio, das riquezas territoriais, da identidade própria francesa, este manual, escrito em francês, visava ser testemunho e alcançar os leitores franceses. Neste contexto, notamos a colaboração para a criação e, para reforçar a imagem nacional e a força do País (PARKER, 2015). Gohory constrói em seu texto a imagem de um ser, um ente, a “*noble France*”. Inferimos também na contribuição de Gohory (1549) às regionalizações por suas produções, que séculos depois entrariam em voga.

Num estilo poético, o autor roga que, este “nobre ser” receba a Proteção Divina, humanizando e criando características maternas. A (mãe e guerreira) França, abençoada por sua terra fértil que “*gave rise to war heroes as remarkable as it crops*” (PARKER, 2015, p. 31-32).

Tal escrita cria um sentimento de grandeza, de honra, uma exaltação ao espírito guerreiro, onde, o faz pelo relato suas histórias e o feito de seus filhos. Parker, ao observar o estilo literário da obra, sintetiza:

“Gohory provides several examples, including the successful campaign of Brennus against Rome, reaffirming France’s

prestige and identity in comparison to the Romans not only in terms of language and agriculture, but also in the art of war” (PARKER, 2015, p. 31-32).

Entendendo o pensamento e o contexto intelectual visto no século XVI, Gohory é contemporâneo do movimento renascentista e da “Plêiade”, grupo de 7 poetas, cujo movimento era homólogo à constelação da Plêiade. Composto pelos poetas Rémy Belleau, Étienne Jodelle, Pontus de Tyard e Jean Dorat, Joachim Du Bellay, Jean-Antoine de Baïf, Pierre de Ronsard (SIMONIN, 2001).

Para a geografia regional e do *terroir*, apresentamos a relevância dos “*poets of the Pléiade use language on wine to reaffirm territorial distinctions, establishing identity and harmony by forming communities within regional walls*” (PARKER, 2015, p. 13).

Segundo Simonin (2001), é creditado a este movimento e seu manifesto, “*La Deffence, et illustration de la langue francoyse*”, de Joachim Du Bellay, um marco histórico que afirmava a importância da ideia da utilização da língua francesa nos trabalhos literários e poéticos, indo contra o uso de latim, feito pelos renascentistas.

Quanto ao estilo literário de Gohory (1549), poético, com tom nacionalista, percebemos a influência renascentista, nas citações à *Bacchus*, divindade romana do vinho e das festividades. Entendemos as comparações entre França e Império Romano, buscando igualar a grandiosidade destes dois territórios.

Em Gohory (1549) a tentativa de construção de um imaginário e de uma representação de grandeza se dá também nas alusões diretas à antiguidade clássica, e, “*bringing to the fore scientific and philosophical underpinnings from the likes of Hippocrates, Galen, Aristotle, and Plato*” (PARKER, 2015, p. 30). Enquanto manual, mais que:

“merely inculcating general humanist truths in an inebriated Rabelaisian romp through the countryside, the work pointedly gives occasion for the reader to learn, for example, which is the best grape (Morillon, a regional word for Chardonnay)” (PARKER, 2015, p. 30-31).

Parker adverte que ninguém pode de fato, afirmar que a obra, com a abordagem dialética, embasada nas temáticas da “*French glory welling up from a mix between exquisite regional produce and its burgeoning language*” tivesse

realmente “*impetus for the establishment of terroir as a construct in the country’s collective imagination*” (PARKER, 2015, p. 32).

Independente desta última afirmação de Parker (2015), afirmamos que esta obra tem seu valor para nossa dissertação, principalmente ao entendermos a reverberação de ideias datadas de um século nos posteriores, caso que veremos mais adiante com a obra de Gohory (1549) influenciando outros autores.

2.3- A contribuição da ciência médica ao *terroir*

Concomitante à poesia, outra grande influência para literatura agrícola do século XVI veio da ciência médica, que também muito contribuiu para a concepção do *terroir* no século XVI (PARKER, 2015, p.32).

Analisando este tipo de literatura, encontramos outro grande autor sobre o vocábulo-conceito, o físico francês Charles Estienne e seu enteado Liébault, com a obra “*L’Agriculture et la maison rustique*” (1554). Escrita inicialmente em latim, traduzida 10 anos depois de seu lançamento e, teve tanta procura que teve 5 edições no século XVI (PARKER, 2015). Sua contribuição ao *terroir* veio, em parte, pela observação do consumo de vinhos franceses e estrangeiros, apontando os benefícios e malefícios à saúde.

“*Estienne and Liébault draw out in great detail wines from various regions in France and, to a much lesser extent, certain other parts of Europe, commenting on their longevity, force of character, and potential impact on health*”. (PARKER, 2015, p. 32).

Pelo enfoque médico deste livro, Parker, (2015, p. 32) afirma que “*L’Agriculture et la maison rustique*” apresenta os vinhos de forma “*simply listed according to their suitability for various health concerns and different human constitutions*”. Não somente médico, tanto para a geografia quanto para o conceito de *terroir* (em seu estado da teoria), Estienne e Liébault trazem nova luz à discussão. Tal fato está presente na observação do “*effect of the earth: terroir affects taste*” (PARKER, 2015, p. 32).

Estienne foi então, dos primeiros autores a escrever sobre a relação entre o *terroir* e como este distinguia o gosto, o sabor dos vinhos, também ele e seu enteado, tinham como característica ainda, que é vista como contribuição, um enfoque marco e microclimático (PARKER, 2015, p. 50).

Mais ainda, com a exposição de uma “classificação do consumidor”, poderíamos analisar o que hoje chamamos de “público-alvo”, os vinhos realmente eram tratados como remédios, ou venenos, de acordo com seu local de origem e o consumidor. Parker afirma que “*Estienne and Liébault frame a wine’s desirability according to the class, health, and vocation in life of its ideal drinker*”. (PARKER, 2015, p. 33). De certo modo, um “tataravô” do marketing, pois, neta obra vemos uma das primeiras pesquisas de mercado e público alvo escritas no ocidente.

Charles Estienne receita, por exemplo, a ingestão do vinho leve Paris para acompanhar os estudos e, para as pessoas que têm vidas sedentárias e urbanas (ESTIENNE et. LIÉBAULT, 1554). Em comparação aos vinhos parisienses Estienne e Liébault (1554) advertem que os “*wines coming from warmer climates (países), such as Gascony or Spain, on the other hand, burn the entrails and encumber the minds of those who drink them*” (PARKER, 2015, p. 33).

Se o vocábulo “veneno”, supracitado chamou a atenção, dizemos isto ao perceber nos autores a xenofobia, que é proferida contra o vinho estrangeiro. A afirmação fica clara pela advertência abaixo, em forma de “recomendação médica”:

“*Now, although foreign wines that we have brought from warm regions seem to us flattering on the palate, they must be consumed with as much prudence as possible, so much is the case that in addition to their obvious qualities, they have hidden properties that can truthfully be known and trusted through a sympathy with the inhabitants of the terroir where such wines grow, but to us they are enemies through an antipathy they have with us, who are from a dissimilar land and terroir.*” (ESTIENNE et. LIÉBAULT, [1554], (1586), p. 351; PARKER 2015, p. 33-34).

A relação entre o *terroir*, visto como parcela espacial dotada de uma constituição física específica, uma região, uma *contreé* e a origem, configura uma forma de patriotismo, enraizada na produção e consumo de vinhos regionais do território francês, cuja aparição na obra de Estienne et. Liébault (1554), inauguram esta visão (PARKER, 2015). Parker afirma que:

“*It explains the emotional connection between people and the wines from their home regions, providing a physiological correlate for the affective predilection suggested in the Pléiade’s poetry between the poet and vines from his native terroir*” (PARKER, 2015, p. 34).

Assim, podemos inferir que, na questão do regional e da parcela espacial como lugar, num sentido de *appartenance*, numa conotação discutida por Yi-Fu

Tuan (1973), sentimento e pertencimento. O *terroir* poderia então por esta análise, de Estienne e Liébault (1554), ter um senso conceitual de lugar, reverberado pelo vinho e por seu consumo, fato que reverbera até os dias atuais, como deixam claro Vakrou et. Skuras (2002). Uma outra contribuição geográfica dos autores (1554) é vista na

“categorization of terroirs and wine-growing regions is sometimes quite broad, incorporating what we would today consider as appellations (e.g., Beaune), communes (e.g., Arbois), provinces, or regions (e.g., Anjou)” (PARKER, 2015, p. 32-33).

Além do pioneirismo de Estienne e de Liébault, esta citação nos demonstra como formas de análise e metodologias de tempos pretéritos são repercutidas no presente, se não como permanência, em seu formato de concepção original, em “*retro-fit* conceitual”.

Notamos o interesse do autor em atrelar variedades típicas às suas respectivas regiões, de certo modo um interesse geográfico na separação e diferenciação espacial pela produção vitivinícola e pela tradição local, fato este que nos leva à outra obra de Estienne, “*La Guide des chemins de France*”, de 1552, de certa forma turístico, “*which indicated in passing several local and regional alimentary productions and specialties*” (ARGOD-DUTARD, CHARVET, LAVAUD, 2007; PARKER, 2015, p. 169-170). Antes disto, Em 1537, Estienne publica *Vinetum*,

“a short topical guide that served primarily to give the equivalent in French of Latin vine-and wine-related terms from Columella, Varro, Virgil, and Pliny, but also addressed techniques of pruning, grape varieties, and assessments of France’s wine-producing regions (especially the ones in close proximity to Paris)” (ARGOD-DUTARD, CHARVET, LAVAUD, 2007; PARKER, 2015, p. 169-170).

Voltando a “*L’Agriculture et la maison rustique*” (1554), não podemos classificar somente como um guia médico, isto é claro para nós hoje. A geografia está presente quando, os autores (1554) embasados nas descrições e na metodologia, que levava em consideração “*from the terroir or soils of the origin, to the color and maturity*” (PARKER, 2015, p. 33). Ou seja, sua análise do espaço ao seu geossímbolo. Para Parker:

“As the authors elaborate on origins, they explain how different wine colors make them appropriate for different human

constitutions, with specific recourse to the notion of terroir” (PARKER, 2015, p. 32).

No guia, apontamos mais uma perceptível forma-embrionária de teorias (que um dia fariam parte de uma escola do pensamento da geografia institucionalizada), *“still, place constitutes identity insofar as earthly humors and an individual’s physical constitution are both defined according to the terroir”* (PARKER, 2015, p. 33). Denotamos aqui, uma concepção do *terroir* como influenciador não somente do sabor e composição de um vinho, definindo também a identidade e as características físicas dos habitantes de determinada parcela espacial, uma forma de “determinismo climático-ambiental”, baseada no *terroir*, principalmente nas diferenças macro e microclimáticas (PARKER, 2015, p. 50).

Analisando o estilo literário, encontramos marcas renascentistas, além do uso do latim, nas referências diretas e à *“paraphrase Homer and Plato regarding the virtue of wine taken in moderation for its capacity to expel worries and inspire the soul to virtue and honesty”* (PARKER, 2015, p. 32).

Quanto à prosa, clínica, o especialista em literatura Parker observa que, estava em *“completely at odds with the style of Gohory”* e, em mais uma referência direta ao renascentismo são as recomendações sobre uso dos métodos de plantio e produção vinícolas apresentados na antiguidade pelos pensadores Publius Vergilius Maro (70 a.C.-19 a.C.) e Lucius Junius Moderatus (4 d.C.-?60/70 d.C.).

O primeiro, conhecido pelo nome de Virgílio, um dos maiores poetas romanos (FOWLER, 1996). O segundo, pelo apelido de Columella e, reconhecido por seus trabalhos e escritos sobre agricultura e por sua amizade com Sêneca (PARKER, 2015, p. 32).

Alguns anos depois, em 1560, é lançado *“De Re Cibaria”*, um texto em latim, de autoria do físico da corte do rei François I, Jean Bruyérin-Champier. A importância deste texto para a história do *terroir*, está diretamente relacionada à taxonomia dos alimentos criada pelo autor (1560), que escreveu sobre as melhores áreas para a produção dos mesmos seja na França ou no exterior.

A ligação entre local e produto, é presente na observação de Bruyérin-Champier que, os vinhos franceses eram mais saudáveis e tinham paladar por causa dos solos locais e do clima. O autor (1560), num estilo próximo do de Virgílio, enaltece e cumprimenta estes geofatores (PARKER, 2015, p. 34).

Para Bruyérin-Champier, os vinhos franceses

“Are the most agreeable, healthful, and so forth because of the greatness of its soils. Moreover, vines that have produced inferior grapes abroad lose their unappealing qualities when they are transplanted in France” (PARKER, 2015, p.34).

Utilizando de geofatores climáticos e pedológicos como fonte de exaltação do pátrio, a enaltecimento do solo, do vinho, dos climas locais, refletem uma ideia de afirmação das características geográficas e de nacionalismo. Na qual, Bruyérin-Champier, como Gohory (1549), escreve “destronando” a Itália e desconstruindo a representação de superioridade italiana criada por Virgílio nas poesias Geórgicas, conhecidas pela perspectiva bucólica. Assim o autor (1560) acaba “coroando” a França (PARKER, 2015, p. 34).

Num diálogo com civilizações pretéritas e com diagramações espaciais do passado, Parker (2015, p. 34) relembra a afirmação de Bruyérin-Champier, que a *“Italy only knew the vine because the Romans robbed it from elsewhere and transplanted it to their own country”* (BRUYÉRIN-CHAMPIER, 1998, p. 522).

Afirma Parker (2015, p. 34) que a grande contribuição de Bruyérin-Champier para o conceito de *terroir*, vem na forma de entendimento das *“variety and nature of the juices of the terroir”*, vistos como fatores responsáveis e influenciadores do desenvolvimento de um traço de sabor específico em uma determinada uva, e do vinho produzido por ela (BRUYÉRIN-CHAMPIER, 1998, p. 523). Assim, em síntese, esta obra *“advances terroir as a concept that explains wines’ goodness”* (PARKER, 2015, p. 34).

Outro físico, Le Paulmier, ao publicar seu “tratado sobre a cidra e o vinho” (1589), (re)trabalhou a ideia do *terroir* como “agente” responsável pelo sabor, paladar e composição do vinho. Encontramos neste tratado, considerado o primeiro manual técnico sobre a temática, de Le Paulmier, muito influenciado pelo estilo de Rabelais, apresenta uma descrição de características gustativas do *terroir* e algumas referências à como degustá-lo (PARKER, 2015). Le Paulmier,

“like other scientific authors, suggests that while the terroir is responsible for producing wine’s different flavors, anything described as “tasting of terroir” in the sense of earth or minerals should be deemed defective” (PARKER, 2015, p. 35)

Argumentando que a natureza e características minerais e terrosas eram “defective”, pois define-as como “dirty, unpleasantly earthy, or lacking in elegance”(LE PAULMIER, 1589; PARKER, 2015, p. 35).

O conceito de “tasting of terroir”, visto como uma inovação na leitura, algo moderno para a época, porém de certo modo maniqueísta, visto que “taste of terroir” itself is presented as a defect” (LE PAULMIER, 1589, p. 47-8; PARKER, 2015, p. 35). A abordagem do autor é de certo modo maniqueísta pois, apresenta a “nature of the terroir is a partial cause of the force and generosity or of the weakness and insipidness of wines” (LE PAULMIER, 1589, p. 25; PARKER, 2015, p. 35). Como a obra de Le Paulmier apresenta características de um guia, podemos então afirmar que, para a época, possuía o “most modern-sounding description of a “gourmet” appreciation of wine” (PARKER, 2015, p. 35) .

Na visão do autor (1589), “bon gourmet” is able to discern all of the qualities and defects of a wine or cider, its terroir of origin, as well as its age” (LE PAULMIER, 1589, p. 49; PARKER, 2015, p. 35). Exemplificando com as indicações do “melhor” terroir, o de *Le Costentin*, a cidra de pior sabor, a de *Pays de Caux*, por seu solo rico em *marl* (guardemos bem este solo...) e, a cidra com sabor mais forte, a de *Auge* (LE PAULMIER, 1589, p. 49; PARKER, 2015, p. 35). Dito isto, inferimos que, ao tange ao conceito, encontramos na história um dos primeiros usos diretos do conceito de terroir como “one of the governing forces of a wine’s merit or defects in flavor and constitution” (PARKER, 2015, p. 35).

2.4- Montaigne, Bodin e o terroir: concepções e releituras do determinismo climático da antiguidade clássica

2.4.1 O terroir nos escritos de Montaigne

Na história do pensamento ocidental, impossível omitir o papel de Montaigne e de Bodin. O primeiro, talvez o mais conhecido autor do século XVI, e o segundo, um dos maiores escritores e teóricos sobre política da renascença francesa (PARKER, 2015). Mas, qual seria a relação destes dois renomados pensadores com o terroir? Qual a contribuição deles para nosso conceito?

Dentre a vasta obra deixada por Montaigne e por seus discípulos, alguns de seus ensaios e escritos, reverberaram (e ainda reverberam) durante séculos, onde

suas releituras foram parte importante da então institucionalizada geografia, visto na presença de pensamentos e teorias retomados e (re)trabalhados pela escola determinista do final do século XIX no início do século XX. Dentre estas teorias destacamos:

“Attributing both physical and intellectual characteristics in humans to terroir by comparing them to plants. The comparison became a philosophical and literary leitmotif that remained popular into the twentieth century” (PARKER, 2015, p. 37).

Estas teorias, que permaneceram em voga por séculos, têm sua importância para a história do pensamento geográfico e para a geografia histórica pois, ao analisá-las percebemos que explicam mais sobre os valores sociais e ideias científicas circulantes e difundidas num conjunto espaço-sociedade, em determinado tempo. Estudando suas normas e valores, sua cultura, sua ciência e sua técnica, conseguimos entender uma temporalidade e observar a presença de passados formadores, como diria Varagnac (1945; 1948 c.), fragmentos das “arqueocivilizações”, que sintetizamos como uma reminiscência do produto da relação ser humano e natureza, num determinado período temporal e com cargas pretéritas, ou as “cargas históricas”, observadas por Minayo (1994) e, existentes na atualidade.

Num recorte temporal analisado, estão também refletidas, retrabalhadas, preservadas ou em reminiscência no presente fragmentos destes pretéritos. Em suma, analisamos as “camadas de tempo” que compõem este precipitado espaço social (VIDAL DE LA BLACHE, 1902a.; OUZOUF, 2000). Exemplificando nossa concepção do estudo do tempo geográfico (BRAUDEL, 1958), numa análise sobre a teoria do “determinismo ambiental” atrelada ao *terroir*, Parker afirma:

“Beyond its chronological longevity, it is important because it demonstrates how the evolving food and wine aesthetic in France was tethered to the broader relationship that the French carved out between people, their actions, and what they perceived as the determining power of the earth” (PARKER, 2015, p. 37).

Sobre Montaigne, em “*Apology for Raymond Sebond*”, famosa pela presença do ceticismo, como relembra Conte (1996), encontramos traços geográficos, mais precisamente

“Ancient theories on environmental determinism into his essays to portray behavior and moral sanctity as dependent on an

individual's relationships with nature, environment, and terroir" (HOFFMAN, 2006 Apud. PARKER, 2015, p. 37).

Numa clara demonstração que corrobora com a teoria do "trabalho secular" dos seres humanos, e do estado da teoria (VIDAL DE LA BLACHE, 1902). Segundo apresentado por Hofmann (2006) e relido por Parker (2015), Montaigne se baseia nas "teorias antigas do determinismo ambiental", para trabalha-las então segundo sua forma de observar e entender o mundo e sua temporalidade.

Num pequeno paralelo epistemológico, "*Climate theory was a political and medical construct in antiquity, and the fifth-century B.C. Greek historian Herodotus evokes environmental determinism throughout his Histories*" (PARKER, 2015, p. 171). Também sido percorridos e trabalhados em "*places ranging from Plato's Laws to Aristotle's Politics*" (PARKER, 2015, p. 171).

Em "*De lege agraria*", de Cícero, que argumenta "*men's characters are inserted in them not so much by origin and semen as by those things which nature itself endows to form our way of life whereby we are fed and live*" (ISAAC, 2004, p. 88 Apud. PARKER, 2015, p. 171).

Apresentadas as concepções antigas, façamos algumas pequenas explicações sobre o "trabalho secular" e do estado da teoria. Se uma invenção é patenteada é porque ela é "superior" ao estado da técnica atual sobre o tema (WIPO et. INPI, 2020).

O estado da teoria, não diz respeito à superioridade, sim ao (re)trabalhamento, (re)leitura ou revisão de uma teoria já existente, que será ampliada. Tal visão advém do supracitada teoria do "trabalho secular", que se explica como uma herança observada na técnica, no saber, na tradição, na cultura, por exemplo, que uma geração recebe de outra (VIDAL DE LA BLACHE, 1886; 1902a.). A contribuição de Montaigne ao conceito de *terroir* vêm, de certo modo, da forma que o mesmo enxergava e compreendia o conceito e a parcela espacial.

Para entender a visão deste pensador, analisaremos parte de sua obra "Essays" (1580), que contém os escritos de "*Apology for Raymond Sebond*", escrito pelo autor entre 1575 e 1576, e publicado em 1580 (CONTE, 1996). Uma das quais "*Montaigne most clearly depicts the effect of climate and terroir on human*" (PARKER, 2015, p. 40). Nesta obra,

"is not altogether surprising to find a representation of the earth's power over people included here, since the essay constitutes an apology for natural theology, connecting the

heavens to the physical laws of life on earth” (PARKER, 2015, p. 40-1).

Para o filósofo *terroir* era visto “*as more than just a particular plot of countryside, land, or dirt*”. Montaigne relaciona o solo “*along with air and climate*” ampliando a ideia da antiguidade clássica do que seria “agente determinante” do ser humano. Assim, descreve o *terroir* “*as having the power to determine the shape and character of human beings*” (PARKER, 2015, p. 41).

Encontramos semelhante enfoque do *terroir* na ideia encontrada em Estienne *et. Liebáult* (1554), a da “parcela espacial como definidora constituição física e de identidade” (ESTIENNE *et. LIEBÁULT*, 1554).

Portanto, podemos observar mais um ponto de ruptura, que pode ter contribuído para a confusão semântica observada por Cluzel (2009) e, consequente dificuldade de entendimento do *terroir*.

O vocábulo-conceito é existente apenas na língua francesa, como lembra Rieutort (2012) e Prévost (2011). Levantamos uma hipótese de que as traduções e usos das teorias de Montaigne, em outras línguas, poderiam ter possibilitado uma leitura, na qual, o *terroir* poderia ser sinônimo de território, de ambiente. Voltando na observação do *terroir* como agente, dotado de caráter “determinante”, na visão de Montaigne, Parker observa:

“Recognition of the land’s determining power also leads readers into the skeptical aspects of the essay. Montaigne’s stance on terroir jeopardizes our belief that we act with complete autonomy: in reality, he says, environmental factors determine not only our physical constitutions but also the nonphysical attributes we associate with the mind and soul” (PARKER, 2015, p. 41).

A analogia entre plantas e ser humanos, seria uma “inovação teórica” com relação ao determinismo da antiguidade clássica (PARKER, 2015):

“Then men must vary as flora and fauna do: whether they are more warlike, just, equable, clever or dull, depends on where they were born. Here they are addicted to wine; there, to robbery and lechery; here they are inclined towards superstition; there to belief; here to freedom; there, to slavery [...] all depending on inclinations arising from their physical environment. Change their location, and, like trees, they take on a new character” (MONTAIGNE, [1580] 1980; PARKER, p. 42).

E, suas fortes bases no determinismo clássico, observadas quando o autor (1580) se direciona aos “efeitos positivos e negativos” do ambiente, do *terroir*. Este

maniqueísmo, consolidaria e popularizaria as construções e concepções futuras sobre o *terroir*, e sobre o ambiente, vistas no século XVII e XVIII, reverberando até Sample e Kroeber (este último mais influenciado pelas teorias de Bodin) (BROWN, 2005; PARKER, 2015).

Na afirmação supracitada de Parker (2015, p. 40-41), chamamos atenção para a oração “*connecting the heavens to the physical laws of life on earth*”. Interessante pensar na conotação da divinização do *terroir* e da natureza. De certo modo, ao analisar Montaigne, Thomas Parker (2015, p. 40-41) observa que “*the essay constitutes an apology for natural theology*”.

Explicável abordagem do pensamento de Montaigne é melhor entendida ao fazermos um paralelo com a antiguidade clássica, e com o movimento renascentista, das possíveis concepções próximas da Deusa da mitologia grega Gaia, atualmente também tem representação ou significado da Terra, do meio ambiente.

Montaigne ao observar as leis naturais, nos faz pensar num *religare* (vocábulo do latim do qual deriva religião) ao natural, às leis da natureza. Dizemos embasados na análise da afirmação “*human agents, no longer hanging on blindly to destiny, could thus reexamine and redirect their reason according to the rules of the natural cycle*” (LENOBLE, 1969; PARKER, 2015 p. 41).

À qual permite inferirmos que, houve um deslocamento parcial do entendimento, da visão, das representações e do imaginário sobre a natureza. Da abordagem vista na idade média, para a renascentista, mais racional, científica. Na análise de Parker sobre o pensamento de Montaigne (1580) o ser humano deveria, através do

“*Acknowledging nature’s laws and admitting that they act upon us was, in this view, not a wholly constraining factor. Instead, since unraveling nature’s mysteries and their relationship to human beings was considered to be the source of human enlightenment, merely understanding the natural cycle and defining how we are determined constituted a sort of freedom*” (PARKER, 2015, p. 41).

Portanto, para Montaigne, pela compreensão (racionalismo) de que existiria uma regência e “ação das leis naturais” sobre os humanos, conseguiria-se a iluminação. Desde que, conseguissem observar, raciocinar e aprender tais leis e, de certo modo a própria natureza. Assim, a relação “ser humano-meio ambiente” ganhava uma “aura nova” e, o ser não era de todo restrito e pré-determinado para o

filósofo. Para o pensador (1987), o ser humano, assim como os vegetais, era dotado de capacidade adaptativa, que o faz sobreviver e “aprender” outro meio:

“Montaigne seems closest to transforming climate and terroir into an exclusionary or even discriminatory construct, he alters the model to allow for an important detail: people, like plants, adapt when they are moved to conform to the environment surrounding them”. (PARKER, 2015, p. 42).

Percebemos uma dialética no pensamento do filósofo. Se *“Montaigne and other thinkers like him believed that humans ought naturally to be marked by climate and terroir”*, conotando um determinismo climático e ambiental, o ser, aprendendo e se modificando pela aprendizagem com a natureza, alcançaria a iluminação, poderia também “lapidar” as marcas ambientais impressas em si, através de educação e racionalidade (PARKER, 2015, p. 41).

Esta analogia com as plantas, é uma modificação e uma nova leitura do determinismo do período clássico e medieval, que em si, trás à tona análises que se, o meio propicia características à um vegetal, a mudança de ambiente levaria à outras características (PARKER, 2015).

Segundo Montaigne, o ser humano também era dotado desta capacidade adaptativa vegetal. Não seria errôneo reforçar as características dialéticas do pensamento do filósofo. Se o meio tem “força” determinante, o ser humano tem “características adaptativas”. Esta forma de interpretação, cria um imaginário justificativa às teorias deterministas do século XX:

“At first glance, Montaigne’s approach may appear debasing, since it asserts that entire populations are determined by their origin, leaving no place for free will. On the other hand, the absence of free will casts humans as victims of the climate; those who are bellicose or inclined toward thievery, for example, are not inherently immoral, but simply come from a climate that rendered them so” (PARKER, 2015, p. 42).

Quem não se lembra das aulas de História do pensamento geográfico, as leituras de Ratzel e os apontamentos sobre os “Habitantes do trópico” (RATZEL, 1891). Também notamos semelhanças nas abordagens que, poderíamos pensar mais próximas do “possibilismo”, ao “dar” força ao meio, mas analisar a existência de uma agência e características adaptativas ao humano. A agência não está só no “transplante” ou no “replantio” em outro *terroir*.

Está nas “soluções” para o ser humano, *“when nature’s mark became excessive that one would need to seek, through cultivation and education, to remove*

the patina of rusticity” (PARKER, 2015, p. 41). Portanto, entendemos que, há no pensamento de Montaigne (1580) uma relevância à agência humana, vista na racionalidade e na busca pelo conhecimento, como forma de diminuir as “marcas do meio” (PARKER, 2015).

2.4.2 O *terroir* em Bodin

Voltemos nossa atenção ao pensamento de Bodin. Este autor

“Classified the influence of climate on humans as common, but also as negative, upholding that the physical imprint of the earth and regional differences could adversely affect language and character” (PARKER, 2015, p. 37).

As convergências com Montaigne (1580) estariam na visão que, pessoas adaptam aos ambientes como árvores, com diferenças quanto à velocidade adaptativa. Bodin, defendia a criação de estruturas legislativas como forma de “mitigar esta influência da terra” (PARKER, 2015, p.46).

Para o *terroir* e para a História do Pensamento Geográfico, a contribuição do pensador está na releitura da metáfora do “solo e da seiva”, de Vitruvius, aplicando-a aos seres humanos (PARKER, 2015). Apresentemos uma parte da metáfora de Vitruvius, que fora em 1547, traduzida para o francês e posteriormente para outras línguas.

“These things, different in taste, originate in the nature of the earth, and it is just so for the sap of fruit trees: if the roots, as with vines [...], did not take on qualities according to the virtue of territories, and the fruits did not take on fragrances in the same way, the flavors of everything would in each country be the same [...]. Sicily boasts Mamertine wine, which is a wine from Messina, and rivals all of the best wines of Italy, Campania from Naples provides Falernian wine and Terracina and Fundi produce Caecuban wine, which derives its name from a terroir not far from Gayette [...]. (VITRUVIUS, 1547; PARKER, 2015, p. 46-7).

Ao ler Vitruvius, observa-se que

“[I]t’s the same thing in other provinces where there is an innumerable multitude of wines, all different in qualities and virtues. [This] would be impossible if the property of the terrestrial humor did not infuse its flavors in the roots, and did not nourish a matter which, rising to the extremities of objects, engenders a sap proper for the place and the species” (VITRUVIUS, 1547; PARKER, 2015, p. 46-7).

Frisamos que o texto fora traduzido em 1547, pois, se bem reparamos, encontramos o vocábulo *terroir*, mais precisamente na passagem “*which derives its name from a terroir not far from Gayette*”. O tradutor, francês, tinha conhecimento e entendimento do conceito, e “*adapting Latin meaning to the French lexicon and retrojecting the Renaissance French term terroir into his translation of the ancient text*” (PARKER, 2015, p. 47).

Assim, podemos pensar que, o vocábulo *terroir*, pode ter adquirido a conotação e, conseqüentemente a carga conceitual de *territorium*, pelo uso como equivalente nas traduções do latim para o francês, algo visto também na tradução das obras de Montaigne.

2.5- O século XVII: da genialidade de Olivier De Serres ao “*virus terrenum*”

2.5.1- As vanguardistas concepções de *terroir* em Olivier De Serres, o patrono da agricultura francesa

O final do século XVI e o início do XVII trazem novas luzes à síntese do conceito *terroir*, ao entendimento e ampliação de sua semântica. Como relembra Parker (2015), a primeira parte do século XVII é “teatro” de um personagem muito conhecido dos franceses, patrono da agricultura, que tem seu nome em muitas escolas, universidades e instituições ligadas à educação, como a *École Nationale Supérieure d’Arts Appliqués et de Métiers d’Art Oliver de Serres* (ENSAAMA, 2021).

Falamos de Olivier de Serres e sua obra que, trouxe ao *terroir* uma nova concepção, mais próxima da produção agrícola, aos saberes e lida com o solo, tendo muito contribuído para a conotação dos dias atuais (PRÉVOST *et. Al.* 2014).

Em 1600 é lançada a obra “*The Agricultural Theater and the Management of Fields*”, escrita por Olivier de Serres e, com traços de influência das teorias dos autores apresentados no século XVI. Alguns historiadores sobre a temática do *terroir*, entre os quais Parker (2015), a consideram a “mais completa” de seu tempo (PARKER, 2015).

Dentre estes especialistas, Parker (2015, p.50) aponta a importância do trabalho de De Serres ao observar que além de seu formato técnico, um manual,

esta aborda o conceito nada menos que 87 vezes, concluindo a necessidade do conhecimento do *terroir* (de uma parcela espacial específica), não somente como “sensorial”, mas, principalmente sua composição e estruturação física, como fator crucial para a escolha dos plantios.

Com a metodologia e abordagem teórica, materializando o *terroir*, De Serres permitiu o entendimento conceitual como estrutura física. Esta mudança no conceito se dá pela “*mostly pragmatic and non-aesthetic formulation for terroir*” proposta e conceitualizada por de Serres (DE SERRES, 1600; PARKER, 2015, p. 173).

A contribuição de De Serres para o tema num aspecto geográfico, encontramos ao entender a visão da separação de “*terroir*” e “clima”, analisando como elementos distintos que, operando juntos “*provide wine with its taste and force in accordance with their properties so that it is completely impossible to account for the diversity of wine by the species of grape*” (DE SERRES, 1600, p. 274; PARKER, 2015, p. 50).

Notamos semelhanças com a definição de Bruyérin-Champier ([1560] 1998, p. 552) do solo do *terroir* como “definidor” de características gustativas, para de Serres “*the same vine put in different places will produce different kinds of wine as diverse as the soils where it is planted*” (DE SERRES, 1600, p. 274; PARKER, 2015, pp. 50). Considerando as questões do clima De Serres,

“As did Estienne and Liébault in their *Maison rustique*, de Serres separates macro-and microclimatic differences, crediting *terroir* and not the grape for giving wine different tastes and qualities” (PARKER, 2015, p. 50).

Se, Parker (2015, p. 50) observa alguma “aberração” nesta passagem “*crediting terroir and not the grape*”, podemos analisar e entender uma modificação da forma do pensamento apresentado no século XVI, e ao mesmo tempo que permite entender melhor a materialização do *terroir* e componentes internos como fatores diferenciadores e qualitativos, vanguardista, não?

Também, levemos em consideração o estado da técnica e o estado da teoria, a biologia molecular, a química e agronomia do tempo não permitiam uma visão celular. Como lembra Westfall (2008), a microscopia, a descoberta das células, por John Hook (1635-1703), e as primeiras descrições de microorganismos, feitas por

Anton van Leeuwenhoek (1632-1723), seriam relatadas tempos depois da publicação (EGERTON, 2006).

A ênfase da abordagem está nos “*values an understanding of terroir insofar as it can help readers make planting decisions and shape their lives into harmony with the natural surroundings*”. (DE SERRES, 1600, p.1301; QUELLIER, 2007, p. 79; PARKER, 2015, p. 50).

De Serres, colocando o solo ao centro, ao mesmo tempo demonstra um princípio de Montaigne (1580), na obra “*Apology for Raymond Sebond*”, dando importância ao meio, vista em “*into harmony with the natural surroundings*”. Notamos a ideia da iluminação pelo entendimento da natureza, com uma nova abordagem, a harmonia entre ser humano e o seu meio. As teorias sintetizadas na visão conceitual do *terroir* apresentadas por de Serres, são na análise de Parker (2015) consideradas “*modern*” e “*early modern*”. O mesmo explica:

“*modern because the French recognized that physiographic aspects of the land had an effect on flavors and because there was a nationalistic and nostalgic relationship between people and specific places as illustrated through agricultural production*” (PARKER, 2015, p. 53).

E também,

“*Early modern in the sense that, as far as food was concerned, terroir was most often used in the technical context of deciding where to grow particular crops than in the context of culinary appreciation*” (PARKER, 2015, p. 53).

Na “*evolução*” das práticas e usos relacionadas e aplicadas no *terroir* (enquanto parcela espacial, forma de uso do vocábulo que de Serres contribui para conceitualizar com o “*pragmatismo*”)(PARKER, 2015). Portanto, além de metodologicamente vanguardista, obra de De Serres (1600) é tida “*como divisor de águas*”, entre os Séculos XVI e Séc. XVII., da historiografia do conceito de *terroir*.

Também, percebemos como uma ampliação dos conhecimentos apresentados pelos outros autores do século XVI, como relembra Parker (2015). A retórica de de Serres, utiliza-se de alusões, metáforas e personificações. Recursos literários que trazem uma representação do rural, da terra de certo modo romantizada, erudita e dotada de uma ética (PARKER, 2015). Cria um “*estilo de vida*”, uma exaltação do rural, enobrecendo o imaginário de sua época sobre o *terroir*,

“Turning farming and agricultural prose into an object as appealing in its style as edifying in its substance. Th is edification also comes in part from the work’s Christian overtones and the supposed moral rectitude possessed by the head of the estate who has provided for his family, producing the crops he needs as a function of the different sorts of land available to him” (PARKER, 2015, p. 51).

Criando uma representação de nobreza gerada pela lida com o solo, pelo trabalho. Um senso de retidão moral é dado ao “dono de terra” que provem sua família, através do conhecimento e uso dos solos de sua propriedade (PARKER, 2015). De Serres, constrói esta imagem, com recursos como

“elevates working the land to correspond both with the romanticized images and ethical standards of agriculture with ancient Hesiodic poetry (de Serres mentions Hesiod several times, at one point directly quoting six lines of verse) and with more modern romanticized images of mother nature, such as those appearing in Montaigne” (DE SERRES, (1600) 2001, p. 79–80; PARKER, 2015, p. 51-2).

Num breve aposto, o trabalho e sua valorização, advém da matriz da religião de Olivier, o protestantismo, fato lembrado por Parker (2015). Ao mesmo tempo, se afasta da figura do camponês, do *paysan*, clamando uma diferenciação entre o escritor e seu público, mais letrado, do trabalhador da terra. Assim, protege seu discurso e legitima-o: *“there are those who mock books on agriculture, referring us to the peasants who, they claim, are the only ones able to judge this discipline” (DE SERRES, (1600), [2001], p. 63; PARKER, 2015, p. 172).*

Uma marca do racionalismo, defende que o livro, forma de disseminação de saber e conhecimento é tão importante quanto a prática (o saber prático), que o camponês tem.

Além deste enobrecimento ao dono da terra, da defesa do cientificismo, de Serres sincronicamente *“lifting agriculture and terroir to a prestigious plane of consciousness” (PARKER, 2015, p. 51).* O autor e a sua obra, muito apreciada no início do século XVII, construiu uma nova representação e um novo imaginário, no qual era embutido o amor à terra (PARKER, 2015). Dizemos isto pois, nas palavras do autor (1600), mais uma vez mostrando uma semelhança com a visão de Montaigne em *“Apology for Raymond Sebond” (1580)*

“As the earth is humanity’s common mother and wet nurse and each man desires to live there suitably, by the same token, it seems that nature instilled in us an inclination to honor and think

highly of agriculture.” (DE SERRES, 1600, p. 59; PARKER, 2015, p. 51).

Diferentemente de alguns de seus antecessores, apresenta uma revolução na síntese do pensamento “ser humano e meio ambiente”. Para de Serres (1600) a relação seria íntima, como “mãe e filho”. Caracterizada pela reciprocidade entre terra e humanos, vista na maternalidade e no alimento, no papel de “*wet nurse*” da terra (DE SERRES, 1600; PARKER, 2015).

Apesar das semelhanças com Montaigne, ao apresentar como “materna” em seu “*Théâtre*” (1600), De Serres atribuiu novos papéis à humanos e ao ambiente, de maneira revolucionária. Esta afirmação fica visível ao apontar no estilo do autor (1600), humanizando o conjunto, e contrapõe as abordagens e teorias passadas, embasadas na unilateralidade e de dominação do imaterial pelo racional (PARKER, 2015,). Parker corrobora, demonstrando a modificação do imaginário como um efeito desta abordagem, ao lembrar que na obra de de Serres (1600), observa-se a “*humankind’s dependence upon and bond with nature and the earth, raising the latter in the estimation of the farmer to a figure meriting humanity’s utmost respect*” (PARKER, 2015, p. 51). Com relação específica à herança de Bodin, de Serres “*reduces the distance between human beings and terroir*”(PARKER, 2015, p. 52). Se Bodin,

“unromantically stated the effects climate and terroir have on humans, constructing them as influences that sully and adulterate the integrity of their speech and actions” (PARKER, 2015, p. 52).

Em *Théâtre* de De Serres, percebe-se que o autor

“Who positions humans and the earth on the same hierarchal plane, it is quite the opposite. Th is last observation bears out not only in the title but also in the spirit of de Serres’s work, since the Théâtre d’agriculture is indeed a “theater,” where plants and animals play roles and the human laborer is both the director sitting above the stage-set of plantings and an actor taking part in the estate” (PARKER, 2015, p. 52).

A obra, tem um enfoque geográfico muito interessante para a época, “*even the organization of the Théâtre reflects a terroir-oriented architecture*”. Diferentemente de Estienne et. Liébault, que denominavam seus capítulos de “*books*”, Olivier de Serres utilizou a nomenclatura de *lieux* (lugares) (PARKER, 2015, p. 51).

Desta forma, Parker afirma que “*not surprisingly, the first “place,” and the first line of the book, calls on the reader to understand the unique qualities of the terroir intended for planting*” (PARKER, 2015, p. 51). De Serres fundamenta a agricultura pelo entendimento “*of the nature of the terroir that one wishes to cultivate.*” (DE SERRES, 1600, p. 71 ; PARKER, 2015, p. 51).

Mais uma vez, diferenciando o “dono da terra” do camponês, conotando conhecimento científico à prática do cultivo, marca da influência do racionalismo na obra, o autor reflete que “o fazendeiro racional” “*should distribute his crops according to the diverse growing potentials of soils*” (DE SERRES, 1600, PARKER, 2015, p. 51). Denotando uma conotação telúrica do *terroir*.

Apontamos que, o conhecimento prático, que o *paysan* tem, do cotidiano, era agora, teorizado e transposto ao racionalismo. Para tal, como Estienne and Liébault, recomenda o método de Virgílio and Columella, como forma de analisar avaliar este potencial do *terroir*, o “*farmer steepes dirt in water, then tastes the water*” (PARKER, 2015, p. 51). Numa relação de sentimento e racionalidade,

“*farming must be the result of a precise assessment and intimate understanding of one’s soil, together with a pragmatic aim to maximize the quality and quantity of its harvest*” (PARKER, 2015, p. 51).

Boulaine et. Moreau (2002), ao analisar especificamente a página 89 do “*Théâtre*” De Serres (1600), afirmam que a fama e repercussão da obra, podem ser explicadas pelo prazer na leitura, que é proporcionado pela utilização da ferramenta e recurso literário de antropomorfização da natureza, criando personagens que

“*Contributes to the charm of the text: the sheep rejoice in the alfalfa, which seems exquisite to the cows; there is great friendliness between livestock with wool and those with hair, or if the earth relishes more carrying hay or wheat, it principally chooses hay*” (BOULAIN et. MORLEAU, 2002, p. 37; PARKER, 2015, p. 52).

Parker (2015, p. 173), sublinha uma referência direta ao estilo de Virgílio, presente nos poemas Geórgicos, também,

“*As Monica Gale specifies in her book on the Lucretian themes in the Georgics, for Virgil “several of the different soils have distinct ‘personalities’: in book two the rich soil is ‘cheerful’ (laeta, 184) while chalk is ‘difficult’ and ‘grudging’ (difficiles, maligni, 179), and salt or cold soils are qualified as ‘wicked’ (malus, 243, sceleratum, 256).” (GALE, 2000, p. 87 Apud. PARKER, 2015, p. 173).*

Esta citação demonstra mais uma vez a tentativa de Olivier de Serres de alcançar um determinado público-alvo, que tinha referências dos “clássicos” e, também que este recurso de humanização, é importante ferramenta didática para exposição de uma teoria, de maneira alegórica, assim, contribui para a criação de um imaginário sobre a temática. Que, com o passar dos tempos e popularização pelo uso pode se tornar um conceito específico de um campo.

Por exemplo o solo “*laeta*” da obra de Virgílio, que é fértil, “*joyful*” e ficou comum no contexto agrícola pela capacidade de “acumulação”(GALE, 2000, p. 87 *Apud*. PARKER, p.173).

Com estas técnicas, de Serres, amplia a discussão do *terroir* e, se o contexto técnico-conceitual era um “problema”, um paradigma até o momento, este foi retirado. Ao acrescentar sensibilidade literária, facilitando o diálogo e a narrativa contada ao leitor. O uso de personificação, o acultramento da natureza, a humanização, demonstram esta nova visão teórica entre ser humano e natureza e, para a obra, “*even as agricultural notions are presented as a rational science, their literary aspect remains prominent*” (PARKER, 2015, p. 52).

Ainda quanto à narrativa, por motivação de promover o conhecimento científico, diferenciou-se da Plêiade, não utilizando referências à mitologia grega nem romana, por exemplo, não há citação de Dionísios ou *Bacchus*. Outra característica importante da obra, a parcela espacial onde se passa a “peça”, Provença, uma região francesa faz perceber o vocabulário e conhecimento geográficos de Olivier de Serres, com uso de termos próprios das diversas regiões francesas (PARKER, 2015).

“He offers provincial dictums and clarifies a number of lexical variances, including different translations, such as those for alfalfa (luzerne versus sainfoin) or those describing mixes of white and red carnations (de rozete or piquassats) and often he adopts the Provençal versions over the Parisian” (DE SERRES, (1600) 2001 p. 449, p.884-885.; PARKER, 2015, p. 52-3).

De Serres, pelo uso das diferenças de léxico entre as regiões consegue representar, de uma maneira única a “riqueza e diversidade regional” francesa (PARKER, 2015, p. 53). Geograficamente, “*entices his readers with a lexical smorgasbord that demonstrates France’s regional variety while making the case for the book’s underlying thesis supporting the importance of terroir*” (PARKER, 2015, p. 53).

Num rápido paralelo, que será melhor discutido no capítulo III, o método de De Serres, que na geografia nos remete à Vidal de La Blache. A construção de raciocínio em De Serres, mostra seu enfoque regional também, visto que, observara e especificara as diferenças entre *terroirs* e regiões, focando na cultura local (língua), as formas regionais, buscando a diferenciação entre *contreés*. Parker, também observa que, a forma de escrita, humanizando a natureza, remete um autor ao outro (PARKER, 2015).

Voltando ao “Théâtre”, uma curiosidade muito bem vinda, que muda a forma de apreciar esta obra, além da proposição original da obra de De Serres (1600), está na alegoria criada entre a agricultura e o reino, transformando num tipo de tratado político, mais precisamente de um manual de governo. Explicamos entre os personagens, há o “*père de famille*”, que segundo a visão de Garrigues (2001) pode ser visto como o rei.

O “*père*” lida com a terra, entendendo suas características, e estando em sintonia com o *terroir*. Esta relação era recíproca, uma vez que, a terra respondia com a vida e exuberância nas colheitas e na natureza ao seu redor (PARKER, 2015). Parker analisa que, para “*De Serres, estate management entails “living” agriculture as part of a system where the père de famille is both the Théâtre’s main actor and its director*” (PARKER, 2015, p. 74). Por isto a analogia com o rei de França. A observação desta analogia implícita é de Garrigues (2001) que afirma

“*For the Théâtre’s first readers in the seventeenth century, the significance of the holistic system did not end there. The père de famille not only depicted Olivier de Serres, the “Seigneur du Pradel,” watching over his estate but also, considering the image in larger moral and practical terms, brought to mind France’s king, Henri IV*” (GARRIGUES, 2001, p. 24; PARKER, 2015, p. 74).

Embasado nos trabalhos de Lenoble (1969) e Thomas (1983), Parker traduz o simbolismo para uma visão administrativa e geopolítica:

“*the father’s overarching role, whether he be the father of the family, the seigneur of a fiefdom, or the head of the country, was to use reason and experience to facilitate agriculture and interact personally with each aspect of rural life, understanding the various terroirs (regions) of his estate (kingdom) while ensuring the planting of fields, the management of people and livestock, and the production of a bountiful harvest*” (PARKER, 2015, p. 74).

2.6- O *terroir* como adjetivo pejorativo e a valoração da pureza: uma nova fase da relação ser humano natureza.

2.6.1 Os projetos da *Académie Françoyse*

O início do século XVII é marcado pela influência teórico-conceitual construída no século XVI, numa visão sintética

“Climate and terroir had already been used to create expectations for the behavior of people and the taste of produce in a wide range of contexts, from poetry and political philosophy to farming and medical science” (PARKER, 2015, p. 54).

Uma forma de entendimento é a verificação do significado de um determinado vocábulo num dicionário. O *Nicót Thrésor de la langue Françoyse*, na edição de 1606, apresentava uma definição do verbete *terroir* enquanto uma parcela municipal, solo ou terra específicas e apropriadas para uso agrícola (NICOT, 1606; PARKER, 2015). Esta definição coincide e reverbera a apresentada em 1600 por De Serres, comprova o sucesso e repercussão alcançados por sua obra.

As visões e conotações intrínsecas e associadas ao *terroir*, contudo, se modificam de maneira rápida. No campo do significado social do *terroir*, a atrelada ao ser humano, que, influenciou de certo modo as concepções que tinham relação com a geografia, a conceitualização aplicada às áreas espaciais e agrícolas, sobretudo no que tangia a prática e o valor do *conceito e da parcela espacial* (PARKER, 2015). Se, em 1600, era entendido com valor neutro ou positivo, já na metade do século XVII, era visto como uma rusticidade, algo sujo, que precisava ser expurgado. Como mudou tão rapidamente a acepção do *terroir*?

Parker (2015) associa o absolutismo monárquico, a centralização de poder em Paris e as ideias em nascimento na corte. Deste modo, as províncias e, consequentemente o *terroir*, passaram a receber uma carga pejorativa e negativa (PARKER, 2015). Se bem pensarmos, fruto desta era, o próprio termo “provinciano”, província, denota algo distante e não cosmopolita. Visão que, pode ter reverberado do século XVII até os dias atuais (PARKER, 2015).

Adentrando nos fatores que levam o *terroir* ao descrédito e ao uso como adjetivo pejorativo, que explicava as características negativas nos seres humanos, encontramos os personagens que contribuíram para esta nova face do vocábulo-

conceito. Aponta Parker (2015) um papel fundamental nesta nova concepção às mudanças relacionadas à língua e à forma de expressão. O surgimento da *Académie française*, é um marco neste sentido:

“The principal function of the Académie will be to work with all the care and diligence possible to give certain rules to our language, to make it pure and eloquent and able to treat the arts and sciences.” (ACADÉMIE FRANÇAISE, 2021; PARKER, 2015, p. 58).

Se estes pensamentos, parisienses, sobre a forma e estética do discurso surgiram tempos antes, a *Académie* os condensou e formalizou os anseios, a busca pela nova oratória, elegante, formal. No século XVI a oratória era embasada nos

“Classical standard of eloquence was that of the fourth-century bce Greek orator Demosthenes, whose speeches were predicated on conveying the intellectual core and weight of the message” (PARKER, 2015, p. 57).

Em contraposição, Parker encontra uma explicação derivada de Fumaroli (1994). Este autor (1994) afirma que no século XVII *“the lighter and more elegant turns of phrase of Ciceronian aesthetics became the new model, and by the 1620s and 1630s “style was more important than substance”* (FUMAROLI, 1994; PARKER, 2015, p. 57). A adoção deste modelo de discurso, desta

“Ciceronian tradition of speech was further reinforced by the vogue in France for the writings of Castiglione, a Renaissance Italian author and diplomat who aspired toward eloquence through loftiness and measured civility (douceur) rather than through the “force” of argument or the sources of its “invention” and inspiration” (FUMAROLI, 1994, p. 648; PARKER, 2015, p. 57).

Em 1634, as correspondências trocadas entre 3 dos membros-fundadores da *Académie*, Cardinal de Richelieu, Messieurs de Bautru, du Chastellet, e de Boisrobert, são evidência da confluência de ideias que visava “limpar” e padronizar a língua francesa (PARKER, 2015, p. 57). Como exemplo desta empreitada, Parker apresenta as palavras de Pellisson-Fontanier (1688):

“clean from the language the rubbish (ordures) that it had contracted, either in the mouth of the commoners, in the palace crowds, in the impurities of chicanery, or in the incorrect usages of courts” (PELLISSON-FONTANIER, 1688, p. 17-8; PARKER, 2015, p. 57).

Pela démarche destes autores, percebemos que

“This project of cleansing the language would quickly be nuanced in regards to the perceived sources of contagion. By the middle of the century, authorities on fine speech such as Claude Favre de Vaugelas began to refer to the French court not as dirtying the language, as de Bautru, du Chastellet, and de Boisrobert had only a decade before, but rather as establishing the standard for high language and culture. The provinces, on the other hand, became increasingly known as the source of impurities and of the rubbish infecting the French language” (PARKER, 2015, p. 57-58).

Alegando estas impurezas infectantes,

“unruly, heavy, and dirty connotations surrounding the provinces were, in fact, targeted by the Académie from the outset of its efforts to regulate the French language by creating rules on accepted pronunciation and spellings that marked clear changes from the preceding decades” (PARKER, 2015, P. 58)

A leitura da obra de Parker (2015) nos permite analisar que, se o século XVI, o prestígio e o imaginário sobre as províncias levava ao *terroir*, à valorização do regional, das *contreés* (no sentido vidaliano de diferenciação entre parcelas espaciais), dos *pays*, que criava a representação e imaginário coletivo de nação rica, abordado por exemplo, na obra de Jacques Gohory (1549), pelos trabalhos de Le Paulmier (1589) que, mesmo classificando “melhor e pior”, representava as múltiplas faces regionais pela produção de cidras e vinhos, por De Serres e o uso dos termos de vocabulários regionais franceses.

A mudança trazida pela centralização do poder, desloca todo o prestígio para Paris, modificando, em curto espaço de tempo, também a forma de identidade e representação.

“Just as terroir and regional identity owed part of their early construction to the Pléiade and its reflections on language, their fall from popularity was accelerated by changing linguistic standards, as varying regional “flavors” in accents and dialects were spurned in favor of homogeneity in expression” (PARKER, 2015, p. 54).

O regime absolutista, as formas de demonstração de poder e, o simbolismo e a apresentação para as nações vizinhos, foi concomitante com a busca pela a purificação da língua e também com “a padronização da França”, com sentido da representação de uma unidade e um padrão, construía-se o imaginário de uma estética absolutista, que representava poder e riqueza, grandeza da França e de seu rei (PARKER, 2015).

Este esforço, esta démarche de

“standardize, harmonize, and cull the language according to a centralized set of rules cast the provincial variety of dialects and usages as tainted anomalies, thereby marginalizing those whose French did not meet Parisian standards” (PARKER, 2015, p. 58)

Para este projeto, a diagramação espacial, embasada na pureza e na estética, a gastronomia, e as regras de etiqueta, foram cruciais. A modificação no pensamento, leva a uma mudança também em partes integrantes da cultura, como a culinária,

“The desire for a “pure,” cosmopolitan tongue spread from speech to taste, affecting trends in cuisine as segments of the population attempted to lose whatever regional patina they themselves might have—or might be perceived by others as having—by pointedly seeking “pure” and “neutral” foods” (PARKER, 2015, p. 54).

2.6.2 A pureza comportamental e linguística: uma démarche pela erradicação das “influências” do *terroir*

A mudança na noção de pureza foi fator fundamental para a instauração desta “caça” às culturas das províncias e ao *terroir*. Em “*canibais*”, de Montaigne, a concepção de pureza é “*equated with innocence and naivety*” (PARKER, 2015, p. 58). Este conto, apresenta tais características, como “*an Edenic quality to the language of those who live deep within nature, uncorrupted by society and civilization*” (PARKER, 2015, p. 58).

A crença que “*undertraveled provinces were bastions of purity was reversed in the seventeenth century, and it is in this context that the word terroir was frequently employed to qualify language*”, por consequência, referir-se a cultura popular de uma determinada região (PARKER, 2015, p. 58).

Neste aspecto, o livro “*Remarques sur la langue française*” publicado em 1647 por Claude Favre de Vaugelas, é considerado como um “*monument of the movement toward this new conception of linguistic perfection*” (PARKER, 2015, p. 58). Um exemplo é visto quando Vaugelas congratula o tradutor Jacques Aymot, transformando-o em modelo do uso perfeito da linguagem. Para o escritor, a forma de se expressar de Aymot era “*naturally French, without any of the mixes common*

in the provincial way of speaking, which always corrupts the purity of the authentic French language.” (VAUGELAS, 1647, n.p ; PARKER, 2015, p. 58).

Em seu manual da boa linguagem, o autor (1647) utiliza-se de uma metodologia que representa a França buscando a pureza linguística que erradicaria a influência do campo (PARKER, 2015). Para além da língua, esta publicação e o autor são símbolos da busca pela pelos ideais parisienses e cosmopolitas, do projeto pela erradicação do *terroir* e do regional. A representação e a identidade que seriam valorizadas, os discursos e o imaginário, agora seriam em consonância com esta “França refinada”, símbolo do poder e sofisticação de seu rei. Vauguelas, em um de seus discursos, que bem ilustra este período histórico, orienta que

“Sophisticated readers must be exceedingly careful not to contract the insidious vocabulary, accent, and verbal mannerisms of the provinces, referring to them as if they were plague-affected zones” (PARKER, 2015, p. 59)

Nas palavras de Vauguelas, *“one must not unwittingly let oneself be corrupted by the scourge of the provinces by staying there for too long”* (VAUGELAS, 1647, n.p; PARKER, 2015, p. 59).

O autor (1647) cria um elo entre o campo, a província com a linguagem corrompida o que traria ao vocábulo *terroir*, o significado de “aspectos negativos da provincialidade, como falta de refinamento”, características toscas (PARKER, 2015, p. 59).

Parte importante da construção deste discurso de distanciamento, e até de negação de Vauguelas, é encontrado na sua fala de que pessoas “lutam” contra a rusticidade e, *“continually resisting the vices of their terroir [...] latched onto excellent masters whom they decided to imitate”* (VAUGELAS, 1647, n.p; PARKER, 2015, p. 59).

Outro pensador sobre a forma do discurso, Bouhours pregava a pureza associando a forma de falar às características neutras da água: *“beautiful language resembles a pure and clean water that has no taste; it is self-evident, flowing from its source; it goes where its natural inclination takes it.”* (BOUHOURS, 1671, p. 78; PARKER, 2015, p. 60)

Béat Louis de Muralt, em *“Lettres fanatiques”* complementa a marginalização do *terroir*, representando-o como *“an impurity corrupting the transmission of ideas, bringing turbidity to what would otherwise be the bright light*

of science” (PARKER, 2015, p. 60). Seria também, em nossa análise uma tentativa de negação do saber popular, de desvalidação dos conhecimentos tradicionais e uma valorização do método científico e da racionalidade, do saber acadêmico, do regional e provinciano. Ainda sobre a concepção de Murault, Parker sintetiza

“The effect is rather the contrary, especially in the “flat countryside” and backwater boonies where not much goes on. In these places, turbidity takes hold, with terroir adversely flavoring knowledge and leading to cumbersome impurities. In knowledge, exactly as in language, the goût de terroir is what sullies and infects otherwise pure ideas; it acts as a sludge (la fange) that corrupts reason and speech” (PARKER, 2015, p. 61).

Observamos que, este novo imaginário, contrapôs um importante valor atribuído conceito do *terroir* do século XVI. Parker corrobora,

“the Renaissance topos of truth lying under the soil—as in Rabelais’s Dive bouteille or in de Serres’s conception of the earth as the determiner of agricultural verities—was reversed” (PARKER, 2015, p. 61).

A influência deste ideal e projeto purista foi muito grande, sendo aceita por muitos pensadores, que utilizaram as teorias do determinismo ambiental e climático comportamental de Montaigne e Bodin, como embasamento para suas teorias deterministas, tangendo diferentes pontos (PARKER, 2015). Um destes pensadores foi Jean-Baptiste Morvan Bellegarde, num escrito de 1697. Tão bem-aceita que virou uma conotação do vocábulo, encontrada na edição de 1701 do Dicionário Furetière. Parker destaca em Bellegarde

“People from the provinces, no matter what they do, cannot rid themselves of a sort of vice of the terroir that is opposed to politeness; they please people at first by their niceties, but as the interaction goes on, one invariably quickly finds in their manners and actions that little something that enormously repels elegant people who have a true understanding of politeness.” (BELLEGARDE, [1697] 1712, p. 232; PARKER, 2015, p. 59).

O *terroir*, passaria então à ser uma construção imaginária e uma representação associada a uma doença, uma praga. Tanto que, Parker analisando os manuscritos do autor (1697) conclui que

“Provincial terroir in this iteration does not simply influence one’s comportment, but rather permanently corrodes one’s taste and capacity for reflection. Furthermore, the effect is so strong that Bellegarde denies the possibility that it can be resolved through self-analysis or time spent in polite company” (PARKER, 2015, p. 59).

Desta visão de Bellegarde (1697), surgiram termos específicos, derivados deste uso do vocábulo *terroir*, para se referir ao habitante da província como “*to smell of the terroir*” (“*sentir le terroir*”), “*to have the taste of terroir*” (“*avoir le goût de terroir*”) (PARKER, 2015, p. 59). Destas expressões, devemos fazer uma diferenciação entre “*goût de terroir*” e “*goût du terroir*”. Esta segunda tinha um significado neutro, que advinha das características do *terroir* encontradas no vinho. Esta neutralidade da expressão para o uso do terreno, datada do século XVI e de De Serres não havia sido perdida, mesmo no século XVII (PARKER, 2015, p.174).

Quando usada enquanto termo espaço social pejorativo, Parker (2015, p.60) ainda observa uma ligação entre “*goût de terroir*” e “*patavinité*”, a “falta de polidez e refinamento presente na linguagem dos habitantes do campo”. Vocábulo que se origina como um termo do latim (*patavinitas*) para tratar os naturais de Pádua, na Itália (BEAUVAL, 1688, p. 488 *Apud*. PARKER, 2015, p. 60).

Com esta concepção, podemos entender a criação de novas representações que, contrapunham e, negavam o *terroir*. A primeira, era o arquétipo do aristocrata, o modelo à ser seguido, urbano, caracterizado pelas “virtudes” da polidez, educação, refinamento, cultura (idealizada por este movimento). O segundo era o “*honnête homme*”, arquétipo que, apesar de seu nascimento em classes menos abastadas, mais baixas, “*had culled his social acumen to its highest potential*” (PARKER, 2015, p.59-60).

Notamos como as representações dos arquétipos traduzem também a mudança no pensamento e nos valores da sociedade francesa, propondo um outro projeto de nação, diferente do século XVI. Explicamos, basta pensar na relação e no valor social do “*père de famille*” e do aristocrata urbano. Arquétipos que permitem observar também a mudança no imaginário, nas representações e no valor atribuído. Portanto deduzimos um deslocamento do rural para o urbano, das províncias para Paris.

Valores estes que seriam diretamente aplicados no espaço, nas formas, na natureza e no *terroir*. Trazendo uma nova forma de entendimento das relações “ser humano-natureza” que, possibilitam a análise do conjunto espaço-sociedade francesa no século XVII.

2.7- A natureza “aos pés” do rei, Versailles e os *jardins du roi*

A relação íntima com o campo, com o solo, construída durante o século XVI e sintetizada, nos campos do imaginário, nas representações e no valor atribuído, na obra de De Serres, teve sua derrocada atrelada, em parte, à derrota em campo de batalha e, conseqüente perda de prestígio de classes associadas à propriedade rural. Mais especificamente, quando o exército comandado Cardeal Mazarin vence as tropas de nobres e senhores de propriedade, pondo fim à insurreição da aristocracia provinciana, e à guerra civil (1648-1653) (PARKER, 2015, p. 76).

Esta vitória “abriu caminho” para a consolidação do regime absolutista de Louis XIV (PARKER, 2015). Como consequência das *démarches* da *Académie*, da aristocracia urbana e deste fato histórico, combinado à centralização do poder,

“The provincial jewels lost their splendor when compared to the glory of the absolutist Parisian crown. The change was also connected to terroir’s concomitant lexical fall from grace” (PARKER, 2015, p. 76)

Como nos discursos de Cícero, a busca pela forma e estética era também observável no regime absolutista. Não só a centralização de poder, o imaginário e a representação da riqueza provinciana do séc. XVI são substituídos por “*a growing fascination with the ascendant supremacy of Paris, talk of fields and agronomy went out of vogue, replaced by a developing interest in gardens*” (PARKER, 2015, p. 76).

Num movimento estético visando a neutralidade e “pureza” espacial, arquitetônica e teórica, comparável também ao projeto da *Académie*, buscando a lapidação ou a subordinação da natureza (vista como) imperfeita para construção da perfeição estética, vemos os “*jardins*” de Versailles (PARKER, 2015, p. 78).

Símbolo do apogeu do regime absolutista francês, como representação da cultura cosmopolita, dos ideais de pureza e como reflexo do poder de seu rei, o *jardin* era construído pela

“ordered symmetry of its rows of trees, and patterns of flowers neatly arranged and geographically orchestrated, represented values greatly at odds with those of terroir-infected language and produce” (PARKER, 2015, p. 72).

Num sentido da busca pelo neuro, pelo perfeito, que representaria a força e o esplendor da França e de seu rei, Louis XIV, este movimento aplicaria também

no urbano suas ideias de “máxima sofisticação”, como aponta Parker (2015). Ideais vistos no arquétipo do cosmopolitanismo, da utópica teoria do “*no-place*”, vista num sentido de não ser, de maneira alguma, “*marked by the provinces, or by any sort of terroir, was akin to being afflicted by a cultural blight*” (PARKER, 2015, p. 73).

Observemos “*cultural blight*” utilizado por Parker (2015), traduzido para o português como “*praga cultural*”. Assim, “extirpando” as “*marcas do terroir*”, a cultura regional, os símbolos, signos e tradições dos *terroirs* e das regiões, apontamos o projeto absolutista de construção de uma nova cultura francesa alicerçada pelos valores da pureza, da neutralidade espacial, desta utopia do “*no-place*”. Quanto à relação “sociedade-natureza”, Parker (2015) afirma que

“This evolution sits in diametrical opposition to the depictions of farming made in sixteenth-and early seventeenth-century literature. Prior to the construction of Versailles and the release of a spate of books on gardening that replaced the Renaissance vogue for literature on estate management, one of the most iconic representations of nature was the idealized notion that appeared in Olivier de Serres’s Théâtre d’agriculture” (PARKER, 2015, p. 74).

A ideia em voga, a “*conviction of technical mastery and moral superiority over nature*”, permite que notemos a desconstrução da visão e imaginário criado por e, partindo da obra de Olivier De Serres da igualdade entre o objeto imaterial e o ser racional, passando agora para uma hierarquia, o ser humano se define como “mestre” do natural (PARKER, 2015, p. 76).

Tal análise nos permite uma analogia sobre a extensão dos poderes reais, inclusive sobre a própria natureza, que pode ser vista na nação, se observarmos o contexto do absolutismo, seus simbolismos e suas representações (PARKER, 2015). Quanto às teorias e práticas relacionadas à terra, percebemos um paradoxo

“Ironically, in the pursuit of gardening, a practice specifically devoted to earth and dirt, terroir once again appeared in the pejorative context of deviation and insalubrity. One needed to rule over the soil, separating the landscape from one’s own identity instead of assimilating the two” (PARKER, 2015, p. 73-4).

Falamos na citação acima de outro marco desta mudança de mentalidade e de concepção do *terroir* pode ser visto nas obras de Jacques Boyceau de la Barauderie, que em 1638 apresenta seu “*Traité du jardinage*”. Publicação que, seguramente, segundo raciocínio de Parker, influenciou o principal arquiteto de

Versailles, Le Nôtre e o jardineiro real La Quintinie, à quem é creditada a criação do *potager*, da horta real (PARKER, 2015, p. 76).

Comparando as obras de Boyceau e De Serres, encontramos semelhanças, na análise e na importância de geofatores físicos que compunham um *terroir*, “*suggested that a keen understanding of nature, diverse climatic conditions, air, and water was necessary for success*” (PARKER, 2015, p.77). Em contrapartida, as diferenças, estas já são vistas logo na primeira página do livro. Na qual Mariage (1990) aponta que

“*Boyceau’s title imagery and text highlight lawns, groves, and garden beds (pelouses, bosquets, parterres) and state as his objective the consideration of ornaments serving to beautify (embellir) the garden.*” (MARIAGE, [1990] 1999, p. 49-50; PARKER, 2015, p.77)

Comprovando a mudança de concepção e a carga negativa atrelada ao *terroir* durante o século XVII:

“*The priorities of the two works are almost symmetrically flipped, and this change is reflected by the use of the word terroir itself. It appears eighty-seven times in de Serres, but only in ten instances in Boyceau*” (PARKER, 2015, p. 77).

O ideal de pureza e beleza combinado a significado e uso do vocábulo com função de adjetivar características negativas,

“*Helped to eradicate it almost completely from the vocabulary of beautification in garden aesthetics, and it appeared with radically fewer instances in other gardening manuals in the following years*” (PARKER, 2015, p. 77).

Sobre a obra de Boyceau, a modificação da observação e entendimento da relação “ser humano-natureza”, é vista na total separação agricultura e na jardinagem. Assim, a obra do autor fez importante contribuição

“*To solidify a negative association with terroir and agriculture, since it distinguishes between urban areas and the countryside, relegating the production of provincial fields to the lowly laborer*” (PARKER, 2015, p. 77).

O *paysan*, para este autor (1638), deveria cuidar das plantações de trigo, da agricultura. No prefácio do livro 2 do tratado de Boyceau (1638) o autor apresenta métodos escritos para “*the gardener, seeking to follow the “rules and maxims” necessary to obtain the beauty found in the royal houses of Paris, Fontainebleau, and Saint-Germain*” (PARKER, 2015, p. 77). Então, numa releitura espacial de

Gabriel Tarde, em 1890, “*Les lois de l' imitation*” (1891) e recorrente em outras obras (1901, 1986) que observou a “potência reprodutora” e imitadora de público e também contida nos objetos, nos modelos, e nos pensamentos. Argumentamos que estas conotações e representações contribuíram para a homogeneização estética do Século XVII francês, desmontando, em parte, a unicidade física e cultural do *terroir*, em detrimento da “ordenação” humana da natureza, da “perfeição” e da pureza. Um exemplo pode ser visto na horta real de *Versailles*:

“*The nine-hectare space known as the potager du roi provides an excellent example of how nature was mastered and transformed into a terroirless place. From its very inception, the king’s vegetable garden stood in opposition to the notion of terroir as practiced by Olivier de Serres and his generation*” (PARKER, 2015, p.79).

Numa observação do desprezo e da negatividade atrelada ao *terroir* e, todo o conhecimento produzido sobre este conceito, Garrigues (2001) e Parker (2015) “*between 1676 and 1683, La Quintinie oversaw at great expense an artificial transformation of the land in order to plant*” (PARKER, 2015, p. 79).

Alegoricamente, se o *terroir* era a representação regional, da província, e a utopia do “*no-place*” era o cosmopolitismo buscado e reverberado em Paris e *Versailles*, como resultado das técnicas de jardinagem do jardineiro real, percebemos a negação do passado e da relação harmônica (séc. XVI) e exacerbação do séc. XVII, da “maestria” sobre a natureza, também súdita das vontades do rei (PARKER, 2015). Sobre a horta,

“*Rather than seeking the most well-known terroir for any one product and growing fruits or vegetables that would produce the best correlation between flavors and soil types, the king was happiest when he could produce at Versailles fruits that could be mistaken for those from other parts of the world, including his orange trees from Portugal, white figs, and peas often grown out of season*” (PARKER, 2015, p.81).

Relatos de La Quintinie e, de outros personagens históricos narravam que

“*the king enjoyed bringing visitors into the gardens to pick fruit, and often ventured personally into the garden to interact with nature, his activities were limited to harvesting here and there or displaying his scientific mastery and control of nature through new pruning techniques*” (PARKER, 2015, p. 80)

Norbert Elias (1983) enfatizou esta análise de *Versailles*, a representação na paisagem, no espaço e no *terroir*, “*of the king’s mastery over both the human and*

natural world, and an attempt to bring perfection” (PARKER, 2015, p. 78). Elias observa que, pela aplicação da técnica, criava-se uma ilusão de ótica, que gerava uma impressão no visitante, a de “subserviência” e “obediência” da natureza ao rei

“It suits the king’s taste to group the trees and plants in his garden in clear forms that are easily overlooked, as the courtiers are grouped by ceremonial. The trees and bushes must be trimmed in such a way that no trace of disorderly, uncontrolled growth is visible. The paths and flowerbeds must be so arranged that the structure of the garden show the same clarity and elegance as that of the royal buildings” (ELIAS, 1983, p. 227; PARKER, 2015, p. 78).

Embasados tanto em Mukerji (1997), quanto em Parker (2015), que afirmam ser a metáfora da “dominação do mundo natural”, representada pelas formas estéticas, a neutralidade do ambiente, a neutralidade do *terroir* (*terroirless*), as escolhas de plantas do mundo, uma demonstração do cosmopolitismo, da maestria científica, e do poderio militar do reino, bem como, dos valores aristocráticos, como a busca pela perfeição (artificial), sem marcas, nem influência do *terroir*, pura e neutra (MUKERJI, 1997; PARKER, 2015 p. 79).

2.8-As discussões sobre a linguagem, determinismo ambiental e a reavaliação do conceito e adjetivo *terroir*

Apesar de negado, transformado em um adjetivo pejorativo, “*la fange*”, um motivo de preconceito de atraso, e de impureza, alguns pensadores propuseram um foco diferente ao *terroir*. Analisando estes autores, em especial Claude Buffier, Parker afirma:

“This opposing trend underscored ambivalence concerning the system of terroir-related values while reaffirming persistent French beliefs in the earth’s systemic hold on the qualities of plants and the dispositions of human beings” (PARKER, 2015, p. 62-3).

O *terroir*, por muitos destes autores, novamente era visto com “*an actual force physiologically determining people in the same way that it determined plants*” (PARKER, 2015, p. 63). Reavivando o debate epistemológico proposto por Montaigne e por Bodin no século XVI. Voltando à atenção a obra de Buffier, o livro “*Examination of Common Prejudices*”, entendemos a intenção de “*sought to disabuse readers of vulgar prejudices*”. Esta obra combinada à teoria e pensamento

do autor, influenciariam a construção teórica de Montesquieu (PARKER, 2015, p. 63). Em “*Examination*”, Buffier

“Reaffirms that one’s terroir marks one’s speech and acknowledges that this circumstance denigrates the provinces in the eyes of Paris and the court. He also judges that while there are legitimate differences between accents, one cannot make a qualitative judgment concerning which accent is better” (PARKER, 2015, p. 63).

Esta obra modificaria o paradigma dicotômico referente ao “puro e ao impuro”, apresentando o *terroir* como “*one of the acceptable, normative factors that influence speech*” (PARKER, 2015, p. 63). Outro autor, que contribuiria para uma visão do *terroir* como diferença “aceitável” era *Chevalier* de Méré, modelo de refinamento da época, tido por seus contemporâneos como uma verdadeira autoridade sobre o comportamento, ritualística e do cerimonial (PARKER, 2015). Parker (2015) afirma que sua abordagem se baseava na premissa que a linguagem não era apenas um reflexo de refinamento intelectual e de caráter, era uma representação das origens (lidas aqui num sentido local nascimento). Para Méré, em “*De l’éloquence et de l’entretien*” (1701)

“it is true that we possess that little something from the places where we are born, especially if we pass our lives there, and differences of mind and temperament are reflected in language” (MÉRÉ, 1701, p. 71; MÉRÉ, 1930; PARKER, 2015, p. 65).

Seu embasamento teórico, a “teoria da origem natal”, ampliado com a premissa dos efeitos do local de origem, no ser humano, aumentavam e intensificavam conforme o mesmo ia crescendo. Desta maneira, “*regional differences not only affect our way of expressing ourselves but also reflect more important differences in our minds and personalities*” (PARKER, 2015, p. 65).

Uma importante advertência do *Chevalier* aos aspirantes à sociedade, demonstrava a retirada de carga negativa da concepção de *terroir*

“The cultivated person should not succumb too entirely to terroir. A gentleman should be natural in reflecting his terroir, but not too natural (“trop naturel”) or unrefined: he should not go to seed in his province” (PARKER, 2015, p. 65).

Parker afirma que há semelhança no discurso de Méré e nas teorias propostas por Buffier. Esta, fica observável quando, nos escritos, *Chevalier* “*goes on to say that he finds pleasure in certain accents*” (PARKER, 2015, p. 65).

Pode se pensar que a “carga negativa” atribuída à temática relacionada e ao que o *terroir* era e representava estava diminuindo. Como podemos analisar, o *terroir* já não era visto de maneira (tão) repulsiva. Era “aceito”, desde que, estas características que o “meio dotava ao humano” não fossem “*trop naturel*” (MÉRÉ, 1701, PARKER, 2015, p. 65). Era uma tênue linha entre a aceitação e a visão anterior de comportamento rude, tosco.

O padre Adrien Baillet, conhecido como o primeiro biógrafo de Descartes, foi outro responsável por uma visão “menos” negativa do *terroir*. Baillet foi grande crítico da teoria que influências do meio seriam determinantes para a forma de pensar, raciocinar e para o discurso pessoal, a maneira de falar (PARKER, 2015, p. 66). O padre:

“Writing of a brand of literary criticism in which authors were judged according to their climate and terroir, Baillet laments that so much importance should be accorded to the determining influence of origin”(PARKER, 2015, p. 66).

Quanto ao comportamento, Baillet atribuía, características ao *terroir*:

“Although we have said above that the qualities of a man’s mind are personal, and there is a sort of injustice to attribute to a climate, a territory, or a province the vices and virtues that we observe in authors, nevertheless, rather than breaking with most critics, one must agree with them that authors, being composed of corporal matter as well as spiritual substance, are affected in this at least by the quality of the air they breathe and the terrain that nourishes them” (BAILLET, 1685-6; PARKER, 2015, p. 66).

A contribuição deste autor estava na percepção de uma problemática epistemológica entre o comportamento humano e o determinismo climático, fato que podemos atribuir à sua formação religiosa e, na visão teórica que o ar e o solo poderiam ter influência sobre o ser humano, sem atribuir neste fato uma noção pejorativa ou um maniqueísmo (PARKER, 2015, p. 66).

Perceptível em “*nourish*”, verbo relacionado à nutrição. Parker levanta assim, a hipótese que pela visão de Baillet, seria uma

“good reason to believe that some segments of the population in seventeenth-century France considered human beings to be naturally linked to the earth, without attaching forcibly negative connotations to that relationship” (PARKER, 2015, p. 66).

As idéias de Baillet, tiveram impacto quase imediato, sendo que, 3 anos depois, já eram abordadas em trabalhos de maior relevância para a academia da

época. Tratamos de “*Digression sur les Anciens et les Modernes*”, obra de Bernard le Bovier de Fontenelle, datada de 1688. Esta publicação tinha alguns pesamentos embasados em premissas que “antigos” e os “modernos” não teriam diferenças intrínsecas, pois eram “feitos do mesmo barro” (PARKER, 2015, p. 65). Esta obra atribui um papel “mais importante” ao *terroir* e sua influência ambiental (PARKER, 2015). Teorizando sobre o plano das ideias, e das civilizações, aponta que:

“Different ideas are like plants or flowers, which do not all grow as well in every sort of climate. Perhaps our terroir in France is not right for the reasoning that the Egyptians do, no more than for their palm trees, and without going so far, maybe the orange trees that do not grow as well here as in Italy demonstrate that there is in Italy a certain bent of the mind that is not completely similar to that in France” (FONTENELLE [1688] 1790, p. 281-2; PARKER, 2015, p. 67).

Em analogias semelhantes às de Montaigne (ideia de humanos como plantas) e, de certa forma, revisitando os conceitos geoagrícolas de Olivier de Serres,

“Fontenelle demonstrates how tightly identified the world of plants and the agricultural register remained with the world of humans and their modes of reasoning. He equates thoughts to flowers and fruit, with their sensitivity to climate, thereby marking a retreat from an ideal of language or reason “as pure as water.” (PARKER, 2015, p. 67).

Em Fontenelle, foi concebida uma outra forma de apresentação do *terroir*, o da produção de teorias, da razão, conforme variavam as áreas. Pela analogia das ideias com o reino vegetal, este autor propôs que “*thought exists in types as diverse as the types of weather and soil*” (PARKER, 2015, p. 68). Esta obra tem fortes e visíveis influências do “princípio adaptativo do ser humano”, dialogando com algumas teorias de Montaigne:

“Since the human brain is less material than a plant, it is easier to transplant human beings to Paris from Rome than, say, to grow oranges successfully on the banks of the Seine” (FONTENELLE (1688) [1712]; PARKER, 2015, p. 68).

Interessante ressaltar a questão temática de material e de imaterial, vista em alguns autores da época, nesta obra o humano é dotado mais poder adaptativo que a planta. Pela metáfora da obra, o autor

“Concerning the effects of terroir had ceased to be used only figuratively: it was no longer simply a synonym for rusticity, but rather an indication that the earth really did shape the intellectual properties of its human “produce” (PARKER, 2015, p. 67-8).

Num movimento intelectual “oposto” às correntes de pensamento “purificadoras” e negacionistas do *terroir* do século XVII, os escritos reverberação das ideias e teorias de Montaigne e Bodin começaram a reaparecer, principalmente no que se refere a influência da terra, do *terroir* na constituição do espírito e da consciência, da mente (PARKER, 2015, p. 67-8). Voltando também na valorização do *terroir* enquanto símbolo e representação nacionais (vistos no século XVI), a obra, defende um “*essentialist accent on terroir as a nationalistic concept, using it to frame France’s identity in comparison to that of other countries*” (PARKER, 2015, p. 68).

2.9- O século XVIII: o *terroir* por Du Bos, o determinismo em Montesquieu, a “revalorização do campo” de Rousseau e a nova importância da terra, a “agricultura teórica” dos fisiocratas.

Quando estudamos a concepção do *terroir* no século XVIII, é crucial que revisitemos o autor Abbé Du Bos, cujo mecenas era o próprio Voltaire que, o congratulou por sua obra, referindo-se à Du Bos “*as the grand master of all matters aesthetic*” (PARKER, 2015, p. 115). Para entendermos o papel central, ocupado por Du Bos, no pensamento científico da primeira metade do século XVIII, o autor

“Explicitly advanced his theories on the amicable relationships between the Franks and Gauls in 1734 to resolve the debate between royalists and nobles” (PARKER, 2015, p. 114).

Apesar de sua vasta obra e, feitos intelectuais, nos interessaremos mais especificamente por “*Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture*”, de 1719, outro marco para o conceito do *terroir*. Neste livro, o autor, perceptivelmente dialogando e revisitando as teorias de Bodin e de Fontenelle,

“Du Bos characterizes the climates of other lands as deviating from perfection and provides a long list of countries that are

inferior because of environmental conditions, juxtaposing them with France, which is perfectly situated in a moderate climate” (PARKER, 2015, p. 120).

Ao revisitar abordagens e concepções teóricas,

“His paradigm resembled the vision of terroir proposed in the previous century: France had the best climate, since it was perfectly neutral and balanced. France was ideal not for the qualities that the terroir instilled, but for the qualities that it did not instill” (PARKER, 2015, p. 120).

Grifamos, o “*qualities that it did not instill*”. Neste ponto, há uma novidade na apresentação teórica, o autor compara a França com outros Países, como a China e, apresentando características do povo, clima ou solo “negativas” (na visão de Du Bos). Construindo uma argumentação que a França seria, em sua opinião, “superior” por não apresentar os “problemas dos outros” (PARKER, 2015). Pode parecer inusitado, porém,

“There, he specifically invoked the effect of terroir on identity three decades before Montesquieu propounded his own wide-reaching theories on climatic determinism” (PARKER, 2015, p. 114).

Ampliando esta discussão, ao abordar o solo por uma visão baseada na composição mineral do mesmo, propondo uma metodologia e diferenciação de áreas pelas características pedológicas e climáticas. De certo modo, observamos que esta forma de análise foi possível pelo desenvolvimento da química, da geologia, da mineralogia e também da física ótica que, observou considerável avanço da microscopia.

As teorias de Du Bos eram de teor nacionalista, clamando que a nobreza da nação não advinha do sangue, sim do solo. Para tal, em “*Réflexions*”, o autor constrói uma descrição comparativa, entre França e Itália, levantando a hipótese que o solo e sua composição pedológica modelariam o caráter de um povo, distinguindo-o de outro. Esta construção teórica nos lembra, em parte, a de Montaigne. Principalmente, no que tange à questão do solo como determinador de características, do caráter (espírito) dos povos e método diferenciador entre parcelas espaciais. Nas palavras de Du Bos (1719):

“In many places in Italy, the earth is full of alum, sulfur, bitumen, and other minerals. Where these mineral deposits are found in France they are not of the same quality or proportion to the other deposits as they are in Italy. One finds almost everywhere in France that the tuff is of marl, a sort of fat,

whitish, tender stone, containing a quantity of volatile salts.”
(DU BOS, [1719] 1770, p. 310; PARKER, 2015, p. 123).

Esta descrição pedológica foi uma das principais contribuições de Du Bos para o conceito de *terroir*. Ao afirmar que o *marl* era o solo nacional francês, ele criou um elemento unificador, visto pelo solo e, concomitantemente se utilizava destes “sais voláteis” do solo, que eram muito bem vistos enquanto componentes de alimentos, “*conducive to light, spirited character, and the wit and intelligence associated with aristocratic spirit*” (PARKER, 2015, p.123). Com estas formas de concepção e abordagens, “*Du Bos hints at a national “nobility” based on soil instead of blood*” (PARKER, 2015, p.123).

Du Bos modificaria a concepção do *terroir* e das teorias determinísticas de seu tempo, e dos futuros, ao apresentar uma leitura do conceito de nacionalidade, embebido em Fontenelle, a analogia com as plantas. Dotando características vegetais aos humanos, para sustentar sua ideia da identidade do povo francês vista por sua agricultura. O autor, lançando mão de exemplos, “avalia” a influência do *terroir*:

“Flax thrives in certain terroirs, in others it languishes. Melons only grow well in some terroirs, and a vine from Champagne planted in Brie will soon no longer produce palatable wine”(DU BOS, [1719] 1770, p. 238; PARKER, 2015, p. 121)

Sua teoria teria base na influência do ar e do solo. Onde o ar é determinado pela terra e pela composição mineral da mesma. O ser humano, para Du Bos, seria influenciado pela qualidade do ar (PARKER, 2015). Assim, o autor (1719)

“Stipulates that humans do not choose their aesthetic propensities and aversions according to the tenets of good taste dictated by the purity of their blood. Nor are reason and education wholly responsible” (PARKER, 2015, p. 121).

Numa observação nossa, a influência do pensamento do contra-movimento observado no século XVII, contribuiu, de alguma maneira para a separação e desmistificação da “pureza do sangue” (no sentido de classes), a teoria de Du Bos, contribui para entender a tensão social existente na França do final dos XVII e início dos XVIII, onde influências dos pensamentos iluministas, o descontentamento das classes sociais culminaria na Revolução Francesa (1789).

Numa visão de Ferdinand Braudel (1958), os fenômenos e fatos vistos hoje, de alguma maneira, tem sua origem no passado. Esta observação do genial

historiador tem validade ao analisarmos a ciência e o pensamento científico também. Voltando à revisitação do *terroir*, Parker, (2015, p. 121) afirma que para Du Bos um ser humano é “*programmed by their provenances*”. Tal análise é entendida na passagem:

“Just as two seeds from the same plant produce fruits whose qualities are different when these seeds are sown in different terroirs or when they are sown in the same terroir in different years, similarly, two children who are born with brains composed in precisely the same manner will become two different adults as far as intellect and inclinations if one of these children is raised in Sweden and the other in Andalusia. They will even be different, although raised in the same country, if they are raised during years with different temperatures” (DU BOS, [1719] 1770, p. 250; PARKER, 2015, p.122).

Notamos a importância dada pelo autor aos geofatores do *terroir* em sua teoria da diferenciação entre humanos, ponto que reverberaria nas escolas deterministas da geografia do século XIX. Explicando de maneira mais detalhada, Du Bos afirma que

“During man’s life, as long as the spiritual soul remains united with the body, the character of our mind and of our inclinations greatly depends on the qualities of our blood” (DU BOS, [1719] 1770, p. 250-51; PARKER, 2015, p.122).

As “qualidades do sangue”, “*greatly depend on the air that we breathe*”, sendo que, “*the qualities of the air themselves depend on the qualities of emanations from the earth that the air envelops*” (DU BOS, [1719] 1770, p. 250-51; PARKER, 2015, p.122). Para o autor, esta seria a explicação do porquê “*nations that live under different climates are so different as far as the mind and inclinations*” (DU BOS, [1719] 1770, p. 250-51; PARKER, 2015, p.122). Ainda sobre o pensamento do autor, Parker analisa:

“Along with representing an evolution in climate theory, Du Bos’s take on different national behaviors constitutes a decisive break from Cartesian dualist thought insofar as it provides for a central influence that both the body and external factors of the environment have on the mind” (PARKER, 2015, p. 122).

Du Bos, dando importância e relevância ao solo, “revive” as teorias adaptativas vistas em Montaigne e Bodin:

“The vine stock that is transplanted from Champagne to Brie quickly produces a wine in which one no longer recognizes the qualities that it produced in its first terroir. It is true that animals do not take after the soil of the earth like trees and plants. But as much as it is the air that gives them life, and it is the earth that nourishes them, their qualities are no less dependent on the

place where they grow up than the qualities of trees and plants are dependent on the land where they grow” (DU BOS, [1719] 1770, p. 283; PARKER, 2015, p.122)

2.9.1 Montesquieu e o determinismo

Se Du Bos ainda é pouco conhecido e estudado, sobre a importância do pensamento de Montesquieu para o ocidente e as concepções de política e separação dos poderes são utilizados até os dias atuais. O pensador, um dos mais importantes do século XVIII, influenciou a forma de pensar em seu tempo e nos tempos que sucederiam o século XVIII.

Seu interesse pela geografia aparece mais precisamente no 14º. Volume do “*l’esprit des lois*”, publicado em 1748. Claramente embebido no argumento de Du Bos, Montesquieu concebeu uma forma de análise que culminou em sua própria teoria climática, em escalas maiores que, tinha como “mote fazer a representação dos personagens nacionais” (PARKER, 2015, p.124).

O intento e a proposta do pensador também eram diferentes das demais obras anteriores à sua. Não tão preocupado com normas estéticas e de formação de características, vistas em Du Bos, mas que, de certo modo, serviram como ponto de partida para esta obra que apresentaria padrões legislativos para diferentes climas. Também visivelmente influenciado pelas premissas de Montaigne e Bodin que “o clima determinaria as pessoas” (PARKER, 2015, p.124).

Na teoria climática de Montesquieu, a importância do “sangue”, como discorrido em algumas teorias do século XVII, não era relevante, não seria o fator responsável pelo temperamento dos seres humanos. Esta influência estaria no clima (PARKER, 2015, p.124). Podemos entender esta forma de teorização de Montesquieu ao apreciarmos uma obra pré 1747, “*Lettre persane*” (1721). Onde, o autor explica que “*the air carries, like plants, particles of earth from each land. It acts upon us to the point that our temperament is determined by it*” (MONTESQUIEU, [1721] 1964, p.121; PARKER, 2015, p.124).

Parker complementa, ao afirmar que “*Montesquieu notes general differences between countries and regions, recommending that specific laws be created to accommodate and sometimes to counteract the effects of climate*” (PARKER, 2015, p. 124). Mesmo que o pensador

“Does not speak of individual terroirs in this part of his writing, we can assume that this is at least partially because if a region

were too variable on a microclimatic level, it would be impossible to suggest an appropriate set of laws for the region as a whole. In order to avoid frustrating the practical application of his theories, he speaks less of the soil and more of the general climate” (PARKER, 2015, p. 124).

Isto nos leva à observação de uma ligação explícita entre “a qualidade do solo e o comportamento humano” (PARKER, 2015, p. 124). Visto antes, como “fator limitante”, que “determinava características (vistas como) negativas” das pessoas. Lembremo-nos da visão do século XVII da *Académie française*, por exemplo. Neste período geohistórico, seria um “fator formador”, componente qualitativo e criador de uma identidade e de uma unidade.

Esta nova visão fica explícita pelo poema “*Le mondain*” de Voltaire (1736), que “*democratized and glorified the French*” (PARKER, 2015 p. 124). Montesquieu utiliza-se do estilo de Voltaire, das analogias, e das teorias de Du Bos para pensar no caráter nacional da França (PARKER, 2015).

Principalmente comparando “*their nature to the airy lightness of Champagne, and just as Du Bos had suggested that the French were superior to the Italians because of the presence of tuff and marl in French soil*” (PARKER, 2015, p. 124-5).

Estas influências teóricas, o *terroir* (indiretamente) e o solo tinham uma nova importância, um novo papel e um valor. Montesquieu construiu seu pensamento dialogando “*in particular of marl, the chalk and clay mixture that Du Bos invoked above*” (PARKER, 2015, p. 124). Parker (2015) situando seu leitor, nos afirma que não fora a primeira vez que o marne teve a atenção de pensadores, um dos pioneiros foi Bernard Palissy em 1580. Este autor foi responsável por discussões sobre causas, efeitos e da natureza do *marne*. De maneira mais geral,

“Marl, or marne, was primarily known at the time as the name of a river and as the predominating soil type in Champagne, the source of the particular flavor of its wines”. (PARKER, 2015, p.124).

Discorrendo mais tecnicamente sobre este solo “*is predominantly limestone. So too are the outcrops of sedimentary rock (75% limestone), composed of chalk, marl and limestone proper*” (COMITÉ CHAMPAGNE, 2020, p. 1). Existem diferentes tipos de *marne*, ou *marl*, como o *marne argileuse*.



Figura 7: Estratigrafia destacando o *marne argileuse* (MONTIRUS, 2020, p. 1).

Note-se a referência da citação, *Comité Champagne*, entidade responsável pela divulgação da *Appellation d'origine contrôlée*, a modalidade de indicação geográfica presente na legislação de propriedade industrial francesa. Chamamos a atenção para a importância histórica que o *marl* ou o *marne* teve para uma construção da identidade nacional francesa e também para a certificação de indicação geográfica. O passado reverberando no presente, mais uma vez demonstrando a importância do estudo dos geofatores, que compõem o *terroir*, para a obtenção do certificado e para a representação do *terroir* e do regional.

Voltando à herança do filósofo, ao invés do termo “determina”, ou “influência”, Montesquieu na obra “*La Différence des génies*” de 1899, utiliza o pensamento que o solo “contribui”:

“The nature of the earth contributes much to the difference of dispositions. Most French provinces have, at the underlying level, a sort of white chalk that is called marl, which we cover soils with to fertilize them. This marl is full of volatile spirits that enter into our blood through the food [...] with which we nourish ourselves, and by the air that we breathe, in which it is mixed [...]. Now, such volatile spirits, once in the air, must produce some sort of effect. This effect is a certain lightness, a fickleness, this French vivaciousness” (MONTESQUIEU, 1899; PARKER, 2015, p.124).

Discorrendo sobre as influências do solo, da “natureza do terreno”, do efeito que os alimentos locais teriam nas pessoas, em “*Essai sur les causes*” (1892), Montesquieu conclui:

“The things that we feed upon have, in each land, analogous qualities with the nature of the terrain. One finds iron in honey: it must be that those particles of metal slip into the plants and flowers, whence the bees take it. We find it in the blood [...]. That’s why minds and characters are truly dependent on the difference of terroirs” (MONTESQUIEU, 1892, p. 152-3; PARKER, 2015, p. 125).

2.9.2 O *terroir* de Rousseau

Outro renomado pensador iluminista, Jean-Jacques Rousseau, teve importante contribuição para o (re)nascimento e (re)valorização do *terroir*. Parker (2015) observa na obra de Rousseau, uma releitura e transposição do conceito, além da popularização da concepção por ele apresentada como “a superioridade do *terroir*” (GOPNIK, 2011, p. 89; *Apud.* PARKER, 2015, p. 133).

Não somente para o grande público, figuras históricas como Robespierre, Chantoiseau, tido por muitos críticos como o inventor do modelo francês moderno de restaurante e Maria Antonieta, que fez uma peregrinação para visitar o túmulo de Rousseau, na cidade de Ermenonville, no ano de 1782. Figuras notórias da história que são citadas como conhecedores do *terroir* pela leitura do autor (GOPNIK, 2011, p. 89 *Apud.* PARKER, 2015, pp. 133). Pelo recurso da romantização da terra, do solo, Parker observa pelos apontamentos de Pinkard (2008) que

“hold on human beings, Rousseau inspired his readers to assimilate themselves with the natural world and seek out its qualities within themselves, redefining as pure the sorts of “impurities” that formerly would have been “cooked out” (PARKER, 2015, p. 133).

Quanto às influências, *“in many ways Rousseau’s writing was a logical continuation of Du Bos’s aesthetics”*, afirma Parker (2015, p.133). Sendo considerado também, sua obra, um ponto de ruptura, uma nova concepção, distanciando-se totalmente das formas de percepção e análise sobre o clima e o *terroir* apresentadas e defendidas por Montesquieu e por outros autores. De acordo com Parker, em algumas obras, *“Rousseau substitutes the word climat for terroir, but the concept is exactly the same. In this countryside terroir, the hierarchy of class is forgotten (“tout le monde est égal”)*” (PARKER, 2015, p. 137).

Podemos afirmar que o pensamento de Rousseau amplia e revisita as bases para a concepção do *terroir* como representação da identidade francesa, num aspecto nacional e regional (PARKER, 2015, p.133).

Pela ode Rousseuniana ao rural, ao campestre, à província que, acabou por despertar um espírito de renovação em seus leitores, uma “revalorização do rural” (PARKER, 2015). Por consequência, da vida cotidiana, dos valores e imaginários geográficos. Fato este que, contribuiria, e modificaria também a relação ser humano-natureza, influenciando outros pensadores futuros e contemporâneos. Nossa afirmação se baseia na observação que

“Rousseau generally depicts urbanites as etiolated and close-minded, setting them in stark contrast to the simplicity and warmth of his idyllic representation of the country” (PARKER, 2015, p.136).

A relação “tipo-aspecto” também ganharia um novo imaginário, muito diferente do atrelado anteriormente à *Versailles* e ao século XVII, na busca do ideal de pureza, perfeição e “*no-place*”, do *terroirless* que representavam e discursavam sobre o poder e grandeza da França e seu rei (MUKERJI, 1997; PARKER, 2015).

Uma construção e ideal de que a pureza está na natureza, o que a corrompia era o ser humano. Esta teoria e pensamento filosófico aproximam Rousseau e Montaigne, mais especificamente dos escritos conhecidos na obra “*canibais*”, que define a natureza como Edênica, pura e áurea (MONTAIGNE, 1980). Esta comparação e ruptura no pensamento, representação, valor e no imaginário são analisáveis ao apontarmos que

“Whereas the scientists, architects, and engineers of Versailles created purity by importing “clean” dirt to the former swamp and transforming nature to meet their ends, Rousseau opted to define purity as nature’s mark before it was defiled by human actions” (PARKER, 2015, p.136).

Quanto à influência do ambiente no humano no pensamento de Rousseau, fica evidente que, para este pensador “*it is the environment that initially created a given population’s character before other negative influences intervened*” (BELL, 2001 *Apud.* PARKER, 2015, p.136). Convidamos à uma análise da frase “*the environment that initially created a given population’s character*” (PARKER, 2015, p. 136).

Observamos o deslocamento da concepção da influência do ambiente e de representação sobre a natureza nos pensamentos de Rousseau. Para além da visão e

concepção elaborada e defendida em De Serres (1600), a natureza humanizada, e da observada em Montaigne (1980), a natureza como “determinante das características humanas”.

Outro importante ponto, a pureza em Rousseau está em oposição ao ideal filosófico teórico e estético do Séc. XVII, pois se na relação meio e ser pensante o “personagem principal da cena” se modifica novamente, a “importância dos papéis” e “jogo de luzes” está em outro “foco”.

Se no século XVII, na “maestria” ser humano e sua técnica sobre o natural, em Rousseau há uma visão “maternal” e “divinizada” da natureza, parte dialoga com De Serres e parte com Montaigne, que pode ser explicada ao apreciarmos a obra *Émile*, de 1762. Este livro demonstra bem a teoria e a epistemologia presentes em Rousseau, dotada de reminiscências e releituras.

“At first glance Rousseau’s position resembles a throwback to the sixteenth-century view, in which people were considered “pure” if they were untouched by foreign contact” (PARKER, 2015, p. 135).

Rousseau introduz novas ideias na construção das teorias deterministas. Vistas como inovadoras para sua época. Quanto ao *terroir*, podemos afirmar que ao “estetizar o *terroir* de uma maneira positiva”, trouxe uma concepção vanguardista que, de certo modo, está presente no entendimento visto e difundido na atualidade. (PARKER, 2015, p. 135). Em *Émile*, por exemplo

“Rousseau calls for natural flavors and produce grown in season, rejecting as inferior in ethics and in culinary value anything that does not occur according to the natural cycle” (PARKER, 2015, p. 144).

Uma considerável ruptura com a busca pelos alimentos “neutros”, defendidos e estetizados no século XVII. Nas palavras de Rousseau (1762)

“It takes effort—and not taste—to disturb the order of nature, to wring from it involuntary produce which it gives reluctantly and with its curse. Such produce has neither quality nor savor.” (ROUSSEAU, [1762] 2010, p. 519; PARKER, 2015, p. 144).

O discurso de Rousseau era dotado de traços do que hoje conhecemos como “ecologia” e “conservacionismo” além do “naturalismo”, mais precisamente, ao refutar a culinária do século XVII analisando que suas práticas “*disturb the order of nature*” e ao rejeitar todo alimento que não era “*according to the natural cycle*” (ROUSSEAU, [1762] 2010, p. 519; PARKER, 2015, p. 144).

Esta percepção e discurso estéticos, dotados de persuasão, podem ser amplamente contrapostos e comparados aos apresentados pelo jardineiro real La Quintinie na ordenação do “*potager du roi*” (SÉC. XVII) (PARKER, 2015). Demonstrando uma mudança na concepção do que era natural e da própria natureza.

Principalmente quanto a incomodar a ordem natural, há uma retórica que rompe com o “*jardin française*” e propõe uma nova diagramação e organização espacial do jardim. Na década de 1760, muito influenciado pelas teorias e pensamentos de Rousseau, entra em voga o modelo do “*english garden*” (PARKER, 2015). A forma de pensamento e filosofia da ode ao natural permitiu este estilo de composição e diagramação espaço-paisagística que,

“*Was fashioned according to a “natural” conception, with lakes, ponds, and irregular lines formed of mixed horticultural choices. Rousseau had an English-style jardin paysager at Ermenonville, and throughout France the popularity of such gardens began to increase during the 1760s*” (CONROY, 1982, p. 92; PARKER, 2015, p. 144).

Esta adesão do *english garden*, demonstra a força e aceitação das ideias de Rousseau e um ponto de ruptura da relação ser humano-natureza do século XVIII com a vista no Século XVII. A aceitação e popularidade deste estilo paisagístico

“*Was in part due to the valorization of the “natural movement” advocated by Rousseau. This emphasis on respect for “natural” rhythms in the English garden aesthetic conflicted with the artificial mastery over nature demonstrated in the French garden*” (PARKER, 2015, p. 143).

Esta ruptura também é vista na obra do teórico Jean-Marie Morel, autor de “*Théorie des jardins*”, que recomendava, com veemência, o respeito pelo clima. Mais especificamente, que os jardins fossem adequados ao clima local e, que não fossem feitas tentativas de transplante nem adaptação, de espécies vegetais advindas de outras áreas que não fossem à qual estava situado o jardim (MOREL, 1776, p. 45; 190; PARKER, 2015, p. 144).

A importância de Rousseau e a influência de sua obra colocaram (novamente e de uma outra maneira) em voga o *terroir*, inclusive na ciência e na renovada vitivinicultura que o (re) descobriram pelas páginas de Rousseau. Parker corrobora ao afirmar que:

“*however, in the years following Rousseau’s writings on nature and terroir a proliferation of tangible signs indicated that terroir was becoming a new modality of perception, with people*

attempting to apprehend the essences of the earth through the smells and tastes it transmitted to wines” (PARKER, 2015, p. 138).

Percebemos, mais uma vez que ao analisar o *terroir*, geografia e culinária têm uma relação simbiótica, à qual, Rousseau, na análise de Parker (2015), reforçou a positividade das especificidades do conceito atreladas aos alimentos na gastronomia, influenciando seus leitores contemporâneos e posteriores à “aprender” o *terroir*. Deste modo, podemos sugerir que, a visão do *terroir* no senso comum atual tenha forte “parentesco” com a concepção filosófica, qualitativa e sensorial do vocábulo apresentada por Rousseau. Parker ressalta

“an unmistakable transformation in culinary culture with respect to terroir took place in the eighteenth century and some of that change undoubtedly owes to Rousseau's influence” (PARKER, 2015, p. 138).

Indo ainda mais a fundo na influência do pensador e sua importância para a concepção sensorial e filosófica do *terroir*, observamos a definição do vocábulo “*vin*”, escrita por Louis de Jaucourt e, apresentada no décimo sétimo volume da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert (1765). Esta definição foi escrita 4 anos depois da publicação de *La Nouvelle Louise* e 3 depois de *Émile*, grandes obras de Rousseau (PARKER, 2015, p. 138). Nas palavras de Jaucourt

“A good Mosel wine ought to have the taste of slate, because the vines that produce these wines are enriched with slate that was left exposed to the air until being reduced to a sort of clay or rich soil. The vineyards of Hochheim near Mainz contain coal fossils that must be the reason that wines from this terroir resemble yellow amber in their taste and fragrance” (DIDEROT et. D’ALEMBERT, [1751-72] 1765; PARKER, 2015, p. 138).

Percebemos que, já havia uma caracterização do gosto esperado, fazendo deste vinho “o bom *Mosel*”. Mais ainda, esta característica gustativa de ardósia (*slate*) era obtida pela aplicação deste mineral, previamente exposto ao ar, até ser transformado em argila ou em “*rich soil*”.

Desta observação, ponderamos duas grandes mudanças com relação ao século passado. A retomada da leitura de De Serres, observada na análise do vinho como um produto da relação ser humano e *terroir*, próxima da descrita no “*Théâtre*” (1600). Onde o personagem do “*père de famille*” conhece intimamente e provêm os cuidados necessários ao *terroir* (*físico*), que lhe concede uma colheita farta e abundante (DE SERRES, 1600). Que traduzem a cientificação e o entendimento da

tradição e da técnica como forma de conhecimento e de fator diferenciador e qualificador do vinho vista na qualificação única e diferenciada pelo conhecimento do *terroir* e sua lida.

Pelo avanço das ciências ligadas ao solo (e subsolo) surgia uma nova concepção, a de que geofatores humanos, como a técnica e físicos, como a ardósia de *Moselle* ou a pedologia de *Hochheim* que “contain coal fossils” sendo “the reason that wines from this *terroir* resemble yellow amber in their taste and fragrance” (DIDEROT *et.* D’ALEMBERT, [1751-72] 1765; PARKER, 2015, p. 138). Nos lembramos de Georg Pauer (1494-1555), ou *Giorgio Agrícola*, um dos primeiros autores a relatar e fazer conexões entre subsolo e composição do solo na agricultura. Estas, vistas posteriormente na classificação de Chaptal, d’Ussieux e Parmentier, Rozier, o *goût naturel* e o *goût artificiel de terroir*, o primeiro, muito apreciado e o segundo constituindo um defeito no vinho (PARKER, 2015, p. 140). Os autores Chaptal e Parmentier, muito conhecidos dos amentes e apreciadores do vinho,

“are still known today (the former for “chaptalization,” the process of adding sugar to wine must to increase alcohol content, the latter for his role in promoting potatoes as food to ward off famine in France” (PARKER, 2015, p. 140).



Figura 8- “Processo de chaptalização” para aumentar teor alcóolico durante produção de vinho. Fonte: Internet

Quanto aos *goûts de terroir*, estes autores (1801) explicam que, advêm da somatória do que denominaremos (no capítulo III) como geofatores e geovariáveis, no “*goût naturel*”

“Is due to the dissolution or vaporization of a part of the mineral and metallic substances that compose the soil of certain vineyards. These dissolutions and vaporizations brought on by

the continual action of air, heat, and atmospheric humidity, mix with the elements in the sap, enter with it into plants, and remain suspended in all the parts that compose it. Such is, without a doubt, the principle of the goût de terroir naturel that we designate in certain wines by the name of gun flint, truffles, violets, raspberries, et cetera” (CHAPTAL, ROZIER, PARMENTIER et. D’USSIEUX, 1801, p. 340-1; PARKER, 2015, p. 140).

Além da evolução da química e da biologia, os autores (1801) permitem que observemos a valorização das características ambientais, as minerais advindas do solo, uma grande contraposição aos escritos de Le Paulmier (1589), e a caracterização negativa do *terroir* “*earthy, unpleaseant*”, apresentamos uma valoração do solo: “*different types of terrain naturally produce subtle flavor variations, incarnating fruits, flowers, and minerals*” (CHAPTAL, ROZIER, PARMENTIER et. D’USSIEUX, 1801, p. 340-1; PARKER, 2015, p. 140). O *artificiel* é caracterizado

“as the unpleasant smells that can be produced in vines and wine as a result of certain plants or trees (e.g., aristolochia, corolla, verbena, etc.) growing in the vicinity of the vineyard, use of the wrong kind of fertilizer, effects of smoke coming from a lime kiln or charcoal stove, and so forth” (CHAPTAL, ROZIER, PARMENTIER et. D’USSIEUX, 1801, p. 341-2; PARKER, 2015, p. 141).

Estas concepções qualitativas do *terroir* são resultantes do discurso de Rousseau, defendendo os sabores, gostos e qualidade naturais e específicos do *terroir* (parcela espacial), o consumo de produtos da estação, o respeito ao ciclo natural, a naturalidade em cada momento da vida humana (ROUSSEAU, 1762). Tanto que, o *goût artificiel*, este sim era visto como um defeito, como algo ruim, denotando a pureza atrelada ao natural e não ao humano e sua técnica. Parker complementa, ao apontar uma ruptura com relação ao pensamento visto no século XVII, na substituição do “*place of origin in order to ensure purity, perfection, and “non-placeness”*”; *by contrast, Jaucourt and the eighteenth century began to seek individual qualities in a terroir*” (PARKER, 2015, p. 139). O autor sintetiza a mudança

“it was not merely a question of which area yielded the best wine, the most healthful, or the most pure but which produced individualized flavors that were true to their place of origin” (PARKER, 2015, p. 140).

2.9.3 *société d'agriculture* e os fisiocratas e a geografia regional das produções

Também após Rousseau e, seu resgate do *terroir*, incluindo as representações, que modificariam o imaginário, percebemos um deslocamento do valor da produção de idéias, cultura e da tradição, descentralizando de Paris (e Versailles), “dividindo” tal papel novamente com as províncias. Estes fenômenos e processos foram anteriores e concomitantes à Revolução Francesa (1789). Como exemplo da mudança de valorização do agrícola e do *terroir*, e propagador de tais ideias, temos o surgimento na cidade de Rennes, no ano de 1758, da *société d'agriculture*.

Esta instituição, fundada por Jacques-Claude-Marie Vincent de Gournay, um economista e fisiocrata, derivado da physiocracia, vocábulo helênico que significa governo da/pela natureza (STEINER, 2003 *Apud*. PARKER, 2015, p. 141). A popularidade e prestígio da *société d'agriculture* foram imediatos, sendo então, Louis XV e posteriormente Louis XVI, financiadores da *société d'agriculture*. Parker afirma que

“The sociétés owed their genesis to positive depictions of the natural world by authors such as Rousseau, as well as to the work of botanists, naturalists, and physiocrats, including Duhamel du Monceau, Buffon, and François Quesnay” (PARKER, 2015, p. 141-2).

Na década de 40 do século XVIII

“France began to reevaluate the economic importance of agriculture over commerce, and eminent voices such as that of Quesnay, along with Vincent de Gournay, and Anne-Robert-Jacques Turgot pronounced that France’s real economic strength lay in the agricultural products of its land and not in foreign trade or the mercantilist practices that had dominated economic policy since the seventeenth century” (PARKER, 2015, p. 141-2).

As discussões desta instituição e deste movimento ganharam relevância, à ponto de, Turgot ser nomeado “*contrôleur général des finances*” de Louis XVI, durante os anos de 1774 à 1776 (PARKER, 2015, p. 142). Em sua gestão, foi

“responsible not only for securing expenditures for agriculture and encouraging private property ownership, but also for conceiving a free-market economy based on France’s agricultural wares” (PARKER, 2015, p. 142).

Esta observação se faz importante, pois com o esvaziamento dos cofres reais, a situação delicada em que se encontravam as finanças, as medidas impopulares, houve o crescimento do já constante descontentamento de parcelas da população que, culminariam na Revolução em 1789 (PARKER, 2015).

Para a geografia, após a Revolução, surge uma nova cartografia francesa, diretamente ligada ao *terroir* e à idéias vistas no final do século XVII e durante XVIII, muito embebida e influenciada pelas produções regionais e locais, pelo imaginário regional e suas respectivas representações. Um dos principais artistas desta “nova cartografia” foi Jean François Toucarty (1809).

As ilustrações de Toucarty, estavam presentes em muitos livros da época, sendo considerado um dos primeiros, senão o primeiro cartógrafo culinário. Artista de extremo talento e versatilidade, seu nome ficou gravado na história das artes e da ciência como um dos grandes desenhistas e ilustradores de história natural, neste campo, ilustrou a flora médica, a fauna francesa e expedições ao Egito (NICLOUD, 2019).



Figura 9: “Carte gastronomique de La France”, Jean François Toucarty, 1809



Figura 10- Recorte da “Carte gastronomique de La France” Jean François Toucarty, 1809. Evidenciamos as regiões de *Cógnac* e de *Bordeaux*, muito famosas pela produção de vinhos e bebidas espirituosas que, levam suas toponímias como adjetivos.

O estudo de Nicoud (2019) sobre a carta de Toucarty quantificou a representação de 226 produtos, onde o autor destaca:

“Paris est surreprésentée, avec quinze spécialités, dont la pâtisserie. 46 sont des boissons et spiritueux (soit 20,3 % de l’ensemble), 44 des produits de la mer ou de rivière (19,5 %), 33 des viandes, volailles et gibiers (14,6 %), 30 des spécialités de miel, sucre, chocolat, confiserie et pâtisserie (13,3 %), idem pour la charcuterie, palmipèdes gras et dérivés (13,3 %), 14 des produits laitiers (6,2 %), 18 des fruits et légumes (8 %), 5 des aromates et condiments (2,2 %), 3 des céréales et boulangerie (1,3 %) et un produit des arts de la table est présent, en l’occurrence les couteaux de table de Langres (soit, avec les parfums de Grasse et les cristaux de Montcenis présents sur la carte, 1,3 %)” (NICOUD, 2019, p. 3).

Ao apreciarmos esta obra de arte geográfica, notemos as referências à antiguidade clássica, mais exatamente referencias diretas à Epicuro de Samos (341 a.C.- 271/270? a.C.) e sua escola filosófica, também à Rabelais e o pantagruelismo.

Sobre a filosofia epicurista, esta defendia uma busca pela *ataraxia*, ou numa rápida tradução, o “bem estar e a ausência de preocupações” (FERRATER MORA, 2000, p. 153). Tais referências são vistas na figura que acompanha o mapa, mais precisamente nas ilustrações da harpa, do tambor, das máscaras e adereços teatrais, das flautas. Onde, uma delas representa a de Pã, diretamente atrelada à natureza, considerada como um dos símbolos da mesma. Na imagem da criança, segurando

o título da obra, também se percebe a mesa ao centro com garrafas e uma refeição servida. Gillaume Nicoud, ao analisar a carta ilustrada pessoalmente, contribui para entendermos o porquê dos elementos supracitados:

“Quant à l’ouvrage, s’il est indiqué que le livre est une seconde édition, c’est peut-être qu’il est en grande partie issu de la compilation en un volume “anecdotique, philosophique et littéraire” de nombreux articles du périodique de la société intitulé L’Épicurien français, ou les Dîners du Caveau moderne” (NICOUD, 2019, p. 8).

No que tange a geografia, em nossa análise, este estilo cartográfico influenciou a obra e o método de pensamento Vidaliano e, conseqüentemente algumas escolas da geografia francesa, estendendo-se ao Brasil, lembremo-nos da fundação dos cursos de geografia de UFRJ e USP e a presença de Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines (ANGOTTI-SALGUEIRO, 2005). Sobre a carta, analisa Nicoud

“Cette composition prend les traits d’une carte thématique. La géographie sert de fond : le territoire français se reconnaît dans ses grandes lignes physiques, qui forment la base du dessin: littoral, limites naturelles (habituelles même pour l’époque, telles que frontières alpines, du Rhin), grands fleuves, emplacement des communes, etc. Cependant, ce n’est pas un outil pour le géographe dans la mesure où elle est couverte d’irrégularités d’échelle. Elle n’en comporte d’ailleurs aucune, quoique le fond semble être une représentation proportionnée du territoire au 1/300 000e approximativement” (NICOUD, 2019, p. 4).

Vem à mente, uma semelhança com as representações e com as ilustrações paisagísticas do caderno “Tipos e Aspectos do Brasil”, parte integrante da Revista Brasileira de Geografia (RBG, IBGE, 1939). Também podemos encontrar traços destas representações nas metodologias de Sauer (1925) e, posteriormente em Hartshorne (1959) e a diferenciação de áreas. Onde as regiões seriam únicas por elementos e fenômenos (HARTSHORNE, 1959).

Pela leitura de Vidal de La Blache (1903), de Ouzouf (2000) e de Angotti-Salgueiro (2005) é possível observar na metodologia utilizada por Vidal para regionalização (aglutinamento por semelhanças físicas, aspectos ambientais e humanas, cultura e tradição) e também diretamente, no *Tableau de la géographie de la France*, de 1903.

Capítulo III: *Terroir* e o gênero de vida: em busca de elos perdidos

Neste capítulo, trataremos de entender os elos entre o *terroir* e o gênero de vida vidaliano (1911), para tal démarche, pensamos numa metodologia específica, a decomposição do *terroir*, mais especificamente o apresentado pela concepção de Barjolle, Boisseau e Dufur (1998), Derruau (1949, 1996) e a de Fel (1962). Propondo a divisão, como ferramenta didática, em geofatores e geovariáveis. Sincronicamente, além da análise do gênero de vida, num diálogo com o mestre Ferdinand Braudel (1958), proporemos os conceitos de policronia, necessários ao entendimento da atemporalidade dos conceitos “clássicos”.

3.1 Geofatores e geovariáveis: as forças formadoras e modeladoras do *terroir*.

O mestre Vidal de La Blache, em “As características próprias da Geografia” (1913), nos explica pela paráfrase de Buffon que, “na natureza a maioria dos efeitos depende de várias causas diferentemente combinadas” (BUFFON, *Apud.* VIDAL DE LA BLACHE, [1913], p. 2). Ampliando a discussão, cita Henry Poincaré, que afirmou ser

“O estado do mundo, e mesmo de uma muito pequena parte do mundo, é qualquer coisa extremamente complexa e que depende de um grande número de elementos” (POINCARÉ, *Apud.* VIDAL DE LA BLACHE, [1913], p. 3).

Pensando nestas análises, muito importantes para o desenvolvimento da geografia no século XX, visivelmente influenciadas por teorias dos tempos pretéritos, ao observar o *terroir*, enquanto conceito e enquanto parcela do espaço, nas precisas palavras de Poincaré “uma parte muito pequena do mundo” que “depende de um grande número de elementos”, raciocinamos que, para o melhor entendimento e real compreensão do *terroir* enquanto conceito, temos que apresentar uma taxionomia destes “elementos”, algo, que só é possível na ciência, já que no espaço, na natureza, as forças e os agentes são observados juntos. Feita esta observação, lógica, diria até redundante, porém necessária ao entendimento, proporemos os conceitos de geofatores e geovariáveis. Estes conceitos auxiliares são embasados na afirmação de Vidal:

“O que se chama de clima de uma região é uma média na qual contribuem a temperatura, a umidade, a luminosidade, os ventos; mas a avaliação destes diversos elementos somente daria uma ideia muito incompleta, se não se procurasse saber como eles se combinam, não somente entre eles, mas também com o relevo, a orientação, as formas do solo, a vegetação e mesmo as culturas” (VIDAL DE LA BLACHE, [1913], p. 3).

Definiremos partindo de diálogo com os autores Giorgio Agrícola (1546), Chaptal *et. Al* (1801), Jaucourt (1765), Derruau (1949, 1956, 1969, 1996), Fel (1962) Barjolle *et. Al* (1998) Vidal (1913), Prévost (2011, 2014) Olivier de Serres (1600), Deffontaines (2005), Gallet (1976), Deloire *et. Al* (2008), Tonietto *et. Charbonneau* (1999; 2004) Vaudour (2001 b.) e Rieutort (2012), os geofatores como os elementos geográficos físicos e humanos que formam o *terroir*.

Sua ação, ao longo de um tempo, um período, tem duração e intensidade, como já observara Ferdinand Braudel (1958). E, um geofator, pode ser sozinho, em consequência de outro, ou em conjunto, a explicação da diferenciação entre parcelas espaciais que, resulta na caracterização do *terroir* e na unicidade de um produto indicado geograficamente, exemplificamos com a definição de Jaucourt (1765) nas vinícolas próximas à Mainz. Embasados nos conhecimentos de Giorgio Agrícola (1546), explica-se que presença de minérios, dava uma característica específica ao vinho ali produzido (JAUCOURT, 1765).

Relembrando de Poincaré, a ação conjunta, ao longo dos tempos, de geofatores, com suas durações e intensidades, modelam o espaço e criam o que conhecemos como *terroir*. É a somatória, não linear, dos geofatores e seus componentes internos que criam e modelam constantemente o *terroir*, como apontam Barjolle, Boisseau *et. Dufur* (1998). Elas partem das premissas Vidalianas, de análise regional, da diferenciação entre parcelas espaciais por diferentes feições paisagísticas, que demonstram a interação entre os geofatores humanos e os físicos e, o desenvolvimento (leia-se sem carga maniqueísta) até o presente momento, ou, a atualidade. Voltando nossa atenção ao geofator humano, Vidal de La Blache explica que

“Ele também é um dos agentes poderosos que trabalham para modificar a superfície. Coloca-se por isso entre os fatores geográficos de primeira ordem. Sua obra sobre a Terra já é longa; há poucas partes que não levam seus estigmas” (VIDAL DE LA BLACHE, [1913], p. 7).

Em outras palavras, permite que entendamos os processos que levaram tal parcela espacial à determinada feição, demonstrada e perceptível na paisagem, já diria Darby (2002), permitindo pelas permanências vidalianas (1902a.) entender as durações e intensidades dos processos, e o entendimento das cargas históricas e diagramações espaço-sociais-temporais pretéritas a representada e observada na atualidade.

Assim, pela análise individual dos componentes internos de um geofator, podemos encontrar dados que respondem a questionamentos dos mais diversos campos da geografia. Denominamos de geovariáveis, que são explicadas ao decompor um geofator. Como no exemplo de Vidal, o que se chama de “clima”, é a somatória (não linear) da temperatura, a umidade, a luminosidade, os ventos, ao longo dos tempos e também dotadas de intensidades, conformando e modificando constantemente as feições paisagísticas do *terroir*. Outro exemplo, pegamos emprestado de Vidal, quando este analisa que:

“A justeza dessas noções nos choca, qualquer que seja a parte da Geografia que considerarmos. O modelado do solo resulta do conflito entre as energias, que se desdobram para o ataque dos agentes meteóricos, e a força de resistência, que lhes opõem as rochas; mas este conflito se exerce em um campo que já foi remanejado no decorrer dos tempos e que ainda o é incessantemente seguindo as modificações dos níveis de base e as oscilações do clima” (VIDAL DE LA BLACHE, [1913], p.3).

Tanto geofatores quanto as geovariáveis, têm intensidade e período de ação (duração). Esta importante afirmação, é resultado da análise Braudeliana (1958). Um geofator pode ter um breve período de ação e uma intensidade alta, o que em curto espaço de tempo, geraria uma modificação drástica no ambiente, pensemos na erupção vulcânica. Se drástica num primeiro momento, rompida a estabilidade de um ambiente, possibilitará a gênese de outro, os geofatores e suas geovariáveis atuarão e com seus períodos de ação e intensidades, modelarão um meio, criando como resultado uma nova estabilidade ambiental.

Desta forma vemos como um destes elementos desequilibra o ambiente ou, numa observação mais clara, modifica os outros geofatores e geovariáveis. Explicamos, com o vulcanismo, alguns destes outros componentes serão atenuados, outros serão acentuados. Portanto, analisamos que, um geofator ou uma geovariável, altera a duração ou o período das outras, por um desequilíbrio na intensidade.

A relação entre geofatores e geovariáveis num sistema em equilíbrio ou em desequilíbrio nos ensina que, estas forças modeladoras são condicionantes e controladoras umas das outras. Condicionantes, num sentido de permitir e possibilitar uma determinada ação e duração, controladoras por aumentar ou diminuir a intensidade umas das outras.

Se, a erosão aumenta, os geofatores de (re)trabalhamento do relevo estão agindo com maior intensidade. Consequentemente, este material proveniente de processos erosivos, será deslocado, aumentando a disponibilidade de compostos e matéria para processos de pedogênese, que, por sua vez poderão, pelo aumento ou diminuição de determinados minerais e compostos no solo (química molecular), refletir na vegetação.

Esta, com a produção de material orgânico, produção e consumo de gás carbônico, pode influenciar o microclima da parcela espacial. Para um “micro” geossistema (*terroir*), os geofatores e geovariáveis são modeladores uns dos outros. As alterações significam que um dos geofatores tem ação mais intensa que o observável em períodos temporais anteriores.

Esta forma de entendimento do *terroir*, por suas características advindas da ação dos geofatores e geovariáveis, nos aproximam das teorias de De Serres (1600). Vista na necessidade de entendimento dos elementos que criam e modelam o *terroir*. Dotando determinadas características, refletidas qualitativamente em um de seus geossímbolos, o produto.

Desta forma, tais características permitem sua concepção teórica enquanto um “*ensemble des terres d'une région, considérées du point de vue de leurs aptitudes agricoles et fournissant un ou plusieurs produits caractéristiques*” (LAROUSSE, 2013; PRÉVOST et. Al., 2014, p. 3).

Esta metodologia de análise, embasada na observação dos geofatores e geovariáveis, nos remete diretamente aos autores Estienne et. Liébault (1554), no que tange qualidades específicas e a relação entre produto e área de produção. E nos faz mais uma vez, perceber a presença direta de Chaptal e Parmentier, Rozier et. d’Ussieux (1801), quando estes autores analisam geofatores como explicação da qualidade específica, do “*goût de terroir*”, *seja artificial ou natural* (CHAPTAL, ROZIER, PARMENTIER et. D’USSIEUX, 1801, p. 340-341).

Ao abordarmos Chaptal, Rozier, Parmentier et. d’Ussieux (1801, p. 340–41), também entendemos a importância do geofator humano na modelagem e

(re)trabalhamento do ambiente e na diagramação do *terroir*, vista na relação entre ser humano e natureza. Na qual, notamos forte herança teórica de Montaigne (a compreensão do meio) e de De Serres (1600) (o entendimento dos geofatores do *terroir*), na constante lida com esta determinada parcela espacial.

Mais uma vez, nos emprestamos da definição e exemplificação de Louis de Jaucourt, presente na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, do ano de 1765. Quando, ao descrever o vinho Mosel, aponta que seu sabor específico se dá pelo uso de ardósia com finalidade de fortificação do solo (JAUCOURT, 1765).

Para Vidal de La Blache, o que definimos como geofator humano, tem importância na análise do *terroir*, pois, em sua argumentação precisa “dele depende o equilíbrio atual do mundo vivo” (VIDAL DE LA BLACHE, [1913], p. 7). Portanto, avaliamos que, este elemento tem intensidade acentuada e período de ação curta, vide quantos anos o ser humano está na face da terra e quantos milênios os geofatores físicos agem no planeta, modelando as feições das áreas espaciais.

3.2- Os embriões do gênero de vida (1911) e a relação natureza e ser humano na formação contínua do *terroir*: um conceito aliado da geografia histórica e da cultural.

Das teorias do século XVIII, que como vimos, resgataram entendimentos do século XVI e reorganizaram os do século XVII, vem a concepção de *terroir* como gerador de características únicas ou específicas numa determinada população. Chegando no século XIX e XX, estas teorias, aplicadas aos respectivos contextos espaço-sociais e temporais destes séculos, foram então bases fundamentais para a da geografia enquanto disciplina científica.

Recorrente nó na história do pensamento geográfico, a divergência entre as escolas “determinista alemã” e “possibilista francesa”, às vezes abordada como “concorrentes”, outras como “inimigas”, visto o contexto temporal e histórico em que são concebidas, a beligerância entre Prússia, posteriormente Alemanha e a França, denotando um “ar militar” e “revanchista” às correntes de pensamento (GINSBURGER, 2010). Talvez esta construção e concepção reproduzida cientificamente durante muitos anos, contribuiu por nos fazer esquecer que ambas tiveram embasamento na relação entre ser humano e ambiente, clima, relevo e posição geográfica (MERCIER, 1995).

Esta questão observável nas análises de Guy Mercier (1995) nos permitem entender a ressonância das teorias dos Séculos XVI, XVII e XVIII entre si e em séculos posteriores. Se as formas e concepções derivadas e vistas como “determinismo ambiental e climático”, visto em Montaigne, Bodin, Du Bos, Montesquieu, foram heranças que compuseram o pensamento de Ratzel e Sample, como apontou Nina Brown (2005) por exemplo, quando analisamos o caso francês, além destes pensadores, acrescentamos a análise de Rousseau entre *terroir* e cultura e identidade, a de De Serres sobre a relação em equilíbrio de forças entre o ser humano e seu respectivo meio, influenciaram teorias da escola possibilista (PARKER, 2015).

Um exemplo claro desta afirmação está em “*Des rapports entre les populations et le climat sur bords européens de la Méditerranée*” (1886), um artigo de Vidal de La Blache para a edição de dezembro daquele ano da Revue de Géographie. Focando suas análises nas plantas, Vidal faz associações entre a adaptação de um vegetal à um meio e, de um grupamento humano à planta e ao meio (VIDAL DE LA BLACHE, 1886; LIRA, 2012, p. 97).

Estas analogias, associações e observações entre vegetal e humano, buscando elos e semelhanças, podemos inferir que foram de algum modo influenciadas pelas teorias de Montaigne (1580), de Bodin (1566), Fontenelle (1688), de Du Bos (1719) e de Rousseau (1762). Também sublinhamos a presença de De Serres e as concepções agrícolas. Para Vidal, (1886) as plantas eram “compheiras de viagem”.

Destacando a importância do geofator clima e das estações, demonstra como durante o decorrer da história humana, houve um “desbalanço de forças”. Vidal pondera que, o clima regeu (em períodos da nossa história) os deslocamentos, adaptações e culturas agrícolas (VIDAL DE LA BLACHE, 1886; LIRA, 2012, p. 97).

Esta última, tem valor para observarmos a agência humana (outrora vista em Montaigne, 1580), ampliada pelos conhecimentos sobre o meio, sobre os vegetais, a fauna, o relevo e os materiais, resultando na obtenção, criação e aprimoramento de técnicas (trabalho secular) e da cultura (em suas diversas representações e símbolos). Para Vidal, e seus pensamentos em 1886, a leitura sobre as produções, poderia ser uma forma de entender a adaptação do ser humano ao meio.

Temos aí um “artefato” que demonstra as bases do que seria o conceito de gênero de vida, que apareceria oficialmente em 1911, porém já se encontrava (enquanto ideia em construção) em obras anteriores, como o *Tableau* (1903).

Em nossa visão, demonstra o componente de constante modificação do gênero de vida, que permite entender processos internos ao conceito, como o surgimento de um a gênero derivado de outro, ou a retrofitização, por agora, guardemos estas observações que debateremos mais à frente.

Se, o estado atual da teoria é a base para a ruptura ou para novas abordagens metodológicas e epistemológicas à cerca de um tema, o mesmo é perceptível no espaço. Ele é composto de muitos conjuntos espaço-tempo, em sobreposição, como camadas de rochas, partes suas afloradas na superfície (presente), partes enterradas (VIDAL DE LA BLACHE, 1902 a.; OUZOUF, 2000, LIRA, 2012, 2014).

Lira (2012, 2014) sublinha que esta concepção espaço temporal de Vidal de La Blache, semelhante à do brilhante Ferdinand Braudel, aos quais nos emprestamos de uma pequena parte de sua inestimável herança intelectual para pensar em policronias. Braudel observa:

“O mundo de 1558, tão desagradável para a situação francesa, não nasceu no início deste ano, tão pouco significativo. E muito menos, sempre no caso francês, esse difícil ano de 1558. Cada “atualidade” reúne movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, às vezes, de ontem, de anteontem, de outrora”. (BRAUDEL, 1958, p. 272).

Num paralelo entre o espaço e a geografia, uma escola determinada, não começa num tempo, ela é constatada ou inaugurada neste tempo, sendo que, sua origem remonta da ruptura ou da conservação de ideias passadas. Explicamos, uma determinada concepção científica, se rompida, parte da crítica à mesma, se retrabalhada, parte da capacidade de explicação dos fenômenos e constatação dos fatos. Sendo assim, defendemos que, na leitura de Braudel (1958), ela dá sinais de existência antes de sua institucionalização.

Voltando ao *terroir*, se, os geofatores e suas marcas, datam de tempos pretéritos, e, refletem nas formas físicas e humanas, nas práticas espaciais e na própria diagramação do espaço, temos na tradição, técnica, conhecimentos e saberes, sejam eles populares ou científicos uma sincronia de temporalidades atuantes, nas permanências, nos *retro-fits*, nas hibridizações, nas atualidades e nos vanguardismos. Exemplificamos nos emprestando de Claval (2012), ao referir-se

às torres da Andaluzia, suas formas, design, materiais e técnicas remetem à temporalidades espaço-sociais pretéritas e que, inseridas na paisagem, em sincronia com o presente permitem que entendemos melhor o conceito de policronia.

Portanto a policronia, é analisada na presença sincrônica de muitos (poli) tempos (cronos) numa parcela espacial. Quando dizemos presente, nos referimos à diagramação e a composição atual do conjunto “espaço-sociedade”, símbolo de seu tempo é, também, resultado de passados e concepções de futuros, estes tempos têm duração, como analisou Braudel (1958). Para nossa démarche, partimos do pressuposto que cada passado, já foi presente e, é resultado de passados anteriores. Este entendimento do tempo, pode ser observado em Braudel (1958), Vidal de La Blache (1902b.) e Santos (1978). Estes autores permitem que analisemos a presença no tempo atual, de temporalidades diversas, vistas por suas reminiscências, permanências e rugosidades (formas) reverberando neste presente atual e observado.

Assim é o *terroir*, ele é uma construção, um precipitado, emprestando-nos das sábias palavras de Milton Santos (1978), de fragmentos dos conjuntos “espaço-sociedade” advindos de temporalidades diferentes, que estão sincronicamente em exposição e modificação numa parcela espacial.

A policronia, pode ser explicada como um desdobramento do conceito de permanências vidalianas (1902 a.), das rugosidades de Santos (1978) e das *dureés* de Braudel (1958). Este conceito permite que observemos na representação do *terroir* e do gênero de vida (paisagem-tipo e arquétipos-temporais), as múltiplas temporalidades humanas, os “valores”, “normas” e fatos presentes numa determinada época e a ação dos geofatores e geovariáveis físicas, entendendo que, o *terroir* está em constante maturação, mudança, (re)trabalhamento e ressignificação.

Carregando em si, reminiscências, “marcas-forma”, reais geossímbolos de tempos pretéritos, como ponderam Cosgrove (1992) e Claval (2012), este último autor quando analisa a presença de formas específicas da cultura árabe e católica na composição paisagística e sensorial da Andaluzia, como já havíamos exemplificado.

Adicionamos os tempos híbridos, mescla de passado e atual, num “*retro-fit*” de práticas e de representações, de funcionalidades, estas cruciais para o atual

entendimento e importância do *terroir* como forma de preservação do imaginário, da sustentabilidade espacial (BARHAM, 2003).

Estes últimos (os tempos híbridos), vistos na atualização de práticas, formas e saberes, do campo da tradição. Exemplificamos na tecnologia de cultivo de vinhas com sementes da EMBRAPA, porém mantendo técnicas de cultivo tradicionais. Ao contrário do que possa aparentar, estão longe de ser obsoletos.

Da policronia observamos as permanências, rugosidades das formas, da hibridização nas práticas espaço-sociais *retrofitzadas*, vistas no resgate, na manutenção ou atualização de determinadas práticas, técnicas, alimentação, indumentária, formas-arquétipo, e arquitetura (VIDAL DE LA BLACHE, 1902, 1903, 1911; SANTOS, 1978; BRAUDEL, 1958; VARAGNAC, 1945). Encontramos pequenos fragmentos analisáveis no *terroir* e, que residem no grande arcabouço formador do conceito de gênero de vida (VIDAL DE LA BLACHE, 1911).

Estes, em mescla com as atualidades e também vanguardismos, projetos de futuro, criam a concepção de tempo híbrido, policrônico, composto de várias temporalidades, representando e refletindo seus respectivos conjuntos espaço-sociedade em ação e observação sincrônica.



Figura 11, paisagem do *terroir* da AOC Sanserre, *vallée de la Loire*, França.

Observemos a presença de temporalidades diversas em harmonia, construindo a representação atual desta paisagem do *terroir*. No centro, um castelo, as estradas a torre, as casas, uma diagramação que permite entender a policronia. Num mergulho rápido, porém esclarecedor da história da região

“Connu depuis l’antiquité, on raconte que ce sont les Romains qui ont apporté la première vigne dans la région il y a 2 000 ans. Puis ce sont les moines qui ont fortement contribué à son exploitation, en particulier Saint-Martin et ses disciples. A l’époque la vigne est rampante et cultivée à même le sol. Selon la légende, ça serait l’âne de Saint-Martin qui en broutant par accident la vigne, a créé sa taille. Une vigne taillée qui donna plus de grappe par pieds” (COVIGNERON, 2020, p. 1).

Esta descrição nos permite entender a importância do imaginário, das lendas e da diagramação policrônica do espaço para o *terroir*. A preservação, hibridização e reminiscência das formas e tradições, trazem um *savoir vivre* ao *terroir*, sendo

outro motivo pelo qual seu entendimento e sua conceitualização é tão próxima de outros de nossos conceitos-chave.

3.3- Gênero de Vida e *Terroir*: um tesouro geográfico

Como toda a escola do pensamento científico, teoria e o espaço em si, a presença e influência de tempos pretéritos ao seu é perceptível. Há também na ciência, senão uma policronia, no mínimo uma diacronia, ou seja, concepções advindas do passado próximo reverberando no presente. Quando falamos de “clássicos” na geografia, sem pretensão de generalizar, percebemos um certo preconceito, principalmente da noção de que este adjetivo proporciona, a de “que já se falou tudo a respeito”, não há mais o que ser discutido, portanto é uma “página virada”, em muitos casos um meandro abandonado.

Como consequência, observamos uma aura “dogmática” em alguns conceitos e uma “crosta cristalizada” em outros, mais ainda, sentimos uma determinada “carga maniqueísta”. A necessidade de revisitar e reanalisar nossos conceitos, parte destas observações, não há nenhum tema em ciências humanas que se esgote, quanto mais se sabe sobre, mais lacunas temos a rever.

Isto acontece com o *terroir* e com o gênero de vida, dois conceitos que se encontram no arcabouço da história do pensamento geográfico que, de certo modo foram “cristalizados”. Com a indicação geográfica, *terroir* voltou à voga, e, nós enquanto geógrafos, encontramos elos entre os dois conceitos. Não poderíamos cobrar dos profissionais e cientistas atuantes na propriedade industrial tal leitura, devemos agradecer a possibilidade deste rico debate e, a oportunidade que nossa ciência tem de revitalizar e reler seus “clássicos”.

Se observarmos bem as conceptualizações de *terroir* ao longo dos tempos, o interesse na temática da parcela espacial e sua “influência no ser humano” é recorrente, seja no século XVI, no XVII ou nas retomadas do século XVIII.

Se, em algumas leituras, como a de Montaigne e Bodin, solo e clima regionais tinham influência direta na “sorte” dos seres humanos (habitantes) e em suas características psicológicas, em De Serres a construção de uma relação harmônica, uma parcela agriculturável única e específica, uma “mãe” dos humanos.

Nas leituras da *Académie* e de autores embasados em sua abordagem, reproduzindo argumentação de que o *terroir* “gerava as características negativas”

que, precisavam ser extirpadas, valorando o solo e o regional como “sujo”. Em Du Bos e Montesquieu, diferenciavam os seres e criavam uma identidade nacional pelo solo francês. A concepção oscilou entre valores e usos criando representações e imaginários diversos e, entre séculos, consonantes e dissonantes.

Com Rousseau, a diferenciação regional, a ode ao rural, retrazem e criam novos valores ao *terroir*. Não mais “determinante” das negatividades de um povo, agora era lido como um fator de diferenciação regional, como as especificidades e características que determinados habitantes de uma parcela do espaço tinham (PARKER, 2015).

Estas unicidades, diferenciadoras e de cunho regional, vistas pelas formas, práticas, tradições e produto. Tais características permitem ao *terroir* uma definição geográfica, uma “*province, campagne considérées comme le refuge d'habitudes, de goûts typiquement ruraux ou régionaux*” (LAROUSSE, 2013; PRÉVOST *et. Al*, 2014, p.3).

Grifamos os termos “*refuge d'habitudes*” e “*goûts typiquement ruraux*”, eles definem o *terroir* como uma parcela espacial dotada de tipicidade, de tradicionalidade. Em nossa análise, permitida pelas abordagens do *terroir* ao longo dos tempos, esta noção apresentada se completa com o “*régionaux*”.

Quando observamos por este prisma, o da tipicidade, dos hábitos tradicionais, da relação diacrônica entre o ser humano e seu meio, que geram cultura, imaginário e representação, de imediato visualizamos a teoria no gênero de vida vidaliano (1911).

Nas metodologias de Vidal de La Blache (1903) descrevendo a representação observável nos arquétipos humanos e na diagramação aspectos e formas regionais, as paisagens-tipo, entendemos as contribuições do meio ao humano, e as marcas do “ser pensante no ambiente”, aí reside o elo entre o *terroir* e o gênero de vida. Mais precisamente em *Tableau de la géographie de la France* (1903) que, para estudiosos do *terroir* como Guy (2007) e Trubek (2008), é considerado como a “*key moment in terroir's modern genesis*” (PARKER, 2015, p. 160). A importância da obra de Vidal está contida na metodologia e na epistemologia de análise,

“*by instilling regional pride in foods and encouraging intimate relationships between people and agricultural products, Vidal de la Blache helped set the tenor for the discussions about creating agricultural appellations that would follow in the first decades of the twentieth century*” (PARKER, 2015, p. 161).

Escrito no século XX,

“The first pages of the Tableau lyrically explain that a country’s physical history is in synch with the life of the individual: each person is “imprinted with the local saps and essence of the earth where he lives” (VIDAL DE LA BLACHE, (1903) 1908, p. 3; PARKER, 2015, p. 20).

Outro ponto que permite a descoberta de tal elo é a nítida presença no *Tableau* das teorias de Rousseau sobre o *terroir*, as concepções apresentadas em *Émile* (1762) e, as referências as concepções teóricas e de estilo de escrita do *Théâtre* (1600) de De Serres, principalmente na conotação de elementos de prosa poética, fato apresentado por Parker (2015). Como no exemplo:

“It is the valleys that mark this calcareous region as clearly Burgundian. Although dry, these rocks impregnated by organic substances nevertheless possess marvelous properties of life. One can see a bushy thicket growing from the smallest of crags in the steep slopes; the loose stones set in banks by the fieldworkers nestle under a fine, crazy vegetation of lianas and thorns; between these rocks ripen the best wines. The nutritive substances of this terroir, concentrated, it is true, in a narrow space, communicate to plants a savory vigor, which is passed on to animals and to people.” (VIDAL DE LA BLACHE, (1903) 1908, p. 118; PARKER, 2015, p. 161)

Nesta passagem, Vidal, é perceptível a influência de De Serres na obra

“describes the terroir of Burgundy with psychogeography bubbling forth. Within the romanticism of the prose, the reader discovers the landscape, and is mentally transported to Burgundy through the colorful richness of the text” (PARKER, 2015, p.161).

Além disto, é observável o uso do conceito de *terroir* na obra de Vidal, seu entendimento e a metodologia de análise e descrição das regiões que permitem a diferenciação regional proposta no *Tableau* (1903) têm grandes semelhanças com a concepção de Rousseau e De Serres, o físico e o humano em sintonia. Desta maneira, conseguimos exemplificar e explicar a analogia genialmente feita por Angotti-Salgueiro (2005) o gênero de vida como “quadro-vivo”, que retrata e narra a região e suas especificidades. Representa os aspectos físicos do *terroir* e apresenta pontos de contribuição do ambiente para os habitantes locais. Pegando-a emprestada, podemos ampliá-la também ao *terroir*.

Estas contribuições do meio são as referências diretas e indiretas, são os traços contidos e perceptíveis na cultura, culinária, indumentária, nas práticas tradicionais, lendas, folclore, nas representações típicas da região, que compõem o

arcabouço do imaginário, num sentido proposto por Castoriadis (1975) e, criam sentimentos de pertencimento do habitante à sua parcela de espaço ao seu *terroir*.

As descrições poéticas vidalianas, transportam o leitor para o local, além da beleza, é um recurso didático, criando uma sensação de conhecimento e de “trabalho de campo” que muitas vezes se assemelha à posterior definição do conceito de lugar de Yi-Fu Tuan (1973).

Culturalmente falando, encontramos no típico, no refúgio de hábitos, nas tradições pertencentes a uma área, a conotação conceitual do *terroir* como uma região específica, muito semelhante à teoria regional de Vidal de La Blache, e ao gênero de vida, noção que compõe a metodologia de análise presente no *Tableau* (1903). Na qual as características culturais específicas são uma marca da relação ser humano ambiente ao longo dos tempos. Acrescentamos que são uma construção constante, polirônica e multifacetada, assim, percebemos a importância da temporalidade em que se analisou um conjunto espaço-social e o trabalho secular dos seres humanos. Conceitos necessários para a “descristalização” e revitalização do Gênero de Vida (1911).

Se, *à priori* os conceitos e as noções de *terroir* e gênero de vida parecem parecidas, argumentamos que elas são complementares e retroalimentadas. A relação ser humano meio ambiente é retratada pelo prisma humano no gênero de vida, as contribuições do meio à formação de tal sociedade. Nas palavras de Vidal, os traços que definem o conceito são vistos

“Na alimentação, no vestuário, no mobiliário, nas construções, na arte médica da qual os chineses fazem uso, há, tomado da natureza inorgânica ou vivente, um fundo comum sobre o qual sua engenhosidade é exercida e que permanece como sua assinatura de povo (VIDAL DE LA BLACHE, [1902 b.], p. 124).

A utilização do conceito de *terroir* permite uma análise pela ótica do espaço, as marcas, adaptações e formas que o humano imprimiu no meio.

Dois importantes pontos são cruciais para o entendimento. Um, quando nos utilizamos do vocábulo “meio”, já deixamos implícito a ação dos geofatores e das geovariáveis físicas na constante modelagem do ambiente e na construção do ser humano.

Não de maneira determinista, ao contrário. Entender levando em consideração a técnica, fator central do gênero de vida, como forma de facilitar a

adaptação do ser humano (VARAGNAC, 1929, 1948 a.; SILVEIRA, 2010). Nem de longe fugimos da ação dos geofatores, pelo contrário, em determinados pontos acentuamos sua ação (Pensemos numa enxurrada, num alagamento nas ruas asfaltadas e os bueiros entupidos de uma metrópole) Voltando à dissertação,

“Assim como a posição, os traços físicos de uma região [*contrée*] estão impressos profundamente em seu estado social. A contiguidade da estepe pastoril e das terras de cultivo, do oásis e do deserto, bem como a da planície e da montanha” (VIDAL DE LA BLACHE, [1902 b.], p. 126-7).

Quanto à posição espacial, o posicionamento ou localização, Hartshorne (1927) ponderaria semelhante importância à este geofator. Em seus geossímbolos, como um vinho, na forma que a técnica foi desenvolvida, nas formas arquitetônicas, na indumentária, na criação humana que, difere na análise entre áreas, forma de leitura presente em Varagnac (1929; 1945; 1948 c.). Analisando a relação sociedade e natureza

“É seguramente fácil encontrar casos de correlação íntima entre um fato geográfico e um fato social. A contiguidade de duas regiões, planície e montanha, onde a ordem dos trabalhos não é a mesma e onde as colheitas amadurecem em datas diferentes, torna disponíveis os trabalhadores que alugarão periodicamente seus braços”. (VIDAL DE LA BLACHE, [1902 b.], p. 123).

Portanto, *terroir* e gênero de vida são conceitos que narram a história da relação sociedade e natureza, numa temporalidade, que é composta por outras e perceptíveis na paisagem. O que nos apresenta o segundo ponto, o tempo analisado, perceptível se observarmos que, ao trabalharmos conjuntamente com a geografia, a ciência dos lugares, como já observara Vidal (1913, p. 7). Braudel pondera que, se

“A história, dialética da duração, não será, à sua maneira, explicação do social em toda sua realidade? E, portanto, do atual? Sua lição valendo, neste domínio, como uma tomada de posição contra o acontecimento: não pensar, unicamente, no tempo curto, não crer que só os atores que sobressaem sejam os mais autênticos; há outros, e silenciosos, mas isso não é novidade” (BRAUDEL, 1958, p. 276).

No que se refere a geografia, em grifo nosso, “não pensar, unicamente, no tempo curto, não crer que só os atores que sobressaem sejam os mais autênticos; há outros, e silenciosos, mas isso não é novidade”, Braudel (1958, p. 276) explica a presença da policronia no *terroir*.

Esta passagem demonstra a impressão de tempo curto, pretérito próximo que uma leitura só linear do tempo traz. Sucessão de fatos, um após o outro. Na

leitura de Braudel e, consequente na policronia, não há somente uma sucessão linear. Explicamos melhor, uma tradição datada do século XIX, pode ter sido originada no século XVI, e, hibridizada ao longo dos tempos ou resgatada em algum momento do XIX, tendo sido “esquecida” durante todo o XVIII e XVII.

Assim, pelos conceitos de Gênero de Vida e *terroir* são contadas a história da relação do ser humano e do meio ambiente, em que está inserido, num determinado momento, trazendo marcas pretéritas em sua composição, fazemos uma analogia com a fotografia. Ao dialogarmos com os conceitos de gênero de vida e de *terroir*, temos de nos atentar a este fato, o momento da observação ou “do disparo da máquina fotográfica”.

Ao analisar uma foto, as marcas e as formas nela presentes são narrativas de um tempo específico (no qual ela foi tirada) e, podem conter reminiscências do passado. Estas em sentido policrônico, são fragmentos de diferentes tempos observáveis no *terroir* e no gênero de vida.

Roderick Nash (1967), já defendia o uso de ilustrações com finalidade de entendimento do passado de determinado ambiente, assim, proporemos que o *terroir* e o gênero de vida, são conceitos mais que capazes de oferecer um caminho e um entendimento sobre a relação ser humano ambiente, desde que, seja respeitada a questão temporal.

Ainda embasados em Nash (1967), mais precisamente na apreciação geográfica do *terroir* podemos observar as camadas de tempo vidalianas, as rugosidades de Santos (1978), o “trabalho secular” dos seres humanos e a ação dos geofatores e das geovariáveis. Encontrados nas formas, arquitetura e nos seus estilos, na técnica utilizada tanto na produção quanto na construção da parcela espacial, na cultura, no folclore (VARAGNAC, 1929; 1945; 1948 a.; 1948 c.).

No gênero de vida, pela indumentária, pelas tradições, pela cultura, pela tradição, ficam expostos os geossímbolos do *terroir* e, mais ainda as muitas temporalidades retratadas, as camadas de tempo vidalianas que resultaram na diagramação visível no momento da observação e análise, ou da apreciação das descrições.

CAPÍTULO IV: Por uma apreciação do *terroir* da serra gaúcha

Situada na zona de produção vitivinícola da Serra Gaúcha, na qual poderemos pensar geograficamente como uma região funcional econômica e produtiva (FERRÃO, 2012), sincronicamente por suas paisagens-tipo, percebemos uma região vidaliana (1903), uma região cultural (SAUER, 1925) e região-tipo de Hartshorne (1959).

Observando o supracitado, pela característica aglutinadora intrínseca ao conceito de região, poderemos perceber regionalizações distintas e sincrônicas, a região da certificação pertencente à região vitivinícola da Serra Gaúcha, portanto, para compreender melhor o *terroir* do Vale e do município de Bento Gonçalves, estaremos em diálogo integral e direto com geofatores e geovariáveis da Serra Gaúcha.

Numa analogia com um Diagrama de Venn, a região da “Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos” está contida na Região vitivinícola da Serra Gaúcha. Analisando o valor legal do certificado, os vinhos produzidos pela Região do Vale, são também da Serra, porém os da Serra, à menos que sejam pertencentes ao conjunto Vale dos Vinhedos, não podem ser certificados pela D.O.

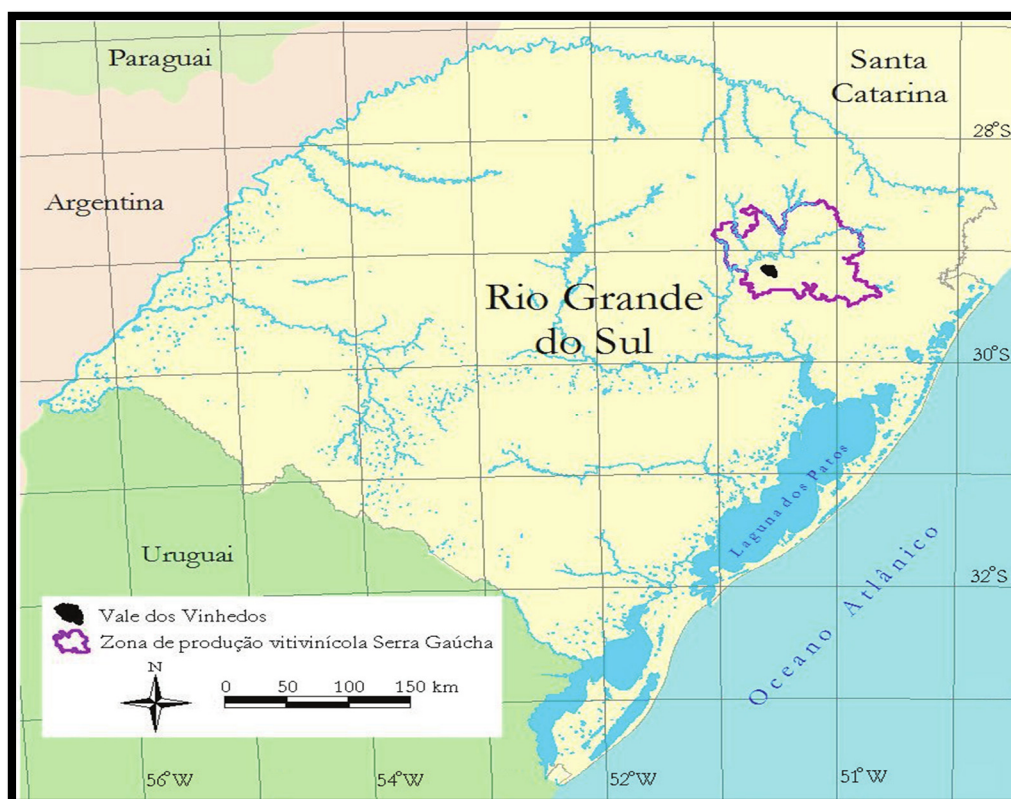


Figura 12: Mapa destacando o “Diagrama de Venn” regional (SARMENTO, 2010; FLORES *et. Al.*, 2012 pp. 20)

Sobre o Vale dos Vinhedos, esta região ocupa uma área espacial de 8.121,59 hectares, situando-se entre os municípios de “Bento Gonçalves (aproximadamente 61% da área), Garibaldi (cerca de 34%) e Monte Belo do Sul (cerca de 5%)” (FLORES *et. Al.* 2012, Pp. 19). Sendo que, 89% destes 8.121, 59 hectares, são a região funcional da “Denominação de Origem Vale dos Vinhedos” (FLORES *et. Al.* 2012, p. 19). A delimitação do perímetro desta região se observa partindo

“Do limite corresponde à porção da bacia hidrográfica do arroio Leopoldina a montante da sua confluência com o arroio Santo Isidoro. Partindo dessa confluência no sentido horário, o limite passa pelas linhas Zemith e Eulália ao norte, pela cidade de Bento Gonçalves e Linha Tamandaré a leste, pela cidade de Garibaldi e Linha Garibaldina ao sul, seguindo pelo divisor de águas a sudoeste até a cidade de Monte Belo do Sul, a partir de onde retorna ao ponto de partida ao norte pela Linha Zemith” (FALCADE, MANDELLI *et. Al.* 1999; FLORES *et. Al.* 2012, p. 19).

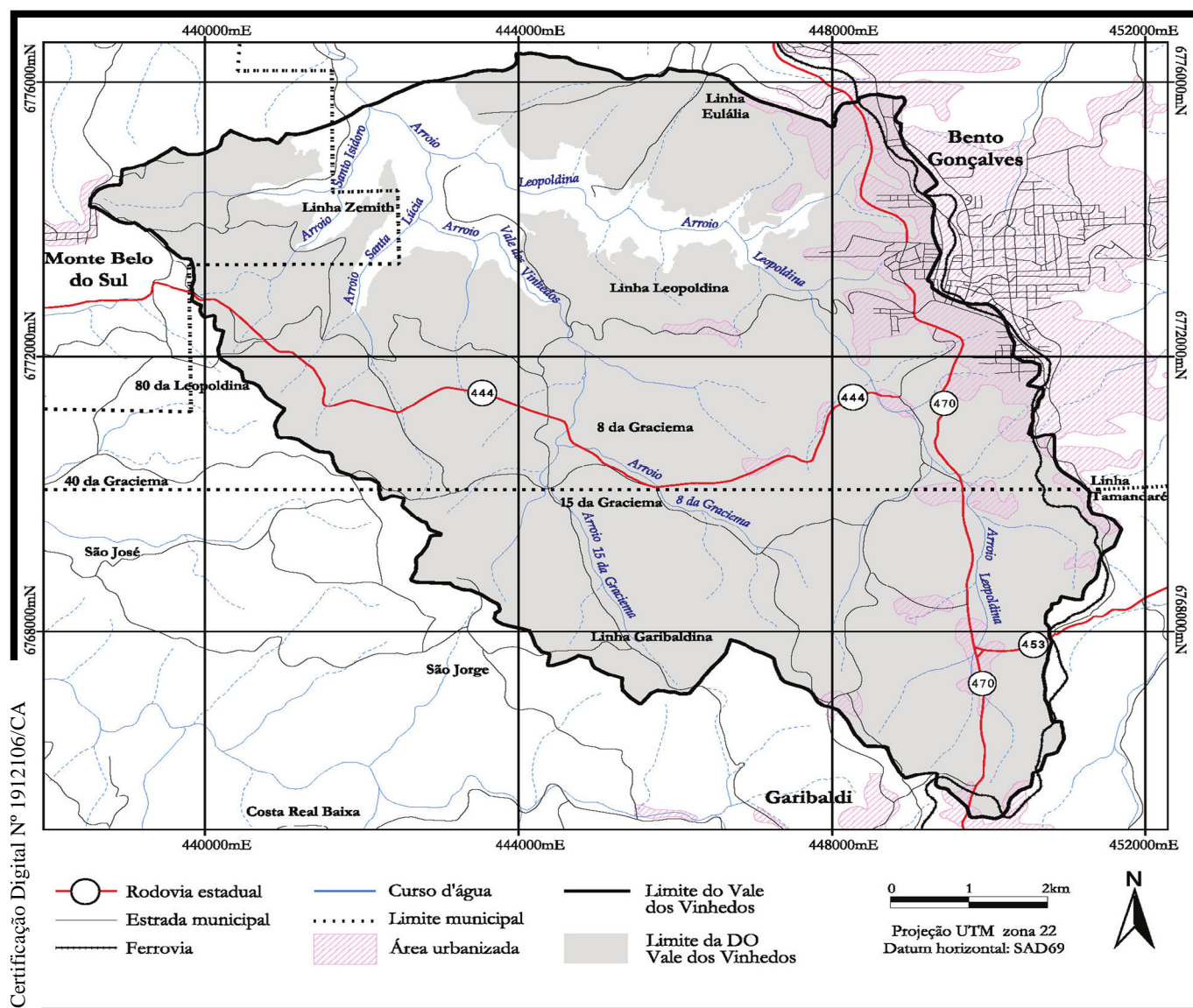


Figura 13: Limites espaciais da Região do Vale dos Vinhedos (FLORES *et. Al*, 2012, p. 21).



Figura 14: Plantação de uvas em Bento Gonçalves (ASSESORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES, [2020]).



Figura 15: Paisagem do Terroir de Bento Gonçalves (RUSCHEL, 2013 [2020])

Após a apreciação destas belas paisagens do *terroir*, dissecaremos este rico conceito, observando os geofatores e geovariáveis que, permitiram a composição e diagramação atual do *terroir* de Bento Gonçalves.

4.1- O geofator climático e suas geovariáveis

Baseados pela análise climática de Moreno (1961), a região da Serra Gaúcha possui um clima “Cfb” temperado oceânico. Apontado pelo autor ao embasar-se na classificação proposta por Koppen-Geiger (1936) (FLORES *et. Al.*, 2012, p. 22). Flores *et. Al* (2012, p. 22) classificam portanto, como um clima subtropical com verão ameno.

Propondo em uma abordagem mais técnica e específica, baseada na ocorrência de climas para viticultura, os pesquisadores Tonietto e Carbonneau (1999) especificam que a região se enquadra

“Em um sistema mundial de classificação climática multicritério como um clima vitícola do tipo ISO IH4 IF2, úmido, temperado quente, de noites temperadas” (TONIETTO *et. CARBONNEAU*, 1999; FLORES *et. Al.*, 2012, p. 22).

4.1.1-A geovariável temperatura

Geovariável diretamente componente do geofator climático, a Embrapa ao analisar as normais climatológicas obtidas na estação climatológica de Bento Gonçalves observou uma temperatura média anual de 17,2 C (FLORES *et. Al*, 2012, p. 22).

Assim, observando-se que janeiro apresentava média de 21,8°C, e, que junho registrava uma temperatura média de 12,8°C, respectivamente os meses mais quente e mais frio (FLORES *et. Al*, 2012, p. 22).

Percebemos a importância de um geofator em outro, quando observamos que “nas áreas mais elevadas das escarpas do Planalto das Araucárias, as medias podem ser inferiores a 10°C nos meses de inverno acentuado ou rigoroso” (NIMER, 1989; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 38).

Falcade, Mandelli *et. Al.* apontam que determinado pelas geovariáveis, o clima temperado regional, “apresenta variardes locais, decorrentes sobretudo das alterações térmicas causadas pelo relevo” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 38).

4.1.2 A geovariável pluviométrica

Com precipitações pluviais homogêneas, onde o mês com menor precipitação acumulada apresenta 107 mm, e o com maior, 185mm, precisamente maio e setembro. Assim, observa-se na região ao longo do ano um total de 1.736 mm (FLORES *et. Al*, 2012, p. 22).

Segundo Flores *et. Al* (2012, p. 12) as estações inverno e verão, bem definidos, permitem que observemos uma sazonalidade na temperatura. As chuvas, se observarmos a distribuição pluviométrica, não permitem que haja uma caracterização de estação seca. Estas características influenciam diretamente na produção e na qualidade das safras anuais (FLORES *et. Al*, 2012, p. 22-3).

Flores *et. Al* (2012, p. 22-3) apontam que estas geovariáveis (precipitação e temperatura) são, parcialmente, resultado da “ocorrência dos fenômenos *El Niño* e *La Niña*. Assim, influenciam diretamente na produção das videiras.

“Do ponto de vista agroclimático, a precipitação pluvial e a temperatura são as variáveis mais relevantes para a viticultura na Serra Gaúcha. A precipitação e temperaturas relativamente elevadas durante o ciclo vegetativo da videira tendem a favorecer a ocorrência de problemas fitossanitários, com repercussões sobre os custos de produção (SOUZA, 2005; FARIAS, 2009; FLORES *et. Al.*, 2012, p. 22).

Os autores (2012, p. 22), corroboram com a nossa análise da reverberação da ação, ou intensidade de um geofator em outro, ou em uma geovariável, quando observam que, ao estudar de forma conjunta as geovariáveis temperatura e precipitação, encontraremos a relação entre o geofator clima e o geofator relevo:

“O clima da Serra Gaúcha caracteriza-se pela homogeneidade pluviométrica e pela unidade no domínio do “clima mesotérmico do tipo temperado”, devido às condições do relevo, da localização e da dinâmica da circulação atmosférica. A temperatura na Serra Gaúcha é condicionada, sobretudo, pelo relevo. Na maior parte da área as médias mensais situam-se entre 16 e 18 graus Celsius, enquanto, nas áreas mais elevadas nas áreas mais elevadas do Planalto podem ser inferiores a 10 nos meses de inverno” (NIMER, 1989; FLORES *et. Al*, 2012, p. 22).

4.2 Geofator geológico

Diretamente regulador e modulador da geovariável temperatura, uma das formadoras do geofator clima, observamos que a Serra Gaúcha, encontra-se localizada

“Predominantemente sobre rochas do Grupo São Bento da Formação Serra Geral, porção superior da Bacia do Paraná, uma ampla bacia sedimentar que cobriu a região sul do continente sul-americano. A Formação Serra Geral constitui-se de uma sucessão de derrames de rochas efusivas ocorridos predominantemente durante o período Cretáceo Inferior da era Mesozóica (aproximadamente 135 milhões de anos)” (IBGE, 1990; FLORES *et. Al*, 2012, p. 23).

Mais precisamente, Falcade, Mandelli *et. Al* ao interpretarem os dados e mapas de Carraro *et. Al* (1974) e do IBGE (1990) afirmam que

“A Serra Geral da Série São Bento, cronologicamente, data dos períodos Triássico e Jurássico, estendendo até o Cretáceo Inferior, na Era Mesozoica” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 35).

Sobre a constituição, a sequência inferior da Formação Serra Geral é “predominantemente de rochas efusivas básicas, comumente basaltos e basaltos andesíticos, com diques e corpos tabulares de diabásio associados” (IBGE, 1986 *Apud*. FLORES *et. Al*, 2012, p. 23). Percebe-se também que,

“Ocasionalmente, entre as lavas, ocorrem lentes e camadas interderrames de arenitos de origem eólica, com estratificação cruzada tangencial e brechas constituídas por fragmentos de basalto e arenitos cimentados por lava basáltica. A espessura dos arenitos interderrames pode variar de alguns centímetros até poucas dezenas de metros” (IBGE, 1986 *Apud*. FLORES *et. Al*, 2012, p. 23).

Flores *et. Al* continuam

“Os basaltos apresentam cor variável entre o cinza-escuro ao cinza esverdeado, com tonalidades castanho avermelhadas quando alterado. As colorações escuras devem-se principalmente à granulação fina e à presença abundante de minerais ferromagnesianos, minerais opacos e de matriz vítrea” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 24).

Estes basaltos,

“Apresentam geralmente textura porfirítica caracterizada por cristais de plagioclásio com formas ripiformes e pequenas dimensões. São comuns estruturas em forma de bolhas cujas cavidades são preenchidas por cristais de outros minerais como

carbonatos, zeolitas, calcedônia, ágata e quartzo”. (FLORES *et. Al*, 2012, p. 24).

A composição da sequência superior dos derrames é de

“Rochas efusivas de composição ácida, predominantemente riolitos e dacitos. Estas rochas têm cor cinza-claro e, quando alteradas exibem coloração de tons cinza-claro e amarelados, tornando-se até avermelhadas quando impregnadas por óxido de ferro” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 24)

Ainda sendo componentes

“Dacitos e riolitos pórfiros, que se apresentam como rochas de coloração cinza-claro com cristais de plagioclásio e piroxênio visíveis a olho nu. A matriz perfaz cerca de 50% da rocha e é constituída por um intenso intercrescimento felsítico de quartzo e K-feldspato” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 24).

O Vale dos Vinhedos está posicionado entre “sequências superior (fácies Caxias) e inferior (fácies Gramado) da Formação Serra Geral”. Todavia,

“A maior parte da área situa-se sobre a sequência superior. Com menor participação em área, a sequência inferior corresponde à porção noroeste do Vale dos Vinhedos, basicamente ao baixo vale do arroio Leopoldina”. (FLORES *et. Al*, 2012, p. 24).

4.2.1 A geovariável relevo

Segundo dados do IBGE (1986) apresentados por Flores *et. Al* (2012, p. 24) a Serra Gaúcha está situada na unidade geomorfológica da Serra Geral, esta parte integrante da região geomorfológica do Planalto das Araucárias, onde “os processos morfogenéticos dominantes são os de decomposição química e escoamento subsuperficial” (AB’SABER, 1971; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 37).

Acrescentam Sarmiento *et. Al* (2006) que a Serra está situada num dos domínios morfoestruturais das bacias e coberturas sedimentares, pertencente à província geológica do Paraná, apresenta de maneira geral, um relevo complexo, onde, observa-se “grandes variações de altitude, de declividade e de exposição solar” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 24).

Desta maneira, além da regionalização por fatores geomorfológico e climáticos, percebemos o geofator climático se relacionando, influenciando, modificando a geovariável relevo

“A topografia é ondulada no topo e apresenta bordas escarpadas e recortadas, resultado do processo de dissecação verificado no Sul do Brasil, a partir de alterações climáticas, quando se

desenvolveu uma rede de drenagem com maior capacidade de erosão vertical, o que preservou áreas mais elevadas, testemunhos de uma superfície anterior” (FLORES *et. Al*, 2012, p, 24).

No Vale dos Vinhedos se observa relevos

“Conservados e dissecados de planaltos e suas escarpas, vigorosamente recortados e festonados pelo entalhe da drenagem, que secciona as várias sequências de derrames, deixando nas vertentes abruptas um sucessivo escalonamento de patamares estruturais, modelado conhecido regionalmente por “Região Serrana” (IBGE, 1986 *Apud*. FLORES *et. Al*, 2012, p. 24-6).



Figura 16: Paisagem no Vale dos Vinhedos (FLORES *et. Al*, 2012, p. 25).

Com esta fotografia, podemos perceber o “entalhe da drenagem em relevo montanhoso e escarpado e, vinhedos em relevo ondulado e forte ondulado” (FLORES *et. Al.*, 2012, p. 25). Também ficam evidentes ao fundo os campos agrícolas.

4.3 Geofator Hidrografia

A geovariável relevo, relaciona-se com o geofator hidrografia, sendo assim, formadoras e modeladoras (direta e indiretamente) do mesmo geofator (geológico). Portanto, são influenciadoras em si e em outros geofatores e geovariáveis.



Figura 17: Panorama do relevo regional (SARMENTO, 2010; FLORES *et. Al*, 2012, p. 26).

Partindo da análise desta fotografia, observamos como geofatores retroalimentam, modificam e até propiciam a existência de características, ações e comportamentos de outros geofatores e geovariáveis, esta percepção é visível ao analisar as “encostas e patamares dos derrames e a dissecação pelo rio das Antas”. (SARMENTO, 2010; FLORES *et. Al*, 2012, pp. 26). Para os pesquisadores do IBGE, que fizeram os trabalhos de campo em 1986 a relação entre geofatores e geovariáveis fica evidente. Os autores (2012) observam que

“As superfícies mais elevadas que resistiram ao processo de dissecação funcionam como divisores de águas para os inúmeros pequenos cursos d’água que correm para os tributários do rio Caí, nas direções sul e sudeste, e para os tributários do rio das Antas, nas direções norte e noroeste” (IBGE, 1986 *Apud*. HOFFMANN *et. Al.*, 2005 *Apud*. FLORES *et. Al*, 2012, p. 26).

A formação da rede hidrográfica pertencente ao Vale dos Vinhedos, se dá “por vários cursos d’água que fluem para o arroio Leopoldina, afluente da margem esquerda do rio das Antas” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 26).



Figura 18: Ferradura do Rio das Antas (DUPONT, BENTO GONÇALVES, 2017).

4.4 Geofator pedológico: O Solo, a estrela do *terroir* nos séculos XVI e XVIII

Escrevendo na obra de Falcade, Mandelli *et. Al* (1999), a maior e mais completa expedição geográfica na Serra Gaúcha, os autores Carlos Alberto Flores, Pedro Jorge Fasolo e Reinaldo Oscar Potter, definem solo como

“A coleção de corpos naturais que ocupam parte da superfície terrestre e constituem o meio natural para desenvolvimento das plantas. São dotados de atributos resultantes da diversidade de efeitos da ação integrada do clima e dos organismos, agindo sobre o material de origem, em determinadas condições de relevo durante um certo período de tempo” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 86).

Esta leitura permite que entendamos a composição do geofator solo, diretamente relacionado à geofatores climáticos, geomorfológicos e bióticos (microorganismos) e suas geovariáveis. De certo modo, nos remetemos novamente à Giorgio Agrícola (Georg Pauer), De Serres (1600), e Chaptal *et. Al* (1801) e da importância dada por estes autores sobre o entendimento do composição pedológica para a análise do *terroir*.

O complexo de solos na região da Serra Gaúcha é predominantemente formado por solos rasos e pedregosos. Estas características e qualidades são

explicadas por Flores *et. Al* (1999), que observa os “diferentes materiais de origem e do relevo movimentado” (FLORES *et. Al*, 1999; FLORES *et. Al*, 2012, p. 27). Portanto, o geofator pedológico somado ao geofator relevo modelação, na região, a ação do geofator humano e a ação do geofator biogeográfico. Flores *et. Al* explicam

“Apesar da limitação imposta pelo relevo e pela pouca profundidade, as terras são intensamente utilizadas com culturas diversificadas, dada a fertilidade natural dos solos, relativamente elevada, e a estrutura de posse da terra, baseada em pequenas propriedades” (IBGE, 1986 *Apud*. FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).

A distribuição dos solos na região da Serra Gaúcha se dá, segundo Flores *et. Al* (2012),

“Na porção correspondente à Encosta Inferior do Nordeste podem ocorrer Argissolos Vermelhos Distróficos típicos arênicos, Argissolos Vermelho-Amarelos Distróficos abruptos, Argissolos Bruno-Acinzentados Alumínicos típicos, e Chernossolos Argilúvicos Férricos típicos associados a Neossolos Regolíticos ou Litólicos Eutróficos” (STRECK *et. Al*, 2008; FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).

O geofator climático, tem ação no geofator geológico, na geovariável relevo e, atua diretamente no geofator pedológico, onde Streck *et. Al* (2008) e Flores *et. Al* (2012, p. 27) observam:

“Uma elevada proporção desses Chernossolos foi transformada em Cambissolos Háplicos ou em Luvisolos Háplicos devido à erosão do horizonte A chernozêmico original causada pelo uso agrícola. Nas várzeas encaixadas dos rios Taquari e Caí e de seus afluentes ocorrem Chernossolos Háplicos Órticos típicos” (STRECK *et Al.*, 2008; FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).

No que tange a porção referente à Encosta Superior do Nordeste:

“Nos relevos mais acidentados, ocorrem Neossolos Litólicos e Neossolos Regolíticos Distróficos, Neossolos Litólicos Distroúmbricos fragmentários típicos e Neossolos Regolíticos Distroúmbricos lépticos ou típicos” (STRECK *et. Al*, 2008; FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).

Em determinadas parcelas da região, que apresentam relevo ondulado,

“Incluindo também a região fisiográfica dos Campos de Cima da Serra, são encontrados Cambissolos Húmicos Alumínicos típicos associados com Argissolos Bruno-Acinzentados Alíticos abruptos e Neossolos Litólicos, Cambissolos Háplicos Eutróficos e Distróficos, Latossolos Brunos e Nitossolos Brunos” (STRECK *et Al*, 2008; FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).

As influências dos geofatores geológico, pedológico foram diretas na ocupação humana,

“Devido à forma geométrica de divisão dos lotes no início da ocupação colonial, a ocupação da terra se deu de forma indiscriminada. Como consequência, a viticultura da Serra Gaúcha se encontra associada aos mais variados tipos de solos, de acordo com sua distribuição na paisagem e com a delimitação das propriedades rurais” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).

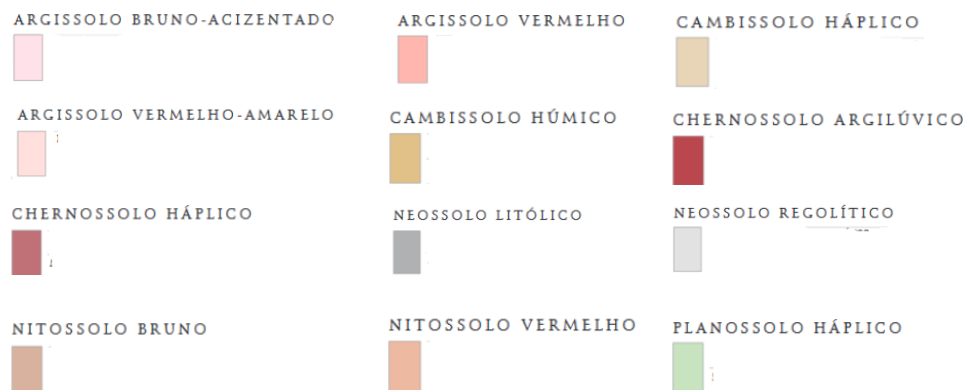
E, a ação é reverberada, perceptíveis também no produto, no geossímbolo regional, o vinho.

“A variabilidade espacial dos tipos de solos resulta em vinhos com características distintas em cada local, pois suas propriedades agem como reguladores dos elementos do clima” (FLORES, 2011 *Apud*. FLORES *et. Al*, 2012, p. 27).



Figura 19 – Mapa proveniente da adaptação ilustrativa do Mapa em escala 1:10.000 de Flores *et. Al* “Distribuição dos Solos no Vale dos Vinhedos” (Fonte:FLORES *et. Al*,2012, p. 166).

Legenda



(Adaptado de Flores *et. Al*, 2012, p. 166).

Observamos que este mapa tem a finalidade de demonstrar a disposição por classes gerais. Para maior precisão quanto a taxonomia e as subclasses pedológicas, recomendamos a consulta da página 166 do Livro “Os Solos do Vale dos Vinhedos” de Flores, Potter, Sarmento, Weber e Haseneck (2012). Nesta página se encontra o mapa do levantamento completo dos solos com melhor qualidade de pixelização. Também disponível o raster e produto final em <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/dados-espaciais/248-levantamento-detalhado-de-solos-do-vale-dos-vinhedos>

4.5- Geovariável incidência solar, geofator posicional

Derivado dos estudos de Vidal de La Blache (1902 b.) e da afirmação de Richard Hartshorne, a “localização como fator geográfico” (HARTSHORNE, 1927, p. 92), o posicionamento é composto pelos dados posicionais de latitude, declividade da superfície de relevo e da exposição das vertentes, conhecida como exposição (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 53). Assim,

“A intensidade de luz e calor disponível varia com a latitude, e a incidência de radiação solar ou insolação atinge diferentemente a superfície dependendo da inclinação (declividade) e da orientação (exposição) das vertentes”. (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 53).

Este geofator, e suas geovariáveis incidem diretamente na qualidade das uvas, Winkler (1965), aponta que o geofator climático, mais precisamente a geovariável temperatura “definem a qualidade das uvas” (WINKLER, 1965; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 53).

Numa análise mais profunda, reiterando a importância de cada geofator e geovariável para a composição do *terroir*, numa clara reminiscência do pensamento de Chaptal *et. Al* (1801), Estienne et. Liébault (1554) e Olivier de Serres (1600), o autor “Galet (1976), demonstra a influência da insolação sobre a qualidade da uva em diferentes exposições” (GALET, 1976; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999 p. 53). A necessidade da radiação solar se demonstra pela

“Temperatura do ar em torno da planta e as possibilidades que diferentes temperaturas tem de provocar diferenças de pressão entre o fundo dos vales, ao longo das encostas e o topo dos patamares e, assim, provocar uma circulação do ar mais intensa e, consequentemente, a retirada da umidade presente no ar e na planta, tão prejudiciais a qualidade da produção vitícola” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 53).

Além, obviamente, da clorofila presente na videira “que transforma a energia absorvida em açúcar”, daí a necessidade mais conhecida de iluminação (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 53).

4. 6- O geofator biótico: a geovariável vegetação

O mestre Aziz Ab'Saber (1957) observou que também a vegetação, é um produto policrônico histórico, num embasamento temporal próximo ao de Braudel (1958),

“A vegetação original da Serra Gaúcha é resultado não somente das condições atuais de ambiente, mas também das condições reinantes nos períodos glaciários e interglaciários do Quaternário” (AB'SABER, 1957; FLORES *et. Al.* 2012, p. 28).

Se formos buscar no cerne, no princípio, a caracterização da geovariável vegetação na Serra se dava pelas florestas

“Estacional Decidual nas áreas escarpadas do planalto e pela Ombrófila Mista, com bosques de araucária intercalados por campos, nos topos mais suaves” (IBGE, 1986 *Apud.* FLORES *et. Al.* 2012, p. 28-9).

Flores *et. Al.* explicam que “nas áreas de contato observa-se uma interpenetração das espécies entre as duas formações vegetais” (FLORES *et. Al.*, 2012, p. 29). Localizada em altitudes superiores a 500m a Floresta Ombrófila Mista, se caracteriza pela presença de espécies como

“a araucária (*Araucaria angustifolia*) formava o estrato emergente tinha, principalmente, como estrato inferior o angico-vermelho (*Paraptadenia rigida*) e a grápia (*Apuleia leiocarpa*), mas também canelas (*Cryptocarya aschersoniana*, *Ocotea pulchella* e *Ocotea puberula*), sapopema (*Sloanea lasiocoma*), guabirola (*Campomanesia rhombea*), açoita-cavalo (*Luhea divaricata*), pessegueiro bravo (*Prunus myrtifolia*), bracatinga (*Mimosa escabrella*), erva mate (*Ilex paraguayensis*), aroeira (*Lithraea brasiliensis*), cambuí (*Myrciaria tenella*) e canjerana (*Cabralea canjerana*), entre outras espécies, além de possuir estratos menores constituindo, assim, uma estrutura bastante variada” (FLORES *et. Al.*, 2012, p. 29).

A Floresta Estacional Decidual, apresenta processo de dormência, caracterizada pela queda foliar. Sua complexa estrutura organizacional, se explica, em parte, pela luminosidade. Flores *et. Al.* (2012) descrevem a presença de poucas espécies exclusivas e, estratos com alta densidade de copagem. Entendendo esta floresta, percebemos que, os estratos superiores

“Formados por grápia (*Apuleia leiocarpa*), angico-vermelho (*Paraptadenia rigida*), cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), canafístula (*Peltophorum dubium*), pau-marfim (*Balfourodendron riedelianum*), canelas (*Cryptocarya aschersoniana*, *Ocotea pulchella* e *Ocotea puberula*), entre outras” (FLORES *et. Al.*, 2012, p. 29).

Enquanto, no que diz respeito aos estratos inferiores, encontram-se

“Além de indivíduos jovens dessas espécies, são encontrados o cincho (*Sorocea bonplandii*), o catiguá (*Trichilia clausenii*) e as gramíneas. Além disso, nas diversas áreas de contato observa-se uma interpenetração das espécies entre as formações vegetais, como ocorre, por exemplo, com a araucária”. (FLORES *et. Al*, 2012, p. 29).

Aapesar da ação do geofator humano (ao longo dos tempos) na região, os autores observam, que “ainda restam algumas áreas de florestas nativas localizadas nas superfícies mais acidentadas e isoladas das escarpas do planalto” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 29). Sobre a vegetação original, Flores *et. Al* discorrem:

“Embora poucas possam ser consideradas florestas primárias em virtude de já ter havido algum tipo de exploração no passado. Mais recentemente observa-se que áreas menos aptas ao uso agrícola, íngremes ou pedregosas, vêm tendo sua vegetação naturalmente recomposta devido à menor exploração” (FLORES *et. Al*, 2012, p. 29).

4. 7-A formação histórica do conjunto espaço-social da Serra Gaúcha e do Vale dos Vinhedos

Pellanda (1950) afirma que através do despacho do “Conselho Ultramarino da Metrópole” lusa, de 22 de junho de 1729, inicia-se a colonização do Rio Grande do Sul, por açorianos, alemães e italianos (PELLANDA, 1950; FARIAS *et. XAVIER*, 2016, pp. 263). Por este documento legal, ficou convencionado e estabelecido

“que, se não instalando no sul, nas povoações da Colônia e outras, casais de ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses” (PELLANDA, 1950, p. 2; FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 263).

Este documento é também um testemunho e uma marco do início da história da produção vitivinícola no Estado do Rio Grande do Sul. Farias e Xavier (2016) demonstram que, ao contrário do que muitos pensam, o cultivo e produção da bebida data de bem antes da chegada dos italianos, sendo os jesuítas e, posteriormente os açorianos, os pioneiros na vitivinicultura em solo gaúcho.

Tempo depois, já no século XIX, relata-se que os recém-chegados imigrantes alemães também se ocuparam com a vitivinicultura. Porém, como

observam e, de certo modo ficou no imaginário popular brasileiro, a produção de vinhos teria uma nova fase, que, levaria ao que conhecemos hoje, com a chegada dos colonos de origem italiana (FARIAS *et. XAVIER*, 2016). Numa breve análise sobre os vinhedos, se num primeiro momento

“Foram organizados com variedades europeias, e, a partir da segunda metade do século XIX, as variedades americanas (*Isabel, Herbemont*) foram substituindo as europeias por sua facilidade de cultivo” (FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 263).

Tal mudança de origem das cultivares se deu, em parte por motivos de qualidade da bebida e adaptação das mudas ao novo meio. Ainda que, fosse produzido de maneira sistemática, com finalidade de consumo

“O vinho “alemão” produzido no RS era tido como de péssima qualidade, muito por conta da baixa adaptabilidade das mudas trazidas pelos colonos germânicos ao clima do RS” (MOURE, 1980; FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 267).

4.7.1-A chegada dos italianos e seu assentamento na Serra Gaúcha

O ano de 1875 foi marcante, não só para a história da vitivinicultura brasileira, como também para a diagramação atual do sistema espaço-social da Serra Gaúcha. Nesta data, foram fundados os núcleos coloniais de Colônia, nos Fundos de Nova Palmira, que viria a ser Colônia Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 29).

Ivanira Falcade, Francisco Mandelli *et. Al*. observam que a Serra é um “espaço construído pelo processo de imigração, promovido no País no período do Império até o início da República” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 29).

Onde, mais uma vez da tríade de Reale (2002, 2003), isolamos “norma e fato”, percebemos que a “norma” acabou por criar o “fato” e consequentemente novas normas vieram da chegada dos italianos ao Sul, como já analisado, se um fato pode gerar uma norma, uma norma gera respostas e possibilidades, ou seja, novos fatos, sejam eles espaciais ou sociais. Exemplificamos:

“O projeto de colonização italiana desenvolveu-se sob orientação da Lei nº 601, de 1850 (regulamentada em 1854), conhecida como Lei de Terras. Essa Lei, além de proibir a doação de terras pelo governo, previa também a forma de parcelamento e a direção que os lotes deveriam ter (o que nem sempre foi observado)” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30).

Falcade, Mandelli *et. Al* (1999), em sua démarche pela revisitação da história da ocupação da Serra Gaúcha, encontram em Adami (1971) a observação que, após duas expedições regionais, foi a Lei foi aplicada. Os autores (1999) explicam que o ordenamento espacial proposto pela mesma, dividia a colônia em léguas, que seriam então particionadas em travessões ou linhas e, estes foram repartidos em lotes. Como nem tudo são flores, os poucos trabalhos de campo e de reconhecimento, inferiram diretamente na distribuição destes lotes, pois, resultaram

“Em um traçado geral da área sobre o qual foram desenhados os lotes, onde não foram observadas as condições do terreno, a não ser os acidentes de maior destaque, como o Rio das Antas. Os lotes deveriam ter o sentido meridiano, porém a irregularidade do terreno nem sempre permitiu que a regra fosse seguida”. (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30).

Outro ponto interessante, é ressaltado por Ivanira Falcade, Francisco Mandelli *et. Al* (1999, p. 30), que nos fica claro ao observar que apesar de a Lei padronizar o lote em 25 ha. As dimensões da légua, o número de lotes por travessão e de travessões por légua, apresentavam, por questões de planejamento e geofatores físicos (relevo), muitas variações escalares. Mesmo com as problemáticas observadas,

“Os núcleos de colonização Dona Isabel e Conde D'Eu começaram a se desenvolver com a chegada dos imigrantes italianos em dezembro de 1875 e no início de 1876, após a tentativa fracassada de ocupá-los com imigrantes franceses” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 29).

Oriundos, em sua maior parte, do norte da Itália, estes imigrantes

“Compraram e ocuparam, inicialmente, as terras devolutas localizadas na encosta do Planalto do Nordeste do Rio Grande do Sul, situadas entre os Campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias alemãs, ao sul” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 29).



Figura 20: Monumento em bronze de Gustavo Nackle Neffa, retratando e “homenageando o esforço e o trabalho dos imigrantes” (BENTO GONÇALVES, 2020, p. 1). Esta obra de arte foi apresentada em 2005, em comemoração do aniversário de 130 anos da chegada dos primeiros colonos italianos em Bento Gonçalves.

Falcade, Mandelli *et. Al* (1999, p. 30) afirmam que em pouco tempo, houve uma grande ocupação da região. As questões relacionadas às pequenas dimensões dos lotes, acrescida das proles dos imigrantes, normalmente, com muitos filhos e, que configuravam um excedente populacional, propiciaria uma busca por novas áreas de assentamento. Este último fato social e espacial foi, em grande medida, fomentado pelos casamentos. Partindo então das colônias de Dona Isabel, Conde D’Eu e Caxias, a nova área de ocupação e assentamento destes imigrantes

“Vai estender-se gradativamente na direção norte, além do Rio das Antas, acompanhando a continuidade dos trabalhos de demarcação e loteamento das terras devolutas pelo Governo do Estado” (FROSI *et. MIORANZA*, 1975; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30).

As colônias, pouco tempo depois do início do povoamento, foram integradas a municípios próximos. A colônia Caxias, em 1884, passaria a compor então, o município de São Sebastião do Caí. Já as colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel,

se juntam ao município de São João do Montenegro, onde seriam agora o 4º. Distrito (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30; SPGG, 2018).

Mais uma vez nos recordando de Reale (2002, 2003), se um “fato” cria uma “norma”, o reverso é válido, a colonização e a história regionais, levaram a um movimento que, culminaria no Decreto nº 474, de 11 de outubro de 1890.

Esta norma criaria oficialmente, partindo da emancipação das antigas colônias Dona Isabel e Caxias, o município de Bento Gonçalves, com a elevação de sua sede “à categoria de cidade”. Semelhante acontecimento se sucederia em Conde D’Eu. No ano de 1900 se emancipou, agora sendo um município, com toponímia de Garibaldi (ADAMI, 1971; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30; SPGG, 2018).

4.8- O Gênero de Vida do Imigrante, e a “relação” com o novo ambiente

Impossível na construção de nosso raciocínio, desassociar o meio do ser humano, o social do espacial. Numa imersão que pode ser vista pelo prisma produtivo, e que nos permite adentrar em outros meandros e possibilidades analíticas, percebemos que na Serra Gaúcha, o imigrante trouxe junto consigo seu gênero de vida, caracterizado por sua técnica e, a de seus antepassados, no que Paul Vidal De La Blache, genialmente, denominou “trabalho secular” dos seres humanos (VIDAL DE LA BLACHE, 1886; LIRA, 2012). Assim que começaram a se estabelecer na região, além das variedades europeias trazidas anteriormente, nos outros movimentos migratórios, como apontam Farias e Xavier (2016), e pelos próprios italianos, como lembram Falcade, Mandelli *et. Al* (1999).

“Os imigrantes italianos iniciaram o cultivo da videira Isabel, cujas mudas obtiveram por meio do contato com os imigrantes alemães instalados no Vale do Rio Caí, e com ela obtiveram safras abundantes, já que essa videira apresentou-se muito rústica e adaptada às condições edafo-climáticas locais” (POLITA *et. BASSO*, 2006, p. 2).

Lançando mão das técnicas já conhecidas e elaboradas em sua terra natal, de seu conhecimento da lida como o solo e com as parreiras, logo os primeiros sinais de desenvolvimento chegariam à região. Como fragmento histórico, Farias e Xavier relembram da carta do Cônsul italiano em Porto Alegre, datada de 1883:

“[...] a videira cresce de modo surpreendente. Já no segundo ano dá uva e no terceiro a colheita é abundante. Segundo afirmações

de muitos colonos, foi precisamente esta riqueza agrícola que reteve os imigrantes. Em Conde D’Eu produziu-se em 1881 aproximadamente 5.000 hectolitros de vinho. No presente ano espera-se obter o triplo” (COSTA *et Al*, 1999, p. 34; FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 267).

Assim, em pouco tempo, estavam plantadas as mudas do que hoje é o Vale dos Vinhedos, tendo então, o governo gaúcho, investido na (agora evidente) vocação vitivinícola da região

“Em 1898, o Governo do RS mandou vir 25.000 mudas e as distribuiu aos colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Alfredo Chaves, Bento Gonçalves e também a alguns agricultores localizados nas colônias alemãs (principalmente São Leopoldo)” (FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 275).

Não somente com incentivo visto nas mudas. Farias e Xavier (2016) apontam também

“Investimentos do Estado em embalagens e carros. Nesse período, a Estação Experimental de Agronomia estudava a adaptação de viníferas europeias aos nossos clima e solo e, além de comparar os produtos das castas finas e das comuns, realizava enxertos, etc”. (FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 275).

Como consequência desta démarche da Estação Experimental

“Já em 1901, esse Instituto podia distribuir 8.800 bachelos (mudas em forma de galhos) de produção própria, o que continuou a fazer até 1910, quando essa tarefa passou à responsabilidade da Escola de Engenharia”. (FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 275).

Além dos vinhos, este “arcabouço técnico-cultural-social” do gênero de vida dos imigrantes, foi importado e, aplicado na parcela espacial. Como consequência, trouxe uma caracterização, visível também, pela matriz produtiva, diferente da observada no restante do País neste recorte temporal. Falcade, Mandelli *et. Al* (1999) corroboram ao observar que tal fato se deu, em parte, pela

“A virtualidade técnica do imigrante trazida de seu país de origem, representada pelo domínio dos mais variados ofícios, dentre os quais mencionam-se os de carpinteiro, pedreiro, tanoeiro, ferreiro, sapateiro, marceneiro, funileiro, farmacêutico, músico, operário, entre outros” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 31).

O conhecimento prévio, o que estes imigrantes já haviam visto, vivido e aprendido, visto neste arcabouço, no gênero de vida de suas regiões de origem, ao ser transposto na Serra, “viabilizou nas vilas, desde o início, o surgimento de

diversas atividades ligadas a indústria”, a manufatura e ao setor de transformação de matérias primas (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 31). Fato observável até os dias atuais, onde segundo dados do Panorama Socioeconômico Bento Gonçalves, de 2018, a indústria tem uma participação muito superior aos outros setores na geração de riquezas neste município (IBGE, 2018; BENTO GONÇALVES, 2018; CIC-BG *et. UCS*, 2018).

Num pensamento diacrônico, a aplicação da técnica apreendida e compreendida anteriormente na Itália, caracterizava, segundo Falcade, Mandelli *et. Al* (1999, p. 31), o imigrante italiano “ao mesmo tempo um agricultor e um artesão” assim, reverberava na organização espacial, vista no interior das unidades agrícolas uma “diversificação das atividades, o que as tornava relativamente autossuficientes”.

“Machado e Herédia (2003) apontam que, no final do século XIX, toda a região dava sinais de prosperidade. Muitas pequenas indústrias já tinham sido instaladas. Em Caxias, havia 65 moinhos, 41 serrarias, 35 alambiques, 27 ferrarias, 17 engenhos de cana, nove curtumes, duas funilarias, além de um sem números de outros estabelecimentos” (FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 268).

Ivanira Falcade, Francisco Mandelli *et. Al* ainda observam que a “produção era realizada em pequena escala, de forma artesanal e com mão de obra familiar” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 31). Embasados num contexto agrícola,

“Nessa região o imigrante construiu um espaço caracterizado pela policultura. Rapidamente as encostas do planalto, cobertas de densa vegetação, deram lugar ao cultivo de cereais, hortaliças e frutas, a criação de aves, de suínos e de gado”. (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30).

Em poucos anos, as produções de subsistência, já produziam excedentes. Com o aumento e a criação de centros urbanos, do mercado consumidor, trouxeram uma procura “por produtos básicos, o que garantia a colocação imediata dos produtos da agropecuária colonial” nos mercados brasileiros (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 31).

Trigo, feijão, batata, milho, banha, salame, queijos, milho e vinho alcançavam centros urbanos maiores, chegando a ser comercializados em São Paulo, Rio e Porto Alegre (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 30-1). O transporte e escoamento destas mercadorias era, então, feito

“Por carroças e cargueiros, que circulavam por precários e estreitos caminhos até o município de São Sebastião do Caí ou

de Montenegro, onde eram embarcadas com destino à Capital do Estado e depois ao centro do País” (PELLANDA, 1950; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 31).

Mesmo estas dificuldades de escoamento e de logística não impediram

“A inserção da região no mercado nacional processou-se tanto por iniciativas isoladas de imigrantes locais, como por grupos de intermediários que detinham um certo monopólio na comercialização” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 32).

A intermediação da produção dos colonos italianos, era feita, em geral por intermediários, geralmente de proveniência germânica, que se assentaram nas colônias alemãs na região (MANFROI, 1975, p. 20; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 32).

Falcade, Mandelli *et. Al* afirmam que pelas características da colonização do Rio Grande do Sul, o abastecimento dos centros urbanos do Brasil, na época em formação, houve uma “inserção relativamente precoce do lugar no mercado regional e nacional, através do comércio” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p.32). Este fato pode ser entendido ao analisarmos os excedentes produtivos da Serra Gaúcha, que segundo Dal Pizzol (1988) já eram vendidas em 1898. (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p.31; DAL PIZZOL, 1988; POLITA, 2006, p. 73).

O sucesso econômico da região, trouxe, novamente o interesse governamental para a Serra Gaúcha. A construção da malha ferroviária em 1910, que ligaria as cidades de Caxias a Porto Alegre e, posteriormente nos anos de 1918, a conexão entre a capital e Garibaldi. No ano seguinte, se ampliando também até a cidade de Bento Gonçalves (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999).



Figura 21: Trem de ferro na estação ferroviária de Bento Gonçalves. Se, outrora responsável pelo escoamento de cargas, atualmente é uma das atrações turísticas da cidade (BENTO GONÇALVES, 2020).

Através das ferrovias, a tecnologia aplicada no espaço permitiu acabar com a dependência do porto de São Sebastião do Caí. Pelo prisma conceitual do fato geográfico vidaliano (1902 b.) aplicado juntamente ao “fato e a norma” de Reale (2002, 2003), a região vivenciaria uma ampliação dos setores produtivos e, consequentemente, uma dinamização econômica. Frizzo (1984, p. 47) observa que pelo

"encurtamento da distância via implantação relativamente antecipada da ferrovia e a instalação da energia elétrica em 1913 significou a criação de condições básicas para a expansão e surgimento de novas atividades econômicas". (FRIZZO, 1984, p.47; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, p. 31).

O implemento estrutural, visto na ferrovia, permitiu o

“Início da fase comercial propriamente dita, com a instalação de diversos estabelecimentos vinícolas e de outros ramos industriais e comerciais, em diversos municípios da região” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, p. 32).

A “fase comercial” foi, de certo modo impulsionada e possibilitada pelas

“Mudanças no modelo de consumo do país, com a formação de uma classe assalariada urbana e a consequente expansão de um mercado consumidor, agiliza a expansão industrial da região” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 32).

4.8.1- As diferenças internas na Região da Serra Gaúcha: entendendo a formação da Região do Vale dos Vinhedos

A característica regional da produção agrícola, observada na policultura, é vista até os anos 1920-1930, quando então o “crescimento dos núcleos urbanos da região passa a evidenciar também algumas diferenças internas” (FALCADE, 1984; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, p. 32).

Observamos que, a acumulação de capital, obtida pela comercialização dos produtos policultura serrana, a diminuição das dimensões das propriedades rurais, pela “partilha por sucessão hereditária”, apontada por Falcade, Mandelli *et. Al* (1999, p.33) que, de certo modo forçava, ou, causava um êxodo rural e, criava mão de obra para o setor industrial são, em nossa análise, fatores importantes para esta diferenciação interna regional, deste modo Falcade, Mandelli *et. Al* explica que, como consequência e como causa, num sistema retroalimentado:

“Enquanto Caxias do Sul avança rapidamente para a indústria de transformação, Bento Gonçalves e Garibaldi ampliam sua base industrial em produtos agrícolas, especialmente a agroindústria vinícola” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 32).

No que se refere a demografia regional, com a expansão industrial nas áreas urbanas de Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves, observa-se também um crescimento vegetativo, registrando taxas de crescimento populacional “cada vez maiores”, ampliando também o êxodo rural (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 32). Assim,

“No município de Caxias do Sul, o censo de 1940 já revela que mais de 50% de sua população era urbana. O crescimento regional resulta também em novos municípios, como Farroupilha, por exemplo” (FALCADE *et Al*, 1993 *Apud*. FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999 p. 32; SPGG, 2018).

Herrlein Junior (2000) explica que

“A existência de dois polos econômicos sub-regionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e

produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado” (HERRLEIN JUNIOR, 2000; FARIAS *et. XAVIER*, 2016, p. 268).

A especialização vitivinícola, diga-se de passagem, já era um fenômeno que desde 1900 estava ocorrendo em Garibaldi e em Bento Gonçalves, com alguns importantes marcadores temporais, como a chegada de novas tecnologias para engarrafamento, produção, plantio, como o uso de arames nos parreirais. A implementação de produtos químicos com função fitossanitária, tentativa da criação de uma cooperativa em 1908, por Stefano Paternó, instalação de vinícolas como a Dreher S.A, a Salton, criação da “Cooperativa Agrícola Caxiense, a primeira do segmento vitivinícola do estado, em 1912” (POLITA, 2006, p. 75). E, não menos importante

“Com a intenção de fortalecer a vitivinicultura, congregar e defender interesses do setor e atuar como órgão regulador da oferta e procura, controlando preços e qualidade, é criado o Sindicato do Vinho, em 1928” (POLITA, 2006, p.74).

E, em 1929,

“É instituída a Sociedade Vinícola Rio-Grandense, órgão comercial do Sindicato, que adquiriu e incorporou as cantinas daqueles que a ela se associavam, promovendo padronização de vinhos e estabelecimentos e introduzindo normas referentes à higiene” (DAL PIZZOL, 1989 a.; POLITA, 2006, p. 74-5).

Poderemos entender o reforço da vocação da região para a vitivinicultura se observarmos alguns dos apoios governamentais que se realizaram entre 1930-1940. Em 1930, “Getúlio Vargas proíbe a importação de vinhos e estimula a produção nacional por meio do incentivo à formação de cooperativas vinícolas” (POLITA, 2006, p. 75). Além dos fatos geográficos, esta norma, advinda do fato e dos valores (sociais, culturais, tradicionais, e, em menor medida, econômicos) atrelados ao vinho, gera novamente um fato, no ano de 1931 e 1932

“Entram em atividade a Cooperativa Vinícola Aurora, em Bento Gonçalves, e a Cooperativa Vitivinícola Garibaldi, em Garibaldi, que rapidamente passam a congregar muitas famílias e conseguem volumes capazes de competir com as produções da Sociedade Vinícola” (POLITA, 2006, p. 75).

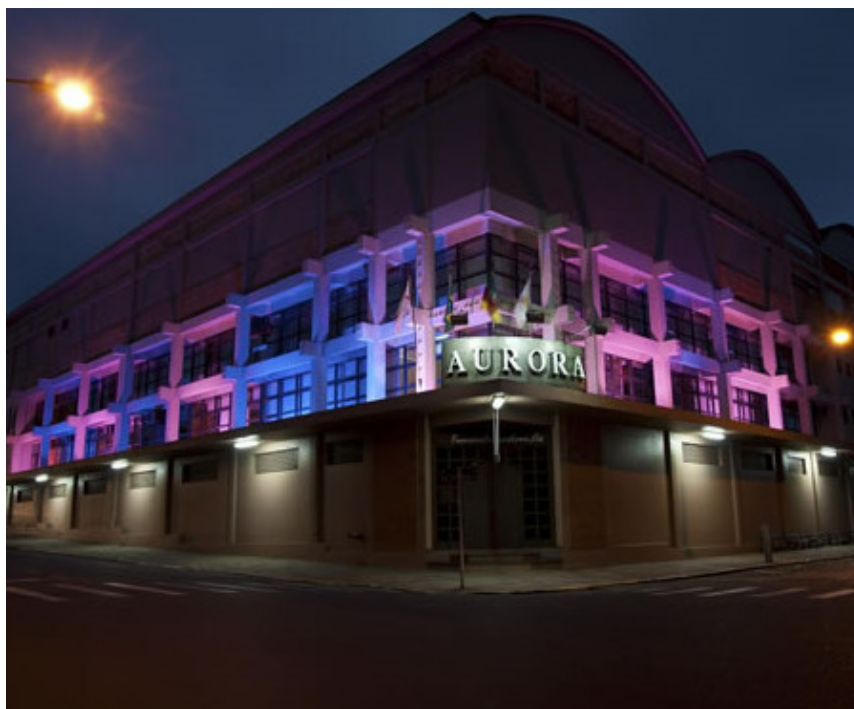


Figura 22: Sede da Cooperativa Aurora, aberta à visitação (BENTO GONÇALVES, 2020).

E, já afirmando e observando todo o potencial produtivo, observamos a “criação da Estação de Enologia de Bento Gonçalves, transformada mais tarde na Embrapa Uva e Vinho” (POLITA, 2006, p. 71-2). A criação de novas tecnologias, técnicas e práticas, no avanço do estado da técnica, vistos pela pesquisa e desenvolvimento no campo e também no setor industrial, vista no Brasil, principalmente nos anos 50 e início do 60, “disponibiliza uma série de insumos que possibilitam uma nova mudança na realidade agrícola destes municípios: a expansão da área cultivada com diversas cultivares de videiras europeias” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 33).

Culminando na criação, em 1959 da Escola de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves. Que perdurou até 2002 com este nome, quando então foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica-(CEFET) (CEFET BENTO GONÇALVES, 2020; POLITA, 2006, p.76). Pioneira, a Escola é uma conhecida por “oferecer cursos de formação nas áreas da enologia e viticultura, em nível técnico e superior” (CEFET BENTO GONÇALVES, 2020; POLITA, 2006, p. 76).

Durante as décadas de 1960 e 1970, “Ocorre um incremento significativo na área cultivada e no volume da produção vitivinícola em toda a região, com

destaque para Bento Gonçalves, Garibaldi e Farroupilha” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 33).

Esta importância do setor da uva, tem mais um importante marco, em 1967, cria-se a União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra), “entidade de classe que reúne e congrega empresas e entidades setoriais da vitivinicultura brasileira (DAL PIZZOL, 1989 b.; POLITA, 2006, p. 76).

Esta especialização demonstrada por Dal Pizzol (1989 b.), Polita (2006), Falcade, Mandelli *et. Al* (1999), podem ser vistas também nas décadas de 1960-70 pelas representações, símbolos e imagéticas, onde mais precisamente na cidade de Bento Gonçalves, a ode ao vinho e a uva, e, a evocação ao potencial e a produção vitivinícola se consolidam pelo brasão da Cidade.

Este, apresentado e oficializado pela Lei Municipal n. 216, datada de 12 de dezembro do ano de 1966, traz na sua composição símbolos da cidade: a uva e a indústria, evocando e homenageando também, o caráter do povo da Cidade (BENTO GONÇALVES, 2020).



Figura 23: Brasão da Cidade de Bento Gonçalves. (BENTO GONÇALVES, 2020, p.1)
Notemos a evocação ao “caráter” do povo e da formação histórica da cidade. Na figura da indústria, representada pela fábrica, e pela engrenagem. No cacho de uva e nas folhas de parreira no entorno do escudo que, tem gravado “a capital brasileira do vinho”.

Outro importante geossímbolo, que demonstra a importância do vinho para o município é visto pela Festa do Vinho, datada desta década. Contando com 15

edições até o ano de 2011, este importante festival teve seu retorno no ano de 2019 (FENAVINHO, 2020, p. 1).

A primeira edição, em 1967, vemos uma nova fase da projeção de Bento Gonçalves. Este festival contribuiu diretamente para a propaganda e para a expansão da fama da cidade pelo Brasil, atraindo figuras públicas da época, como o então Presidente da República, Castelo Branco e Assis Chateaubriand (FENAVINHO, 2020, p. 1).

Apresentado oficialmente na FENAVINHO-67, o atual Hino da Cidade, corrobora com a evocação e consolidação, do potencial e espírito vitivinícola e seu imaginário local, as representações e ode aos colonos e ao vinho. A partir de como um poema, de autoria de Maria Frota e arranjos musicais de Rui Barros. No ano de 1985, foi oficializado como símbolo municipal (BENTO GONÇALVES, 2020). Para uma melhor análise, apresentamos o hino, em sua versão completa e oficial:

“Bento Gonçalves querida,
Bordada de parreirais,
Terra estuante de vida
Origem de nossos pais.
Bento Gonçalves querida,
Bordada de parreirais,
Onde o vinho borbulhante
Jorra jorra em cascatas reais
Salve esta terra fecunda,
Que a mão divina criou
E com trabalho e fé profunda
O imigrante desbravou
Bento Gonçalves querida,
Meu desejo é teu progresso
É ver-te de frente erguida,
Altiva, No tribunal do universo!
Nome de grande vulto,
Que o Rio Grande soube honrar,
Meu rincão é meu culto
Do Brasil é meu altar.
Uvas de várias castas,
Enriquecem a região,
Com teu doce vinho afastas
As mágoas do coração
A ti meu melhor carinho,
Linda Capital do Vinho”
(BENTO GONÇALVES, 2020, p. 1).

A ode ao passado, ao imigrante, aos valores do trabalho e da fé, num resgate da tradição, das representações e geossímbolos, utilizando do conceito de lugar, como Yi –Fu Tuan (1973) concebeu e, que de certo modo juntamente com a exacerbação do potencial vitivinícola, além de contribuir para o imaginário que temos atualmente, possibilita entender a importância da história da produção para

o município e fases distintas da consolidação e concretização desta matriz produtiva, o que, fica claro ao entendermos a obtenção da certificação de “denominação de origem”.

Voltando à 1960 e 70, mais uma vez, os anos mostram o crescente reconhecimento e a potencialidade da Região, estes fatores acabam por atrair novas empresas

“A partir de 1970 se instalam na região as primeiras vinícolas multinacionais (como *Allied Domecq* e *Chandon*) que, além de efetuarem o pagamento à vista pela matéria-prima, passam a oferecer melhores preços ao viticultor. Isto ocasionou a quebra do vínculo de algumas famílias” (POLITA, 2006, p. 76).

Assim, os anos 1970 e 1980, analisa-se que a melhoria técnica o avanço do estado da técnica, obtidos nas décadas anteriores, o acúmulo do trabalho e da tecnologia, permitiu “o incremento da produção de vinhos de melhor qualidade” na Serra Gaúcha (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 33).

Interessante observar que, a região possuiu ciclos econômicos, sincrônicos em certo período temporal, que permitiram acumulação de capital para a implantação da indústria moderna, fato que ocorre a partir dos anos 1950, como apontam Dacanal e Gonzaga (1979; FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 33). Assim, direta e indiretamente, estes ciclos contribuíram também para a identidade regional, não somente a construção, também o reforço do imaginário que a Região tem atualmente no Brasil (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 33).

4.8.2-Os Anos 1980: a crise setorial

Se as décadas anteriores observou-se um crescimento econômico, uma prosperidade e destaque à região, mesmo em épocas de crise, como os anos 1930, a década de 1980 foi, sem dúvida um período difícil para os produtores e famílias da Serra. Uma crescente instabilidade era gerada pelos

“Baixos preços que vinham sendo praticados para a uva, dada a concorrência que se estabelecia entre empresas multinacionais e cooperativas, no início da década de 80 do século XX, ocasionaram o movimento de criação das cantinas familiares no Vale dos Vinhedos” (POLITA, 2006, p. 77).

Esta crise financeira reverberava na estrutura social da região, as famílias observaram na revisitação da tradição, da história e do gênero de vida de seus antepassados, uma forma de sustento e de estabilidade. Polita então analisa que,

“Diante da possibilidade de insustentabilidade da propriedade, de se desfazerem das terras e migrarem para as cidades, as famílias encontraram como alternativa a intensificação das produções caseiras de vinho, que até então abasteciam as necessidades do consumo doméstico ou eram comercializadas a granel para que outras vinícolas fizessem o envase” (POLITA, 2006, p. 77).

Num retorno às origens e início do assentamento dos italianos na região, percebemos um fenômeno de resgate dos gêneros de vida passados, acrescentando a tradição resgatada às reminiscências e permanências. Assim, conseguimos entender o processo de retrofitização, a utilização de componentes e marcas de um gênero de vida passada, ou uma temporalidade com o entendimento e as visões do tempo presente. Mais uma vez, a policronia fica evidente no espaço e, na sociedade. O “moderno” e o “tradicional” em consonância e em ação sincrônica.

Desta maneira, para combater a crise, governo, produtores e famílias começaram com iniciativas que, poucos anos depois culminariam numa nova fase da vitivinicultura brasileira, onde a Serra Gaúcha foi a pioneira. Novos investimentos, novas tecnologias e, um resgate dos tempos pretéritos e de tradições regionais que, foram fundamentais para esta nova fase.

Também, apontamos uma démarche pela construção e pelo reforço do imaginário vitivinícola, a capital do vinho, construindo signos e símbolos que contribuiriam para o turismo, como atividade econômica e, como forma de propulsionar e reavivar o vitivinícola.

A construção da Pipa Pórtico, na entrada de Bento Gonçalves é um exemplo do supracitado. Construída em 1985, este monumento, dialoga com o vinho, vide seu formato, um barril de 17 metros. Mais uma vez, o potencial vitivinícola é mencionado, com a inscrição “você está entrando no mundo do vinho”, reforçando e evocando a tradição, a identidade, imaginário e representação sobre o vinho (BENTO GONÇALVES, 2020, p. 1).



Figura 24: Pipa Pórtico de Bento Gonçalves (BENTO GONÇALVES, 2020, p. 1).

Um pouco depois, já no início dos anos 1990, é construída “La Fontana”. A construção da fonte, com retalhos de pedras, buscava homenagear e reproduzir os muros de pedra construídos pelos primeiros imigrantes italianos na região (BENTO GONÇALVES, 2020, p. 1).



Figura 25: “La Fontana”, construída em 1990, retirada em 2012 e reconstruída em 2015 (BENTO GONÇALVES, 2020, p. 1).



Figura 26: Cantina Strapazzon (FORESTI, 2017).

Notemos as semelhanças estilísticas entre “La Fontana” e a construção desta casa, a vinícola Strapazzon. Esta, datada de 1880

“Possui as características das casas de pedra da primeira geração de imigrantes tendo sido adaptada posteriormente para a função de cantina (local onde se faz e armazena o vinho), a partir da construção da nova residência em alvenaria, mais próxima da estrada” (RIO GRANDE DO SUL, 2020, p. 1).

A conservação da tradição, a busca e zelo pela origem, sincrônica com a exaltação da mesma e do passado. Reconstrução do gêneros de vida dos primeiros colonos e a representação dos mesmos. Notamos as reminiscências atuantes no espaço e nas toponímias. A nomenclatura “*Via del vino*”, “*La Fontana*”, advindas da língua italiana, as construções e *design* italianos e híbridos, advindos de tempos da chegada e instalação dos colonos, estes geossímbolos, construídos em tempos atuais, são sincronicamente evocações e reminiscências às temporalidades pretéritas.

Se, evocam ao passado e utilizam de *design* e estilos pretéritos, num mergulho e ode à tradição, às origens da Cidade, reforçando a importância dos tempos passados na construção do presente. Sincronicamente, apontamos pelo

resgate e utilização como ferramenta para combater a crise do setor vitivinícola vista num tempo posterior. As permanências, retrofitsações, e as atualidades, em consonância, como ferramentas e guardiãs da sustentabilidade espacial.

4.9- A denominação de Origem e a reestruturação noventista: A revitalização dos gêneros de vida regionais aplicados no espaço, consolidando o *terroir* como riqueza e revolução técnico-econômica.

Os anos 1990, trouxeram novas esperanças para a Serra Gaúcha. Estas esperanças foram fomentadas pela atuação da EMBRAPA Uva e Vinho, responsável pelo estudo e melhoramento de cultivares, combinado à démarche de outras empresas e universidades em conjunto com os produtores.

Numa associação entre técnica, teoria e prática, ciência e saberes populares, a redescoberta e uso do imaginário, e representações dos gêneros de vida pretéritos, percebemos uma guinada na sorte da Região. Polita observa que pela “introdução intensificada de castas nobres de uvas” e, pelo incentivo na “intensificação da vinificação na propriedade, em pequenas cantinas familiares” (POLITA, 2006, p.77).



Figura 27: Interior de uma cantina em Bento Gonçalves (GOMES, 2017). Notemos as permanências e reminiscências na técnica de produção do vinho e na composição estilística do ambiente. A qualidade do produto, corroborada pelo certificado e a preservação e uso de técnicas e estilos passado, paisagens geossimbólicas.

O investimento na tecnologia, marcado pela “chegada, à indústria vinícola nacional, das pipas de inox com resfriamento e das leveduras e, mais recentemente, da informatização” (POLITA, 2006, p. 77)

Por uma nova visão de como gerir os negócios, onde o “marketing do vinho local, por meio da divulgação de premiações conquistadas em concursos nacionais e internacionais” (POLITA, 2006, p.77). Pelo investimento em educação e em especialização técnica, onde as escolas de enologia, nas quais estudariam e se especializariam “filhos de alguns viticultores e pela introdução das espaldeiras, apesar do cultivo em latadas continuar predominante no Vale dos Vinhedos” (POLITA, 2006, p. 77).

Assim, diacronicamente, a démarche começada nos anos 1980, culmina, em 1997 na fundação do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), novo representante “das produções vitícolas e vinícolas brasileiras perante a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV)” (POLITA, 2006, pp. 78). Em 2019, o IBRAVIN foi fechado e seus funcionários foram demitidos, após 21 anos de funcionamento (KONRAD, 2019). O Instituto Brasileiro do Vinho, tinha

“Por objetivo promover e ordenar institucionalmente o setor produtor de uvas, de vinhos, de sucos e qualquer outro produto derivado da uva e do vinho, em qualquer das áreas envolvidas, quer seja ela técnica, comercial, cultural, de meio ambiente, legal ou de consumo” (IBRAVIN, 2005 *Apud.* POLITA, 2006, p. 78).

Sobre a Organização Internacional do Vinho, citamos o Prof. Dr. Fernando Bianchi de Aguiar, presidente em exercício no ano de 1999

“O OIV é a única organização internacional com condições de representatividade e credibilidade no plano científico e técnico, que lhe advém da participação, no seu trabalho, de uma grande comunidade científica constituída por 600 a 700 peritos do mundo inteiro, especializada nos domínios da viticultura, da enologia, do direito, da economia e nas relações do vinho com a saúde” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 15).

Portanto, a Organização Internacional do Vinho pode ser entendida como a

“Melhor preparada para contribuir para a resposta de carácter científico, tecnológico, técnico e econômico aos problemas decorrentes do crescimento contínuo da internacionalização do mercado” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 15).

Falcade, Mandelli *et. Al* relembram que,

“O ingresso do Brasil no Mercosul e na O.I.V. passa a exigir uma definição das zonas de produção e o abandono do uso de Indicações Geográficas de Procedência e Denominações de Origem estrangeiras, com a adoção de sua própria toponímia, o que conduz o encaminhamento/aprofundamento de pesquisas específicas” (FALCADE, MANDELLI *et. Al*, 1999, p. 28).

Observamos que para validação dos esforços, para que se obtivesse sucesso na *démarche*, que culminaria nesta internacionalização e mundialização do vinho do Vale, para a obtenção e uso da certificação (norma) da propriedade industrial, os produtores deveriam cumprir as normativas do tratado de Lisboa (1975), do TRIPS (1994) e da LPI (1996). Assim, abandonando “falsa procedência”, ou melhor, o uso de toponímias estrangeiras, e investindo no direito industrial como forma de melhoria, teríamos outras conjunturas.

Em 1999, numa *démarche* pioneira no Brasil, foi feita a delimitação e caracterização geográfica do Vale dos Vinhedos, que, além do (re) conhecimento prático, gerou a obra de Falcade, Mandelli *et. Al* (1999). Estes esforços, seriam a base científica da primeira indicação de procedência brasileira, a “Indicação de Procedência do Vale dos Vinhedos”. Requerida juntamente ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, esta certificação garantiria uma diferenciação dos vinhos, e, atestaria uma qualidade desta bebida, que seria disposta oficialmente “por meio de selos dispostos nas garrafas de vinho fino” (APROVALE, 2005 *Apud*. POLITA, 2002; POLITA, 2006, p. 81). Deste modo, surge a Aprovele,

“Uma instituição sem fins lucrativos, regida por um estatuto, tendo por objetivos: desenvolver e incentivar a pesquisa vitivinícola e a qualificação do produto vinícola e seus derivados” (POLITA, 2002; POLITA, 2006, p. 81).

Como missão, está a realização e fomento de

“Ações que promovam a organização e preservação do espaço físico do Vale dos Vinhedos; fomentar estudos e agir junto às autoridades para elaboração de leis que atendam adequadamente aos objetivos da associação” (POLITA, 2002; POLITA, 2006, p. 81).

E assim, procura estímulo e promoção do “potencial turístico da região, o aprimoramento sociocultural e econômico dos associados, seus familiares e comunidade e, por fim, preservar e proteger a IPVV16” (POLITA, 2002; POLITA,

2006, p.81). E, por consequência trazer a sustentabilidade espacial, que vai muito além da sustentabilidade (BARHAM, 2003).

Como apresentado em capítulos anteriores, a indicação de procedência é uma das duas formas de certificação de indicação geográfica. Aproveitando esta nova fase da vitivinicultura do Vale, a APROVALE começa então os estudos para requerer, por motivos históricos e do *terroir*, já apresentados, a Denominação de Origem, o certificado de indicação geográfico com maior valor intrínseco. Ativos, por nos vistos como intangíveis, que podem ser observados pela unicidade da formação do conjunto espaço-social-temporal, ou seja, pelo *terroir* e pelo gênero de vida e, seus arcabouços intrínsecos.

CONCLUSÃO

Como todo campo de estudo que se adentra, é evidente a necessidade de revisitar e entender seu passado, principalmente para que se tenha um embasamento sólido, bem construído sobre determinado tema. Ao nos aprofundarmos na Propriedade Industrial, notamos a grande valia que este campo jurídico pode ter para a Geografia.

Numa rápida reflexão, elementar é sua a contribuição para os campos da geografia política e econômica. Não seria nenhuma novidade percebermos a propriedade industrial nas relações internacionais, vistas pelos blocos econômicos, tratados e acordos comerciais, nas trocas financeiras e trocas tecnológicas, que são, para além do valorizadíssimo viés econômico, visíveis pontos de análise do campo das políticas nacionais e internacionais também, sendo assim, possível identificar o posicionamento de determinado país no sistema mundo e suas próprias políticas internas.

Reiteramos que a análise das Indicações geográficas, patentes, marcas, direitos conexos e direitos autorais, além de desenvolvimento e fomento aos saberes e tecnologias, trazem melhorias para a sociedade, redescobrem, preservam, potencializam e revitalizam espaços outrora classificados economicamente como “opacos”, nos lembrando do conceito genialmente proposto por Santos (1996).

Desta forma, sua importância para os geógrafos, planejadores e gestores do espaço e da sociedade, está na simbiose de propriedade industrial e geografia aplicada, potencializando e redinamizando a capacidade de gerar emprego e renda, *royalties* e receitas, possibilitando a qualificação dos operários e trabalhadores (atuais e futuros), passando pelo acesso à universidade, onde analisamos a importância de maciços e constantes investimentos. Sem nos esquecer do crucial fomento e incentivo ao campo da pesquisa e desenvolvimento, independente de tratarmos de ciências biológicas, exatas ou humanas.

Estes benefícios supra apresentados, não se restringem apenas ao setor privado ou público, nem somente à geração de riquezas, atrelada diretamente ao campo econômico. São reverberados no social, lembrando-nos uma das missões da ciência, pelo menos ao nosso entendimento, a de retorno e contribuição para a

melhoria (real) de vida da sociedade presente e também das próximas gerações (WIPO *et. INPI*, 2020).

Neste trabalho, mesmo que como uma pequenino “foco luminoso” sobre o tema, buscamos demonstrar a novidade do estudo da P.I., em sua utilização como conteúdo e saber para apreciação das geografias regional, histórica, a geo-história, a história do pensamento geográfico, os planejamentos ambiental e espacial.

Em breve comentário, acrescentaria novos e inovadores olhares analíticos. Capazes de trazer o entendimento dos agentes envolvidos e seus interesses, a diagramação e a remodelagem de espaços, de matrizes e forças produtivas, ao longo dos tempos e, os “resultados” observáveis no conjunto espaço-social. Também enquanto fonte de saber, auxiliaria nas propostas e diretrizes de projetos para preservação do meio ambiente, das culturas e gêneros de vida.

Portanto, alguns destes estatutos jurídicos constroem e resgatam diretamente o ideal, o significado e a prática da sustentabilidade espacial, conceito e possibilidade defendido por Elizabeth Barham (2003), que com boas intenções e trabalho árduo, passa de uma “utopia” progressista para uma ferramenta que, juntamente com outras, devolve soberania e escolhas à grupos sociais, marginalizados no campo das escolhas e, muitas vezes excluídos das tomadas de decisão sobre seu próprio futuro.

Sem nenhuma pretensão de crítica ou ataque às intenções, que em sua maior parte são bem intencionadas, observamos que alguns destes grupos, “experimentos-vitrines” de “projetos de futuro” de terceiros e, da repetição maquinal vista, em parte, pela “potência reprodutora” existente nos objetos e, perceptível também no pensamento científico, na própria teoria, como genialmente observou Tarde (1891), acabaram por receber, de pensadores e posteriormente de políticos e políticas, um certo “rótulo”. Este, contribui para cristalizar, idealizar e romantizar estes grupos e seus meios, lembrando-nos do “mito do bom selvagem” de Jean-Jacques Rousseau.

Baseados na leitura de Penna-Firme e Brondízio (2017), analisamos que este “rótulo” carrega em si um paradoxo entre desenvolvimento econômico e tradição. No respeito pelos reais interessados, pela diversidade cultural e espacial e pela construção histórica em sincronia com o futuro projetado e concebido por estes grupos, notamos o potencial da propriedade industrial, em seus muitos conceitos, como ferramenta eficaz e prolífica para contribuir com mais justiça sócio espacial,

portanto, vemos como áreas do conhecimento que a geografia deveria dar mais atenção.

Nestes contextos apontados, temos na Indicação Geográfica, a possibilidade da obtenção do “crescimento” econômico pela preservação das tradições locais e das práticas e tecnologias atuais. A manutenção e revisitação da tradição, da técnica, da história, associadas aos avanços tecnológicos, novas práticas de gestão e de racionalização contribuem diretamente para desconstrução da “lenda” quase dogmática, do moderno como única fonte de “desenvolvimento” econômico.

Retoricamente duas questões surgem à mente. A primeira parte da observação que há casos citáveis que esta cartilha realmente funcionou, mas à que custos, o que se perdeu? Como diria Vidal, o tema é amplo, há que se questionar, pois todos estes processos tendem à ser paradoxais e dialéticos em si mesmos. A segunda, inspirada em Latour (1994), nos inquirimos “o que é moderno”?

Juntamente com a experiência do Vale dos Vinhedos, que pudemos observar, por um trabalho de campo histórico-descritivo analítico, nesta presente dissertação, nos vem à memória uma leitura de um determinado jornal, uma das ações corriqueiras que antecede o início dos trabalhos diários encontramos uma notícia que complementa nossas discussões. Esta, redigida por Chico Júnior (2020) e intitulada “Guaraná nativo dá a primeira Denominação de Origem para um povo indígena”, saltou-nos aos olhos.

Relatando mais especificamente a experiência dos *Sateré-Mawé*, da Terra Indígena Andirá-Marau (divisa entre AM e PA), cultivadores do *waraná*. A obtenção do certificado de denominação de origem, por parte do Consórcio de Produtores *Sateré-Mawé*, ao comprovarem que

“As práticas utilizadas no cultivo garantem a conservação e a adaptação genética do guaraná em seu ambiente natural, se constituindo no único banco genético *in situ* do guaraná existente no mundo” (CHICO JÚNIOR, 2020, p. 1).

Assim a proteção do ambiente e do espaço dos *Sateré-Mawé* é crucial para a conservação desta real “simbiose” entre os cultivadores e a espécie domesticada. Na análise específica do terroir *Sateré-Mawé*, a unicidade (sabor e características) do *waraná* é creditada e explicada pelos geofatores e geovariáveis pedológico, climático e fauna (CHICO JÚNIOR, 2020, p. 1).

Mais especificamente, solos antrópicos, as abelhas canudo, agentes polinizadoras, a elevada umidade na região, acrescidos das técnicas e saberes de cultivo e produção dos *Sateré-Mawé* (INPI, 2020; CHICO JUNIOR, 2020, p. 1).

Para além da sustentabilidade e conservação, da(s) forma(s) que são concebidos, entendidos e abordados atualmente, destacamos que a indicação geográfica é responsável e se habilita por proteger também os gêneros de vida e a cultura locais, assim, entendemos o real sentido da sustentabilidade espacial de Barham (2003).

Obadias Garcia, representante deste Consórcio explica que para o povo *Sateré-Mawé*

“O guaraná é uma palavra que significa princípio de sabedoria, é a nossa cultura e educação. A sabedoria e o reconhecimento de como ser um grande líder é repassado por meio do guaraná ao longo de gerações. É no guaraná que está todo o conhecimento do povo *Sateré-Mawé*” (CHICO JUNIOR, 2020, p. 1).

Este caso específico, brindado e protegido pela certificação vem acrescentar e corroborar com o enfoque apresentados no capítulo IV, no estudo realizado sobre a Região do Vale dos Vinhedos, mais precisamente sobre Bento Gonçalves. Mais uma vez, afirmamos a importância do conhecimento dos geofatores e geovariáveis para a pesquisa geográfica, permitindo entender as diversas fases e formações que compõem, ao longo dos tempos, a relação ser humano e ambiente.

Ao buscar um entendimento e diálogo com as indicações geográficas, conceito crucial para nossa dissertação, encontramos alguns pontos que saltaram aos olhos, um deles, a questão escalar, não somente quanto ao “fato”, repercutindo na “norma”. Como afirmou Matos (2014), a fundação da Companhia do Alto D’Ouro, no ano 1756, com a prerrogativa de proteção dos vinhos do Porto, uma política pombalina que pode ser considerada como o “embrião” dos atuais moldes jurídicos das indicações geográficas. De uma determinada parcela espacial, numa determinada temporalidade, observamos a ressonância desta démarche até os dias atuais.

Os “Acordos” multi e bilaterais (1883, 1958, 2013; 2020), as “Rodadas” de negociações (1994), que visam criar normas mundiais, tendo em conta o princípio da territorialidade nacional, ou seja, notamos uma escala mais fluida, uma multiescalaridade, nas palavras de Hasbaert (2014), em que os lugares e países tem, em teoria, maior voz de negociação e que, a tentativa é pela busca por metas e

objetivos comuns, respeitando as individualidades dos participantes, vista no princípio da territorialidade, dando ênfase às leis nacionais. Por esta observação, afirmamos que a proteção não é garantida por uma “lei mundial” (INPI, WIPO, 2020).

A necessidade da proteção está, cada vez mais em foco, principalmente pela oferta de produtos diversos, de origem estrangeira em mercados mundo afora, portanto, há a necessidade de diálogos sobre normas que visem garantir a idoneidade e a proteção da propriedade industrial sobre estes produtos. Para este trabalho, a norma da indicação geográfica nos exigiu uma análise mais técnica, feita partindo do “tripé jurídico”, da tríade “fato-valor-norma” de Miguel Reale (2002, 2003).

Como geógrafos, entendemos que esta tríade, quando observada e aplicada ao conjunto “espaço sociedade”, tem um princípio de retroalimentação, onde o elemento “valor”, advindo da sociedade, tem diferentes concepções de acordo com os recortes temporais que se observa e, carrega consigo reminiscências de tempos pretéritos que, contribuíram e atuam num momento atual, são as “cargas históricas” que Minayo (1994) analisa. Dizemos retroalimentada, pois se “fatos” possibilitam a criação de “normas”, estas, possibilitam que observemos novos “fatos” e fenômenos decorrentes da aplicação destas.

As “normas” são (re)organizadoras do espaço, visto que, são também ordenadoras da sociedade, como Miguel Reale (2002, 2003) nos convida à analisar. Se a sociedade e o ser humano produzem o espaço e, o espaço “modifica” a sociedade, consequentemente, as normas visam reger e ordenar o conjunto “espaço social”. Onde os valores, fruto de suas temporalidades, são importantes elementos para a “construção” das mesmas e, advém da relação ser humano e ambiente, da sociedade.

A análise geográfica sobre a teoria jurídica de Reale (2002, 2003) e o estatuto de propriedade industrial, mais precisamente a indicação geográfica (WIPO, 1958; OMC (WTO), 1994; BRASIL, 1996; BRASIL, 2018) permitiu que, ao nos utilizar desta retroalimentação presente na tríade, no processo de dissecação das normas, chegar ao fato. Ao adentrarmos neste fato, encontramos a história da indicação geográfica e, um tesouro na forma de conceito, o *terroir*, um vocábulo-conceito medieval, datado do século XIII (CLUZEL, 2009; PRÉVOST, 2011; RIEUTORT, 2012; PRÉVOST *et. Al* 2014).

Ao estudarmos à fundo este conceito, sua construção e epistemologia, viajamos para os séculos XVI, XVII e XVIII, onde, a contribuição efetiva de grandes pensadores ao *terroir* e, identificamos, conseqüentemente, a contribuição dos mesmos à ciência geográfica. De Rabelais aos poetas da Plêiade, num mergulho na antiguidade clássica e passando também pela ciência médica. De Mointaigne até Rousseau, as diferentes concepções acerca do *terroir* nos apresentaram com uma narrativa dos valores, concepções e mudanças da relação entre sociedade e natureza em diferentes momentos históricos.

Como já dito, o “valor” é fruto de seu tempo e, em menor medida, reminiscência de tempos pretéritos. Kenneth Olwig (2003) corrobora nossa análise ao demonstrar a variação de valor do “Brezal” (ambiente típico da Dinamarca) ao longo dos tempos, algo semelhante ao *terroir* na passagem do séculos XVII para XVIII. Apontando que, a mudança de valores, conjunto com as novas visões e concepções sobre a natureza e o ambiente foram fatores cruciais para esta visão de conservação e valorização e criação de representações e geossímbolos (OLWIG, 2003).

Emprestando-nos das preciosas análises de Thomas Parker (2015) pudemos observar que, em alguns momentos históricos, o *terroir* tinha sua importância, representação e imaginário ligados às províncias, bastiões da pureza, museus vivos da cultura e da identidade regional e provincial constituinte da França. Em outros, principalmente com De Serres (1600) e seus discípulos intelectuais, um ente vivo em simbiose com ser humano.

Revisitando diferentes concepções e formas de entendimento sobre a própria relação entre tipo e aspecto, as mudanças, rupturas e (re)leituras dos séculos seguintes aos da idade média, abordamos o pensamento no renascentismo, a revalorização e divinização do natural, a “apologia à Raymond Sebond” (1580), vista na teologia natural de Montaigne (PARKER, 2015).

Conceito e construção humana crucial para este trabalho, o tempo, visto por nós também pelo arcabouço da história do pensamento, permitiu que encontrássemos elos entre temporalidades históricas distintas.

Um destes elos, datado da antiguidade clássica e retrabalhado pelos séculos XVI, XVII e XVIII, são os embriões, do que mais tarde ficaria conhecido como determinismo ambiental, dotando ao meio características determinantes para a população de uma parcela espacial. Teoria recorrente nestes séculos estudados e

que, em alguma medida, contribuiu para distintas concepções e a característica polissêmica do *terroir* (DEFFONTAINES, 2005; CLUZEL, 2009).

Em contrapartida, o determinismo também foi alimentado pelo entendimento do *terroir*, ao longo dos tempos e construções espaço soais temporais. Explicamos, os geofatores e geovariáveis eram, para autores como Bodin (1566; 1576), Montaigne (1580), Du Bos (1719), Montesquieu (1747, 1899) determinadores da constituição de um grupo humano, formadores de características em populações de parcelas específicas do espaço.

Argumentamos que algumas destas teorias e abordagens teórico-filosóficas, como as de Bodin (1566; 1576), Montesquieu (1747; 1899), Rousseau (1762), Montaigne (1580; 1595), Buffon, iriam, posteriormente influenciar os autores responsáveis pela institucionalização e fundação das primeiras escolas do pensamento geográfico, já no século XIX e início do XX.

Parker (2015) corrobora nossa afirmação ao citar Paul Vidal de La Blache, que, como pudemos perceber, tem grandes semelhanças estilísticas com as descrições do meio de Oliver de Serres (1600). Ambos autores se utilizaram de técnicas didáticas vistas pela humanização do ambiente, assim como fizera Virgílio ao descrever os solos (GALE 2000, *Apud.* PARKER, 2015).

Sobre Vidal, e suas metodologias de regionalização, os fatores de aglutinação que utilizou no Tableau (1903), como Provence e a lavanda, notamos a proximidade com a cartografia do *terroir* e da região, proposta e propagada por Toucarty, entre outros, através da releitura das teorias de Rousseau.

Neste passeio pela história do pensamento Geográfico, também relembra Nina Brown deste elo com as escolas antropológicas, como a de Alfred Kroeber, que dialogaria com as escolas geográficas estadunidenses do início do século XX, dentre as quais citamos a de Carl O. Sauer (1925) (BROWN, 2005).

Sobre a relação entre ser humano e natureza, a história da natureza no Ocidente, nomenclatura que nos emprestamos de uma disciplina ministrada pela Professora Inês Aguiar de Freitas (UERJ), analisamos a *démarche* e o projeto empreendidos pela Académie, modificando e criando novas representações imaginários, a exacerbação do cosmopolita em detrimento das províncias, que, no *terroir* pode ser percebida na racionalização da natureza, vista no século XVII.

Mais precisamente, como símbolo, citamos La Quintiene, o jardineiro de Versailles e de Jacques Boyceau de la Barauderie (1638) rompendo com a

concepção de De Serres (1600) e, contribuindo para a criação de uma simbologia e pensamentos de uma maestria do ser humano sobre a natureza, símbolo do absolutismo e de seu rei sobre o reino. Tudo, segundo esta mensagem seria “súdito do rei, fosse orgânico ou não” (PARKER, 2015, p. 80-1)

No século XVII, algumas das formas de entender o *terroir* contribuíram para a representação e reprodução do vocábulo com sentido de adjetivação, sendo responsável pela composição de características e comportamentos humanos atrelado à uma localidade, como uma “pátina de rusticidade” que deveria, como expunha o pensamento praticado e divulgado pela *Académie* (no século XVII) e alguns outros autores, ser extirpado (PARKER, 2015).

Desta forma, o conceito recebe determinada “carga maniqueísta”. Ao analisarmos a situação política do reino da França, entenderemos o uso desta concepção do *terroir* contribuiu para os projetos de poder através do discurso de uniformização e maestria sobre a natureza (ELIAS, 1983).

Em certa medida, os discursos de uma elite encontravam no *terroir* e no que representava, objetos a serem “combatidos”, por uma centralização do poder em Paris e Versailles (PARKER, 2015).

Dos jardins de *Versailles*, da busca pela neutralidade vista no “*terroirless*”, como analisaram Mukerji (1997) e Parker (2015, p. 79), Louis XIV propositalmente criaria uma representação e imaginário, repercutidos para a França e para outros reinos.

Pelos jardins, que para Elias (1983) e Parker (2015) simbolizaram a unidade, de maestria e a modernidade, de vanguarda, a criação de um novo discurso que modificaria as representações e o imaginário francês e, que não seria absurdo dizer, a própria política e geopolítica. De certo modo, estes eventos e transformações contribuiriam não só para a eclosão da Revolução Francesa (1789), também na reavaliação do *terroir* e de suas produções e, na gênese da ciência geográfica na França. Por esta retrospectiva, nos emprestamos da metodologia e o entendimento de Ferdinand Braudel (1958) sobre o tempo e os fenômenos.

Embasados em Ferdinand Braudel (1958), o que observamos no presente, não tem necessariamente seu início aí, sua origem está, em certa medida, no pretérito, e, reverbera até o tempo atual, onde eclode. A Revolução Francesa não começou em 1789, uma série de fatos e acontecimentos anteriores, entre os quais, alguns foram apresentados nesta dissertação, nos levaram até lá. Portanto, a

policronia é uma forma e ferramenta de observação e apreciação do tempo, do presente e de suas “cargas históricas”.

Sua utilidade ao geógrafo se apresenta na análise da ação de temporalidades distintas, sincronicamente ou em uma sequência diacrônica, de acordo com objeto e o escopo do estudo, permitindo, pela observação do estado atual, do presente, baseado nas reminiscências, arqueofomas, permanências e rugosidades, entender os motivos e fatores que contribuíram para tal diagramação espaço-social (VIDAL DE LA BLACHE, 1902 a.; VARAGNAC, 1948 b, 1948 c.; SANTOS, 1978).

Em síntese deste nosso pensamento, os pretéritos estão em atuação no presente, sejam hibridizados, preservados ou retrofizados, portanto, o presente é composto, também, pela somatória não linear de elementos advindos de pretéritos.

Através do estudo dos certificados de indicação geográfica do Vale dos Vinhedos, a policronia foi ferramenta importante, para entender não somente como foi obtido o certificado, mas também, para apreciar os fenômenos espaço-sociais que ali contribuíram para a obtenção da proteção.

Pelo uso da policronia, dissecamos o *terroir*, embasados em Vidal de La Blache (1902 b.), De Serres (1600), Chaptal *et. Al* (1801) em Hartshorne (1927, 1959), em Fel (1962) Derruau (1949, 1996), Prévost (2011, 2014), Rieutort (2012), Barjolle, Boisseau *et. Dufour* (1998), nos propusemos à entender os os componentes internos e formadores do *terroir*, os geofatores.

Observando processos internos à eles (duração e intensidade), não no intuito de quantificar, sim de propor uma análise “mais natural” e holística, afirmando que o ambiente e a sociedade estão em constante modificação, ou mudança e assim, haverá uma unicidade no *terroir*. E, como apontam Barjolle, Boisseau *et. Dufur* (1998), esta característica do *terroir* se dá pela somatória linear, ou não, do que nós denominamos didaticamente de geofatores

Desta análise do *terroir*, acreditamos ter concluído outro importante pretensão desta dissertação, comprovar a atual efetividade e acurácia, para a apreciação dos fatos geográficos e sociais, das metodologias e teorias vidalianas, dentre as quais destacamos o gênero de vida (1911).

Este precioso conceito, que retrata um determinado conjunto “espaço-social” num tempo específico, permite que analisemos as “cargas históricas” ali existentes, um bom exemplo da leitura “não linear” está na certificação do Vale dos Vinhedos. A própria produção (modo de fazer) e seu produto estão presentes nos

gêneros de vida, pela apreciação das técnicas, ao longo dos tempos e, pela aprendizagem do ser humano com o ambiente sobre plantação (1886) e sobre seu meio.

Das leituras de Rabelais, podemos melhor entender esta concepção, à qual este trabalho defende. Assim, não podemos nos esquecer que a própria sociedade que se estuda, tem modificações de valores, filosofias, crenças, pensamentos, importações culturais e, neste quadro vivo, como diria Angotti-Salgueiro (2005), ainda há o constante diálogo com a tradição, genialmente sintetizada por Câmara Cascudo, como a “ciência do povo” (1971, p.1). Assim justificamos e demonstramos nossa abordagem e entendimento deste rico conceito vidaliano (1911).

Para tanto, como já observado, temos de entender a temporalidade que o conceito de gênero de vida teve sua gênese. Mais ainda, analisar a existência destes fenômenos internos aos conceitos, a gênese, a hibridização, a cristalização, a importação, entre outros. Portanto, o gênero de vida é uma fotografia da relação ser humano e ambiente no momento em que se faz sua análise, contando sobre os passados ali existentes.

Simbiótico ao conceito de *terroir* como ferramenta de estudo, tem como produto um quadro da sociedade e do espaço numa determinada temporalidade, a do tempo histórico em que se fez a observação e, permite entender os passados atuantes e formadores deste presente analítico. Também, em nosso entendimento, apresenta uma forma de análise e estudo do gênero de vida, considerando seus processos internos, as temporalidades e o tempo de observação.

Nossa revisitação ao Vale dos Vinhedos, guiada por Falcade, Mandelli *et. Al.* (1999), Flores *et. Al.* (2012), entre tantos outros autores, nossa busca pelo entendimento da formação do Vale, partindo do presente “a indicação” e indo ao passado, observando os processos migratórios, o assentamento dos colonos, a “importação” de suas técnicas e saberes para um novo meio, as hibridizações, a gênese de um novo gênero e, o constante diálogo com a tradição e o arcabouço tradicional, como forma, não somente de manter suas raízes, como de gerar condições melhores para a região, revitalizando a economia.

A notícia dos *Sateré-Mawé*, possibilita observarmos a “mutação constante” deste conceito, também mais uma vez, observar a policronia e os passados em

atuação no presente. O conceito de gênero de vida é bem mais complexo que o exposto até agora ao nosso ver.

Composto por inúmeros quadros, que têm reminiscências dos passados, como uma máquina dos irmãos Lumière. Estes representam e descrevem fases da relação ser humano ambiente, e, podem contribuir para o entendimento de um pensamento e dos valores de um determinado povo num determinado recorte temporal.

Além da técnica, trabalhada por Varagnac (1929, 1948 a.) e, genialmente exposta por Silveira (2010), como fator central do gênero de vida, tradição, saberes e cultura, são fatores de importância igual. Sintetizando, um gênero de vida é, nos emprestando do termo utilizado por Santos (1978) um “precipitado”, de outras fases da sociedade, do ambiente, suas temporalidades e, no emprestando do termo de Minayo (1994), “cargas históricas”.

Temos em Bento Gonçalves alguns testemunhos do tempo e das temporalidades em ação no espaço, marcas da policronia. As casas dos imigrantes, cantinas, as técnicas de construção, são geossímbolos, e ao mesmo tempo são representações do gênero de vida num determinado período, reminiscências e permanências, são reais testemunhos do tempo e da história espaço social. Quando pensamos na “*Fontana*”, pensamos na *retrofitização* de elementos do gênero de vida, com intuito de valorizar e de homenagear a história e reforçar a tradição.

Explicamos o uso das técnicas e dos materiais para sua construção evocam a chegada dos imigrantes e a sua lida com o meio. Assim, entendemos que o terroir e seus elementos, sua estrutura, analisados enquanto paisagem é em si mesmo um geossímbolo e uma fonte de conhecimento geohistórico. Observação semelhante se faz ao estudar os habitantes do local, assim, temos os gêneros de vida como reais artefatos, capazes de nos contar sobre determinada temporalidade.

Em suma, o estudo dos casos apresentados, nos remete à temporalidades diversas, marcas de diferentes pontos da relação entre “sociedade e natureza”, o gênero de vida não é imóvel, não é cristalizado, ele é um retrato atual, ou melhor, do momento da observação, das muitas fases que levaram até o analisado. Dizer que o “gênero de vida” é um conceito cristalizado, seria, olhar pelo prisma de valores atuais de nossa sociedade, e não levar em consideração as temporalidades e projetos de cada grupo.

Para este trabalho, esta démarche geográfica, nos relembramos mais uma vez de Rabelais: tudo isto pode ser observado partindo de uma garrafa de vinho. Entendemos na indicação geográfica os passados e atualidades em consonância, em simbiose por uma sustentabilidade espaço-cultural-ambiental.

Pelo *terroir* e o gênero de vida, além de conceitos muito importantes para análises da geografia histórica, da geohistória, da arqueogeografia (VARAGNAC, 1948 c.) e da geografia cultural, estes clássicos são jazidas de conhecimento, exploradas em parte, e com potencial de contribuir muito ainda para nossa ciência, por isso, dizemos e frisamos, clássicos são atemporais.

BIBLIOGRAFIA

Referências dos mapas e figuras

Figura 1: [2020] “**Mármore na Ilha de Paros**”, (Fotografia) Grécia. Disponível em <https://www.epochtimes.com.br/paros/> Acesso em 10.01.2020

Figura 2: (2020) “*Mapa Silk Road*” (Mapa Ilustrado) Fonte: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology. Disponível em https://www.penn.museum/silkroad/exhibit_intro.php Acesso 11.01.2020

Figura 3: [2020] “**Capa da Alvará de Instituição de Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro**”, 1756 (Fotografia) Disponível em <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-29/companhia-geral-da-agricultura-das-vinhas-do-alto-douro-1756> Acesso 11.01.2020

Figura 4: “**Vinho Merlot com Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos**”. (Fotografia) Disponível em <https://www.vitrinedosvinhos.com.br/o-belo-vale-dos-vinhedos/> Acesso 11.01.2020

Figura 5: “**Realce da Representação gráfica da “Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos”**” (Fotografia) Disponível em <https://www.vitrinedosvinhos.com.br/o-belo-vale-dos-vinhedos/> Acesso 11.01.2020

Figura 6: (2019) [2020] “**Cerveja “Itaipava”**” (Fotografia) Disponível em https://birrapertoriodelxino.files.wordpress.com/2019/11/20191004_151422.jpg?w=627 Acesso em 13.01.2020

Figura 7: “**Estratigrafia destacando o *marne argileuse bleue***” (Fotografia) (MONTIRUS, 2020, p.1) Disponível em <https://montirius.pagesperso-orange.fr/cterroir.htm> Acesso 12.09.2020

Figura 8: (2016) [2020] “**Processo de chaptalização**” (2016) [2020] (Fotografia) Disponível em <https://diariodeumenofilo.blogspot.com/2016/04/sobre-chaptalizacao.html> Acesso em 13.11.2020

Figura 9: “*Carte gastronomique de La France*”, (TOUCARTY, Jean François, 1809) (Carta Geográfica Ilustrada) Disponível em <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:3293759> On line em 25.08.2015 Acesso em 20.09.2020

Figura 10: “**Recorte da “*Carte gastronomique de La France*”**” (TOUCARTY, Jean François, 1809) (Carta Geográfica Ilustrada) Adaptação de Sarantakos, 2020 Disponível em <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:3293759> On line em 25.08.2015 Acesso em 20.09.2020

Figura 11: “**paisagem do terroir da AOC Sancerre, vallée de la Loire, França**” (Fotografia) COVIGNERON (2020). Disponível em: <https://www.covigneron.com/sancerre/> Acesso em 13.11.2020

Figura 12: “Mapa destacando o “Diagrama de Venn” regional” (Mapa) Disponível em FLORES, Carlos Alberto; *et. Al.* (2012, p.20) “Os Solos do Vale dos Vinhedos”. EMBRAPA, Brasília-DF.

Figura 13: “Limites espaciais da Região do Vale dos Vinhedos” (Mapa) Disponível em FLORES, Carlos Alberto; *et. Al.* (2012, p.21) “Os Solos do Vale dos Vinhedos”. EMBRAPA, Brasília-DF.

Figura 14: “Plantação de uvas em Bento Gonçalves” (Fotografia) (ASSESORIA DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES, [2020]) Disponível em <https://www.visiteobrasil.com.br/sul/rio-grande-do-sul/ecoturismo/conheca/vale-dos-vinhos> 22.09.2020

Figura 15: “Paisagem do Terroir de Bento Gonçalves” (Fotografia) (RUSCHEL, Rogério 2013, [2020]), Disponível em <https://invinovias.blogspot.com/2013/07/delicias-de-inverno-no-vale-dos.html> 22.09.2020

Figura 16: “Paisagem no Vale dos Vinhedos” (Fotografia) Disponível em FLORES, Carlos Alberto; *et. Al.* (2012, p.25) “Os Solos do Vale dos Vinhedos”. EMBRAPA, Brasília-DF.

Figura 17: “Panorama do relevo regional” (Fotografia) Disponível em FLORES, Carlos Alberto; *et. Al.* (2012, p.26) “Os Solos do Vale dos Vinhedos”. EMBRAPA, Brasília-DF.

Figura 18: “Ferradura do Rio das Antas” (Fotografia) (DUPONT, Almir, 2017) Disponível em <https://bento.tur.br/wp-content/uploads/2017/12/Ferradura-Vale-do-Rio-das-Antas-Almir-Dupont-prefeitura-municipal-e1512153164647.jpg> Acesso: 22.09.2020 Disponível também em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-visitaçao>

Figura 19: “Mapa proveniente da adaptação livre com finalidade didático-illustrativa do Mapa em escala 1:10.000 de Flores et. Al (2012)” derivado do original “Distribuição dos Solos no Vale dos Vinhedos” (Mapa pedológico, escala 10:10.000) (Fonte: FLORES *et. Al.*, 2012, p. 166). Disponível em FLORES, C.A.; PÖTTER, R.O.; SARMENTO, E.C.; WEBER, E.J.; HASENACK, H. (2012) “Os solos do Vale dos Vinhedos”. Brasília: Embrapa, 176 p. 2 mapas, 1 DVD-ROM. ISBN 978-85-7035-157-9.

Para download e observação mais detalhada <https://www.ufrgs.br/labgeo/index.php/dados-espaciais/248-levantamento-detalhado-de-solos-do-vale-dos-vinhos> Ou <https://www.embrapa.br/en/busca-de-publicacoes/-/publicacao/966821/os-solos-do-vale-dos-vinhos> Acesso em 09.11.2020 Adaptação livre de Sarantakos, 2021.

Figura 20: “Monumento em bronze feito por Gustavo Nackle Neffa (2005)”, (Fotografia) (BENTO GONÇALVES, [2020], p. 1). Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-visitaçao> Acesso: 22.09.2020

Figura 21: “Trem de ferro na estação ferroviária de Bento Gonçalves” (Fotografia) (BENTO GONÇALVES, [2020], p. 1). Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-visitacao> Acesso: 22.09.2020

Figura 22: “Sede da Cooperativa Aurora, aberta à visitação” (Fotografia) (BENTO GONÇALVES, [2020]). Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-visitacao> Acesso: 22.09.2020

Figura 23: “Brasão da Cidade de Bento Gonçalves” (Fotografia) (BENTO GONÇALVES, [2020], p.1) Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-da-cidade> Acesso: 22.09.2020

Figura 24: “Pipa Pórtico de Bento Gonçalves”(Fotografia) (BENTO GONÇALVES, [2020], p. 1). Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-visitacao> Acesso: 22.09.2020

Figura 25: “La Fontana” (Fotografia) (BENTO GONÇALVES, [2020], p. 1). Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/turismo/pontos-de-visitacao> Acesso: 22.09.2020

Figura 26: “Cantina Strapazzon” (Fotografia) (FORESTI, Nestor, 2017). Disponível em <https://bento.tur.br/wp-content/uploads/2017/12/cantina-strapazzon-caminhos-de-pedra-nestor-foresti-e1512156479134.jpg> Acesso: 22.09.2020

Figura 27: “Interior de uma cantina em Bento Gonçalves” (Fotografia) (GOMES, Gilmar 2017). Disponível em <https://bento.tur.br/wp-content/uploads/2017/12/Ambiente-de-Cantina-foto-Gilmar-Gomes-e1512155017118.jpg> Acesso: 22.09.2020

Música da Epígrafe

RUSH (1985): “*Mystic Rhythms*”, disco: Power Windows, Faixa # 8, duração: 5:35. letra e arranjo de Neil Peart, Alex Lifeson and Geddy Lee. Produzido por Peter Collins and Rush. Gravada nos est dios *The Manor* (Oxfordshire, UK), *SARM East*; *Abbey Road* (London, UK), AIR (Montserrat, Caribe), Mercury Records.

Livros, artigos e internet

AB'SABER, Aziz, N. (1957) “**Conhecimentos sobre as flutuações climáticas do quaternário no Brasil**”. In: Boletim Sociedade Brasileira de Geografia, São Paulo, n. 6, p. 41-8.

AB'SABER, Aziz, N. (1970) “**Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil**” In: Geomorfologia. n. 20, p. 1-26.

AB'SABER, Aziz, N. (1971) “**A organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras**” In: SIMPÓSIO SOBRE O CERRADO, 1971, 3, São Paulo, SP. Anais...São Paulo: Universidade de São Paulo, p.1-14.

ACADÉMIE FRANCAISE (1694) “**Le Dictionnaire de l'Académie française dédié au Roy**”, Paris, 761p. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k503971/f53.image>

ACADÉMIE FRANCAISE (2020) “**L’histoire**” Disponível em <http://www.academie-francaise.fr/institution/lhistoire>. Acesso em 13.12.2020

ACADÉMIE FRANCAISE (2020) “**Les missions**”. Disponível em www.academie-francaise.fr/institution/les-missions. Acesso em 13.12.2020

ADAMI J.S. (1971) “**História de Caxias do Sul**”. Caxias do Sul: Paulinas, 413p.

AGRICOLA, Giorgio, (1546) “**De ortu et causis subterraneorum**” [On the origin and causes of subterranean things]. Basel, Publicação e Edição: Froben

AGRICOLA, Giorgio, (1546)” **De ortu et causis subterraneorum**”, in: Nosceumus Wiki, URL: http://wiki.uibk.ac.at/nosceumus/De_ortu_et_causis_subterraneorum
Revisão em 12.05.2020

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. (2005): “**A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno**”. An. mus. paul., São Paulo, v. 13, n. 2, p. 21-72, Dec. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142005000200003>

ARGOD-DUTARD, Françoise; CHARVET, Pascal; et. LAVAUD, Sandrine, (ed) (2007), “**Voyage aux pays du vin**”, Paris, Robert Laffont.

AXELOS, Kostas, (1969): “**Arguments d’une recherche**”, Paris, Éditions de Minuit.

BACON, Francis (1908) **“Essays”** Com Introdução, Edição e Comentários de Mary Augusta Scott, PhD; Charles Scribner's Sons, Nova York.

BAKER, Alan R. (2002): **“On History and Geography and their 'Bastard' Child Historical Geography, and on its Relationship to Geohistoire and to Geographical History”**, Japanese Journal of Human Geography, Volume 54 Issue 4, p. 340-352

BAKHTIN, Mikhail (1993) **“Rabelais and His World”**. Tradução de Hélène Iswolsky. Bloomington: Indiana University Press.

BAILLET, Adrien de. (1685–86). **“Jugements des savants sur les principaux ouvrages des Auteurs”**. 9 vols. Paris: A. Dezallier.

BARHAM, Elizabeth. (2003). **“Translating terroir: The global challenge of French AOC labeling”**. *Journal of Rural Studies*. 19. 127-138. 10.1016/S0743-0167(02)00052-9.

BARJOLLE, D., BOISSEAU, S. et. DUFOUR, M. (1998) **“Le Lien au Terroir: Bilan de Travaux de Recherche”**. Institut d'Economie Rurale. Antenne Romande, Lausanne, Switzerland.

BARROS, A et. LEHFELD, N.Ap. (2014) **“Fundamentos de Metodologia Científica”** 3ª Edição São Paulo: Pearson Prentice Hall.

BENTO GONÇALVES (1966) [2020] **“Lei Municipal n. 216, de 12 de dezembro do ano de 1966: oficialização do Brasão do Município de Bento Gonçalves-RS”** Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-da-cidade> Acesso em 13.11.2020

BENTO GONÇALVES (1985) [2020] **“Hino de Bento Gonçalves”** Poema de FROTA, Maria e arranjos de Barros Rui (1967), apresentado na FENAVINHO-67, adotado como hino em 1985. Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-da-cidade> Acesso em 13.11.2020

BENTO GONÇALVES (1985) [2020] **“Pipa Pórtico”** Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-da-cidade> Acesso em 13.11.2020

BENTO GONÇALVES (1990) [2020] **“La Fontana”** Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/a-cidade/simbolos-da-cidade> Acesso em 13.11.2020

BENTO GONÇALVES (2018) **“Panorama socioeconômico”** Disponível em <http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/noticia/pesquisa-aponta-perspectiva-positiva-para-economia-de-bento-goncalves> Acesso em 13.11.2020

BELLEGARDE, (1697) [1712]. **“Réflexions sur le ridicule et sur les moyens de l’éviter, où sont représentés les différens caractères et les mœurs des personnes de ce siècle”**. Paris: Henri Schelte.

BÉRARD, L. & MARCHENAY, P. (2004) **“Les Produits de Terroir: Entre Cultures et Règlements”**. CNRS Editions: Paris.

BÉRARD, L. & MARCHENAY, P. (2007). **“Produits de Terroir: Comprendre et agir”**. França: Centre National de la recherche scientifique.

BERTOZZI, L. **“Designations of origin: quality and specification. Food Quality and Preferences”**, v.6, p.143-147, 1995.

BÍBLIA. Português. “Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos” (2008). Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida.

BODIN, Jean. (1566) [1941] **“La Méthode de l’histoire”**. Editado por Pierre Mesnard. Paris, Belles Lettres.

BODIN, Jean (1576) [1986] **“Les Six Livres de la République”** Editado por Christiane Frémont, Marie-Dominique Couzinet, and Henri Rochais. Paris, Fayard.

BOUHOURS, Dominique (1671) **“Les Entretiens d’Ariste et d’Eugène”**. Paris: S. Mabre-Cramoisy.

BOULAINVILLIERS, Henri de. (1732) **“Essai sur la noblesse de France, contenant une dissertation sur son origine et abaissement”**. Amsterdam.

BOULENGER Jacques (1978). **“Introduction: Vie de Rabelais”** em **“Œuvres complètes de François Rabelais”**. Gallimard (La Bibliothèque de la Pléiade).

BONNEMAISON, Joël, 1980. **“Espace géographique et identité culturelle en Vanuatu”**. *Journal de la Société des Océanistes* 68: pp. 181-188.

BONNEMAISON, Joël (1981): **“Voyage autour du territoire. L’espace géographique”**, Paris, v. 10, n. 4, pp. 249-262.

BONNEMAISON, Joël, (1983): **“Du terroir au territoire”**. In: *Profession: géographe: pratique de la recherche tropicale*. Paris: ORSTOM, pp. 99-106.

BONNEMAISON, Joël, (1994): **“The Tree and the Canoe: History and Ethnogeography of Tanna”** (trad. et adaptation de Josée Pénot-Demetry). *University of Hawai Press, Honolulu*.

BONNEMAISON, Joël, (1997): **“Les Gens des Lieux”**. *Histoire et Géosymboles d’une Société Enracinée: Tanna*. ORSTOM, Paris

BONNEMAISON, Joël (2012): “**Viagem Em Torno Do Território.**” Geografia Cultural: Uma Antologia, Vol. 1, Roberto Lobato e Corrêa Zeny Rosendahl (eds.), SciELO – EDUERJ, Rio De Janeiro, 2012, pp. 279–304.

BOULAIN, Jean, and MOREAU, Richard. (2002). “**Olivier de Serres et l'évolution de l'agriculture**”. Paris: l'Harmattan.

BOYCEAU, Jacques. (1638) “**Traité du jardinage**”. Paris, Michel Van Lochom.

BRASIL, (1992) “DECRETO Nº 635, DE 21 DE AGOSTO DE 1992: **Promulga a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, revista em Estocolmo a 14 de julho de 1967**” Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-635-21-agosto-1992-449103-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 12.01.2020.

BRASIL, (1994), “DECRETO No 1.355, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994”. “**Promulga a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT**”. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf> Acesso em 12.01.2020

BRASIL (1996), “Lei 9.279, de 14 de maio de 1996”. “**Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**”. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 maio 1996.

BRASIL, (2018) “A Instrução Normativa Nº 095/2018, DE 28 de dezembro de 2018: **Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas**” Disponível em <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/indicacoes-geograficas/legislacao-indicacao-geografica-1> Acesso em 12.01.2020;

BRAUDEL, Ferdinand (1958) [1965] “**História e Ciências Sociais. A longa duração**”. Artigo publicado in Annales E. S. C., n.º 4, outubro-dezembro de 1958. Publicado no Brasil na Revista de História, V. XXX, Ano XVI, N.º 62 Abril-Junho 1965. Tradução de Ana Maria de Almeida Camargo

BROWN, Nina (2005): “**Friedrich Ratzel, Clark Wissler, and Carl Sauer: Culture Area Research and Mapping**”, University of California, Disponível: <https://web.archive.org/web/20050309084859/http://www.csiss.org/classics/content/15> Acesso em: 14-11-2019

BRUCH, K. L.. (2008): “**Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas**”. In: PIMENTEL, Luiz Otávio; BOFF, Salete Oro; DEL'OLMO, Florisbal de Souza. (Org.). Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania. 1 ed. Florianópolis: Fundação Boiteux.

BUFFIER, Claude (1704) “**Examen des préjugés vulgaires**”. Paris, Jean Mariette.

CÂMARA CASCUDO, Luís da (1971) **“Tradição, ciência do povo”**, Ed. Perspectiva

CAMPINOS, António, (2008): **“O Sistema de Lisboa – para onde ir?”** In: FORUM SOBRE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E DENOMINAÇÕES DE ORIGEM, Centro de Reuniões da FIL (Parque das Nações) Lisboa, 30-31 de outubro. Disponível: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/geoind/pt/wipo_geo_lis_08/wipo_geo_lis_08_theme1_campinos.pdf Acesso em 13.01.2020;

CASTORIAIDIS, Cornelius (1975). **“A instituição imaginária da sociedade”**. Paz e Terra, 418 p.

CENTRO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BENTO GONÇALVES (CIC-BG) E UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS) (2018) **“Panorama Socioeconômico Bento Gonçalves”** in: Revista Panorama Socioeconômico, 47^a ed.

CERVO, A. et. BERVIAN, P., DA SILVA, R. (2007) **“Metodologia Científica”**. 6^o ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

CHAPTAL, Jean-Antoine-Claude; ROZIER, François; PARMENTIER, Antoine Augustin et. D’USSIEUX, Louis, (1801) **“Traité théorique et pratique sur la culture de la vigne: Avec l’art de faire le vin, les eaux-de-vie, esprit-de-vin, vinaigres simples et composés”**. Vol. 1. Paris: Delalain.

CHAUÍ, M. (1994) **“Convite à Filosofia”**, São Paulo: Ática

CHICO JÚNIOR, (2020) **“Guaraná nativo dá a primeira Denominação de Origem para um povo indígena”** Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/guarana-nativo-da-a-primeira-denominacao-de-origem-para-um-povo-indigena> On-line: 23 de outubro de 2020, 15:46 h Acesso 23 de outubro de 2020

CICERO, Marcus Tullius, (1856) **“The Orations of Marcus Tullius Cicero”**, tradução literal de C. D. Yonge, B. A. London. Henry G. Bohn, York Street, Covent Garden

CLAVAL, P., (2004): **“A Paisagem dos Geógrafos”**. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (orgs.). Paisagens, Textos e Identidades. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

CLAVAL, P. (2012): **“A Paisagem Dos Geógrafos.”** Geografia Cultural: Uma Antologia, Vol. 1, edited by Roberto Lobato and Corrêa Zeny Rosendahl, SciELO - EDUERJ, Rio De Janeiro, 2012, pp. 245–276.

CLUZEL, A., (2009) **“Le Terroir, un enseignement d’avenir”**. Mémoire de master « Histoire, philosophie et didactique des sciences », Université Montpellier 2

COMITÉ CHAMPAGNE (2020): **“Marne, Marl” ou “Limestone subsoil”** Disponível em <https://www.champagne.fr/en/terroir-appellation/champagne-terroir/limestone-subsoil>, Acesso em 20.02.2020

CONTE, J. (1996) **“Montaigne e o ceticismo”** Monografia de conclusão do curso de filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível: <http://conte.prof.ufsc.br/txt-monografia.pdf>

CONROY, Peter. (1982) **“Le Jardin polémique chez J.-J. Rousseau”** Cahiers de l’Association internationale des études francaises 34: p. 91–105.

COSGROVE, D. (1993): **“The palladian landscape. Geographical change and its cultural representations in sixteenth century Italy”**. University Park, Pennsylvania State University Press.

COSGROVE, Denis (2003): **“Landscape, Nature, and the Body Politic: From Britain’s Renaissance to America’s New World by Kenneth Olwig”**. *Geographical Review*. **93** (1): 136–138.

COSGROVE, Dennis (2012) [1988]. **“A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas”**. In Lobato R. & Rosendahl C. (Eds.), *Geografia cultural: Uma antologia*, Vol. 1 (pp. 219-238). Rio de Janeiro: SciELO - EDUERJ.

COSGROVE, Dennis (2012). **“Mundos de significados: Geografia cultural e imaginação”**. In Lobato R. & Rosendahl C. (Eds.), *Geografia cultural: Uma antologia*, Vol. 1 (pp. 105-118). Rio de Janeiro: SciELO - EDUERJ.

COVIGNERON (2020). **“Sancerre, une AOC de notoriété mondiale”** disponível em: <https://www.covigner.com/sancerre/>Acesso em 13.11.2020

DACANAL, J.H.; GONZAGA S. (1979) **“RS: economia e política”**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 424p.

DAL PIZZOL, R. (1988) **“A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul III”**. *Revista do Vinho*, Bento Gonçalves, v. 6, n. 1, mai./jun.

DAL PIZZOL, R. (1989 a.) **“A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul XI”**. *Revista do Vinho*, Bento Gonçalves, v.14, n. 3, set./out., 1989b.

DAL PIZZOL, R. (1989 b.) **“A história da uva e do vinho no Rio Grande do Sul XII”** *Revista do Vinho*, Bento Gonçalves, v.15, n. 3, nov./dez.

DARBY, H. C., (2002): “**The Relations of History and Geography: Studies in England, France and the United States**”, University of Exeter Press.

DEFFONTAINES, J.P., 2005. “**Le terroir, une notion polysémique**”, in Bérard, L., Cegarra, M., Djamel, M. (Eds), Biodiversité et savoirs naturalistes locaux en France, Paris, Cirad, IDDRI, IFB, Inra, 38-43.

DELOIRE, A., PRÉVOST, P. and KELLY, M. (2008) “**Unravelling the Terroir Mystique – an agro-socio-economic perspective**”. CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources, 2008, 3, 032.

DERRUAU, Max (1949) “**La Grande Limagne, Auvergnate et Bourbonnaise**” Clermont-Ferrand Delaunay.

DERRUAU, Max (1956) “**Précis de Géomorphologie**”, Masson,

DERRUAU, Max (1961) “**Précis de Géographie Humaine**”, Paris, Librairie Armand Colin,

DERRUAU, Max (1969) “**Les formes du relief terrestre. Notions de géomorphologie**”, Paris, Armand Colin.

DERRUAU, Max (1969) “**Nouveau Précis de Géographie Humaine**”. Armand Colin, Paris

DERRUAU, Max (1996) “**Composantes et Concepts de la Géographie Physique**”, Armand Colin, Paris.

DESCARTES, (1637) “**Discurso sobre o método**”, Leyden, Holanda.

DE SERRES, Olivier. (1600) [1804] “**Théâtre d’agriculture**”. Paris, ed. Madame Huzard.

DE SERRES, Olivier. (1600) [1873] “**Theâtre d’agriculture**” Editado por Paul Favre. Paris, L. Favre.

DE SERRES, Olivier. (1600) [2001] “**Théâtre d’agriculture**” Arles, Actes Sud.

DIDEROT, Denis de; D’ALEMBERT, Jean Le Rond, (1751–72) “**Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts, et des métiers**”. 28 vols. Disponível em

<https://ia802508.us.archive.org/7/items/EncyclopeYdieouVIIDide/EncyclopeYdieouVIIDide.pdf>

DU BELLAY, Joachim (1549): “**La Deffence, et illustration de la langue francoyse**” França, 47 p. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/4357/>

DU BOS, Jean-Baptiste. (1719) [1770] “**Réflexions critiques sur la poésie et sur la peinture**”. 3 vols. Paris: Pissot. Disponível em <https://ia802605.us.archive.org/31/items/rflexionscriti03dubouoft/rflexionscriti03dubouoft.pdf>

DUBY, Georges (1978): “**As Três Ordens ou o imaginário do Feudalismo**”, Editorial Estampa, Lisboa.

DUNCAN, J. (2012): “**Após a guerra civil: Reconstruindo a geografia cultural como heterotopia**”. In Lobato R. & Rosendahl C. (Eds.), Geografia cultural: Uma antologia, Vol. 1 (pp. 153-164). Rio de Janeiro: SciELO - EDUERJ.

EGERTON, Frank N. (2006). “**A History of the Ecological Sciences, Part 19: Leeuwenhoek's Microscopic Natural History**”. The Bulletin of the Ecological Society of America, p. 47–58.

EHRARD, Jean, (2013) “**Nature et jardins dans la pensée française du 18e siècle**” Dixhuitième siècle 45, no. 1: 365–77.

ELIAS, Norbert, (1983) “**The Court Society**”. Translated by Edmund Jephcott. New York, Pantheon.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2020): “**Vinhos do Brasil**” Disponível <https://www.embrapa.br/indicacoes-geograficas-de-vinhos-do-brasil/ig-registrada/do-vale-dos-vinhedos> Acesso em 20.07.2019

ENSAAMA “**Ecole Nationale Supérieur d'Arts Appliqués et de Métiers d'Art Oliver de Serres**” (2020) disponível em <http://ensaama.net/site/> Acesso 01.09.2020

ESTIENNE, C; et. LIÉBAULT, J. (1554) [1583] “**L'Agriculture et maison rustique**” “Édition dernière, augmentée. Plus un brief recueil des chasses et de la fauconnerie” J. Du Puys, Paris, 862 p. Disponível em https://ia802603.us.archive.org/30/items/bub_gb_THcvAAAAYAAJ_2/bub_gb_THcvAAAAYAAJ.pdf

FALCADE, I. (1984) “**A organização do espaço agrário em Bento Gonçalves**”. (Considerações preliminares). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA 1984, 4, Santa Maria.Anais... Santa Maria: UFSM, p. 216-219.

FALCADE, Ivanira, MANDELLI, Francisco (1999) “**Vale dos Vinhedos – Caracterização Geográfica da Região**”, Caxias do Sul: EDUCS e EMBRAPA, 144 p.

FARIAS, CVS (2009) “**A indústria vitivinícola e o desenvolvimento regional no RS: uma abordagem neoinstitucionalista da imigração italiana nos dias atuais**” in: Revista Brasileira de Gestão e

Desenvolvimento Regional, Taubate-SP, v.5 n 2 p 64-93 2009 Disponível em www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/237/162

FARIAS, Claudio Vinicius Silva; XAVIER DA SILVA, Leonardo (2016) “**A formação histórica da indústria vitivinícola do RS: Aliando a nova economia institucional à teoria dos jogos**”. In: Ensaios FEE, v. 37, n. 1, Porto Alegre, pp. 255-282

FEBVRE, Lucien (1942) “**Le Problème de l'incroyance au XVIe siècle**”. Albin Michel.

FEBVRE, Lucien (1982). “**The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century: The Religion of Rabelais**”. Tradução de Beatrice Gottlieb. Cambridge, MA: Harvard University Press.

FEBVRE, Lucien (1982). “**The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century: The Religion of Rabelais**”. Harvard College. 264 p.

FEL, A. (1962) “**Les hautes terres du Massif central: tradition paysanne et économie agricole**”. Clermont-Ferrand, presses universitaires.

FENAVINHO (2020) “**História**” Disponível em <https://www.fenavinho.com.br/a-fenavinho> Acesso em 13.11.2020

FERRÃO, João (2012): “**Regiões Funcionais, Relações urbano-rurais e política de coesão pós-2013**”, Relatório final. Programa Operacional de Assistência Técnica, Quadro Referência Estratégico Nacional, Portugal 2007-2013. 104 p.

FIBGE (1990) “**Geografia do Brasil**”. Rio de Janeiro: IBGE, 420p.

FLORES, C.A.; FASOLO, P.J; POTTER, R. O; (1999) “**Solos: Levantamento Semidetalhado**” in: FALCADE, Ivanira, MANDELLI, Francisco “**Vale dos Vinhedos – Caracterização Geográfica da Região**”, Caxias do Sul: EDUCS e EMBRAPA, 144 p.

FLORES, C.A.; PÖTTER, R.O.; SARMENTO, E.C.; WEBER, E.J.; HASENACK, H. (2012) “Os solos do Vale dos Vinhedos” (2012) Brasília: Embrapa, 176 p. 2 mapas, 1 DVD-ROM. ISBN 978-85-7035-157-9.

FONTENELLE, Bernard le Bovier de. (1688) [1790]. “**Digression sur les Anciens et les Modernes**”. Paris: Jean-François Bastien. Disponível em <http://www.eliohs.unifi.it/testi/600/>

fontenelle/digression.htm. Edição online ElioHS feita por Guido Abbattista (Mars 1998)

FONTENELLE, Bernard le Bovier de. (1688) [2015] “**Digression sur les Anciens et les Modernes et autres textes philosophiques**”. Édition sous

la direction de Sophie Audidière. (Bibliothèque du xviii^e siècle, 30.) Paris, Classiques Garnier, 793 p.

FOWLER, Don (1996), "**Virgil (Publius Vergilius Maro)**", verbete presente no "The Oxford Classical Dictionary", 3.ed, Oxford, p. 1602.

FRAYSSIGNES, J., (2007) "**Les AOC dans le développement territorial. Une analyse en terme d'ancrage appliquée au cas français des filières fromagères**". *Ruralia* 20.

FRIZZO, L.M. (1984) "**A industrialização em Caxias do Sul**". Rio de Janeiro: UFRJ, (Dissertação de Mestrado datilografada).

FROSI.V.M.; MIORANZA C. (1975) "**Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**". Caxias do Sul: EDUCS/ISBIEP, 84 p.

FUMAROLI, Marc. (1994). "**L'Âge de l'éloquence**" Paris: Albin Michel.

FURETIÈRE, Antoine (1690) "**Dictionnaire universel**". The Hague and Rotterdam: Arnoud et Reinier Leers. Primeira Edição, 3 volumes. Prefácio de Pierre Bayle.

FURETIÈRE, Antoine (1691) "**Dictionnaire universel**" The Hague & Rotterdam: Arnoud et Reinier Leers. Reimpressão da Primeira Edição em 2 volumes.

FURETIÈRE, Antoine (1701) "**Dictionnaire universel**". The Hague & Rotterdam: Arnoud et Reinier Leers. Segunda Edição 3 volumes. Edição de Henri Basnage de Beauval.

GALET.P. (1976) "**Précis de viticulture**". Montpellier: Dehan, 584p.

GARRIGUES, Dominique, (2001). "**Jardins et jardiniers de Versailles au Grand Siècle**". Paris: Editions Champ Vallon.

GEORGE, H. B., (1901): "**The Relations of Geography and History**", Clarendon Press.

GINSBURGER, Nicolas (2010), "**La guerre, la plus terrible des érosions**" *Cultures de guerre et géographes universitaires Allemagne-France-Etats-Unis (1914–1921)*", Tese (em francês) Université Paris Ouest Nanterre-La Défense, p. 293,

GIRAUT, F., (2008), "**Conceptualiser le territoire**", *Historiens & géographes*, 403. Pp. 57-69.

GRAGNANI, M. "**The Law of geographical indications in the EU**". *Journal of Intellectual Property Law & Practice*, v.7, n.4. p. 271-282, 2012. Disponível em

<<http://jiplp.oxfordjournals.org/content/7/4/271.full.pdf+html?sid=0fc6838d-3306-45b5-9cf2-d6bffd7c9647>>Acesso em 21.09.2019

GROSS, Robin (2007). **"World Intellectual Property Organization"**. in **"Global Information Society Organization"**. Disponível em <https://www.giswatch.org/institutional-overview/civil-society-participation/world-intellectual-property-organisation-wipo> Acesso em 13.10.2019

GOHORY, Jacques (1549): **"Devis sur la vigne, vin et vendanges"**. Paris, Vincent Sertenas (1550). Disponível <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb43987181w>

HAESBAERT, R. (2014) **"Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção"**. RJ: Bertrand.

HARTSHORNE, R. (1927) **"Location as a Factor in Geography"**, *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 17, No. 2, p. 92–99.

HARTSHORNE, R. (1939) **"The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past."** *Annals of the Association of American Geographers* 29, no. 3, p. 173-412. Disponível para download em <https://ia800309.us.archive.org/31/items/natureofgeograph010994mbp/natureofgeograph010994mbp.pdf>

HARTSHORNE, R. (1959) [1960] **"Perspective on the Nature of Geography"** *Association of American Geographers*, EUA

HÉNIN, S., (1957) **"Quelques aspects de la pédologie, l'évolution du concept de sol et ses conséquences"** *Comptes rendus de l'Académie d'agriculture de France*, janvier, p. 66-9.

HERRLEIN JR., R. (2000) **"Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional"**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

HUCHON, Mireille (2003) **"Pantagruelistes et mercuriens lyonnais" in Lyon et l'illustration de la langue française à la Renaissance**, *ENS Éditions*. 405 p.

HUCHON, Mireille (2011) **"Rabelais"**. Paris: Gallimard.

IBGE (1990) **"Geografia do Brasil – Região Sul"**, IBGE, Rio de Janeiro, 419 p.

IBGE/DGC/DECAR (1996). **"Malha municipal digital do Brasil"**. Rio de Janeiro, IBGE/DGC/DECAR.

IBGE (2018) [2020] “**Indicadores socioeconômicos de Bento Gonçalves**” Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/?codmun=430210> Acesso em 13.10.2020

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL-INPI (2000) “**Resolução nº 75 INPI, de 28 de novembro de 2000. Estabelece as condições para o registro das indicações geográficas**”. Disponível em: <<http://www.camelier.com.br/legislacao/legislacao-indicacao-geografica/34/resolucao-inpino-0752000.html>>

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL- INPI (2013). “**Guia básico – indicação geográfica**”. Disponível:<http://www.inpi.gov.br/portal/artigo/guia_basico_indicacao_geografica>.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL- INPI (2020) “**o que é I.G.?**” Disponível em <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/indicacao-geografica-no-brasil> Acesso em 13.01.2020

INPI *et* SEBRAE.INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (2017) “**Indicações Geográficas Brasileiras**”, <Disponível em: <http://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/catalogo-indicacoes-geograficas-brasileiras,c1e390411e9e9410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>

JACOBSEN, Alessandra de Linhares (2009) “**Gestão por Resultados, Produtividade e Inovação. Florianópolis**”, UFSC,

JUNG, Carl G.; VON FRANZ; HENDERSON, J; JACOBI, J; JAFFÉ, A. (1964) “**O Homem e seus Símbolos**”, Tradução de Maria Lúcia Pinho, 5ª ed., Editora Nova Fronteira.

KAKUTA, S. M.; SOUZA, A. I. L.; SCHWANKE, F.H.; GIESBRECHT, H. O. (2006): “**Indicações geográficas: guia de respostas**”. Porto Alegre: SEBRAE/RS.

KOSIK, Karel (1967) [1976]. “**Dialectics of the Concrete: A Study on Problems of Man and World**”. Beograd: Prosveta.

KOPPEN, W; GEIGER, R. (2021) [1936], “**Classificação climática Koppen-Geiger**” Disponível em koeppen-geiger.vu-wien.ac.at

LAROUSSE, Dicionário de língua francesa, (2013) “**definição de terroir**”. Disponível em <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/terroir/77475>. Consulta em julho de 2019

LATOURE, Bruno (1994) **“Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica”**, Tradução de Carlos Irineu da Costa, 1ª Edição, Rio de Janeiro, Editora 34.

LENOBLE, Robert. (1969) **“Esquisse d’une histoire de l’idée de nature”**, Paris: Albin Michel.

LE PAULMIER, Julien (1589) **“Traité du vin et du sidre”**. Tradução de Jacques de Cahaignes. Caen: Le Chandelier. Disponível <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5834027n/f27.texteImage>

LIENAU, Cay (red.) et. UHLIG, Harald (ed.) (1967): **“Flur und Flurformen: Types of field patterns: Le finage agricole et sa structure parcellaire”**; International Working Group for the Geographical Terminology of the Agricultural Landscape. *Materialien zur Terminologie der Agrarlandschaft*, vol. 1. Editora, Giessen: Schmitz, 237p.

LIRA, Larissa Alves, (2012): **“O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de La Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo. Permanências e rupturas no contexto da institucionalização da geografia (1872-1918)”**. Tese de mestrado, Universidade de São Paulo (USP).

LIRA, Larissa Alves (2014): **“A Concepção de Tempo Geográfico do Mediterrâneo de Vidal de la Blache”**, Confins [En ligne], 22|2014, mis en ligne le 26 novembre 2014, consulté le 12 août 2019. URL: <http://journals.openedition.org/confins/9781>; DOI: 10.4000/confins.9781

LOCATELLI, L. (2006): **“Indicações geográficas e desenvolvimento econômico”**. In: BARRAL, W.; PIMENTEL, L. O. (Org.). Propriedade intelectual e desenvolvimento. Florianópolis: Fundação Boiteux.

MANFROI, O. (1975) **“A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e Culturais”**. Porto Alegre: Grafosul. 218p.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria (1990) **“Metodologia Científica”**. 2. ed. São Paulo, Editora Atlas

MARECHAL, G. (2010): **“Terroir”**. In A. J. Mills, G. Durepos, & E. Wiebe, Encyclopedia of Case Study Research (pp. 921-923). London, England: Sage Publications. Disponível em <http://www.academia.edu/843146/Terroir>

MARIAGE, Thierry, (1990) 1999. **“The World of André Le Nôtre”**. Translated by Graham Larkin. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

MATOS, Ana Barbara (2014): **“Tratado de Windsor: A aliança entre Portugal e Inglaterra ao fim de centenas de anos”**. JPN- Jornalismo Porto Net, 12:01 - 13 Maio, 2014. Disponível:

<https://jpn.up.pt/2014/05/13/tratado-de-windsor-a-alianca-entre-portugal-e-inglaterra-ao-fim-de-centenas-de-anos/> Acesso em 13.01.2020

MAURUS, Veronique (2003) “**Rabelais L’insolent**” in: Le Monde (online) Publicado em 21.07.2003 Disponível em https://www.lemonde.fr/a-la-une/article/2003/07/21/rabelais-l-insolent_328440_3208.html Acesso: 15.10.2020

MERCIER, Guy, (1995), “**La Région et l’état selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache**” Annales de Géographie 104, no. 583: 211–35.
MÉRÉ, Antoine Gombaud, *chevalier de*, (1692) “**Les Oeuvres du Monsieur le Chevalier de Méré**”. Vol. 1. Paris: Pierre Mortier.

MÉRÉ, Antoine Gombaud, *chevalier de* (1701) “**Oeuvres posthumes**”, Paris: M. Uytwerf.

MÉRÉ, Antoine Gombaud, *chevalier de* (1701) “**De l’éloquence et de l’entretien**” Disponível em <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb32179037s>, 171 p.

MÉRÉ, Antoine Gombaud, *chevalier de* (1930) “**Oeuvres complètes du chevalier de Méré**”. Vol. 3. Editado por Charles-Henri Boudhors. Paris: F. Roches. Impressão de Maulde et Renou

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (1994) “**O desafio do conhecimento**”. 6. ed. São Paulo: HUCITEC.

MONTAIGNE, Michel Eychem de “**Essays**” (1595), que contém os escritos de “**Apology for Raymond Sebond**” ([1595], 1854)

MONTAIGNE, Michel Eychem de (1933) “**Essais**”. A. Thibaudet (ed.), Pléiade, Paris.

MONTAIGNE, Michel Eychem de (1980) “**Ensaaios**”. Trad. Sérgio Milliet, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores 2ª Ed.

MONTAIGNE, Michel Eychem de (2020) “**Apology for Raymond Sebond**” in: “The Essays of Montaigne/Book II/Chapter XII” Tradução de John Florio, Disponível em https://en.wikisource.org/wiki/The_Essays_of_Montaigne/Book_II/Chapter_XII

MONTAIGNE, Michel Eychem de (2020) “**Canibais**” in: ‘The Essays of Montaigne/Book I/Chapter XXX’ Tradução de Charles Cotton. Disponível em https://en.wikisource.org/wiki/The_Essays_of_Montaigne/Book_I/Chapter_XXX

MONTESQUIEU, Baron de. (1721) 1964. “**Lettres persanes**” in: OEuvres complètes, Editado Por Daniel Oster. Paris, Ed. Seuil.

MONTESQUIEU, Baron de. (1748) 1989. "***The Spirit of Laws***", Tradução e edição de Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller, Harold Samuel Stone. Cambridge, Cambridge University Press.

MONTESQUIEU, Baron de. (1748) 2008. "***De l'esprit des loix***". Edição de Catherine Volpilhac-Augier. 4 vols. Oxford, Voltaire Foundation.

MONTESQUIEU, Baron de. (1899) "***La Différence des génies***" in: "Pensées et fragments inédits de Montesquieu", n. 2265. Bordeaux: Gounouilhou.

MONTESQUIEU, Baron de. 1955. "***Essai sur les causes***", Vol. 3. "Oeuvres complètes". Editado por A. Masson, Paris: Nagel.

MORAES, Antônio Carlos Robert (2000): "**Geografia pequena história crítica**", Annablume, São Paulo, 20ª. Edição, 130 p.

MOREL, Jean-Marie (1776) "***Théorie des jardins***". Paris, Pissot. Disponível em ETH-Bibliothek Zürich, Rar 4903, <https://doi.org/10.3931/e-rara-21412> / Public Domain Mark. Download em <https://www.e-rara.ch/zut/doi/10.3931/e-rara-21412>

MORENO, J.A. (1961) "Clima do Rio Grande do Sul", Porto Alegre, Secretaria de Agricultura, 42 p.

MORLAT, R., (1989). "***Le Terroir viticole: une contribution à l'étude de la caractérisation et de son influence sur les vins. Application aux vignobles rouges de la moyenne vallée de la Loire***". Thèse de doctorat en œnologie, Université de Bordeaux 2.

MOURE, Telmo (1980) "**A inserção da economia imigrante na economia gaúcha**" in: Dacanal, José H. E Gonzaga, Sérgio (org.). RS: Imigração e Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto.

MUKERJI, Chandra. 1997. "***Territorial Ambitions and the Gardens of Versailles***", Cambridge: Cambridge University Press.

MURALT, Béat Louis de (1739) "***Lettres fanatiques***", 2 vols. London. Microfilm. Woodbridge, CT Research Publications, Inc., 1986. 1 reel ; 35mm. (The Eighteenth Century ; reel 2668, no. 5). Aluguel online em https://openlibrary.org/books/OL16902958M/Lettres_fanatiques._...

NASH, Roderick Frazier, (1967): "***Wilderness and the american mind***", Yale University Press, 2001 (4 a. Edição) - 413 p.

NICOT, Jean (1606) "***Thresor de la Langue Françoise, tant Ancienne que Moderne***", David Douceur, Paris. Edição online de T.R. Wooldridge, Disponível em <http://homes.chass.utoronto.ca/~wulftric/nicot/> Acesso em 20.10.2020

NICOUD, Guillaume (2019) “**La première Carte gastronomique de la France (1809): origines, auteurs, interprétations**”, In Situ [En ligne], 41 | 2019, mis en ligne le 13 décembre 2019. Disponível em <http://journals.openedition.org/insitu/26421>; DOI: <https://doi.org/10.4000/insitu.26421> 20.10.2020

NIMER, E. (1989) “**Clima do Brasil**”, IBGE, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 421p.

OLWIG, Kenneth (2003): “**In search of the Nordic landscape: A personal view**”. In Jan Ohman; Kirsten Simonson (eds.). Voices from the North: New Trends in Nordic Human Geography. pp. 211–232.

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic; ROBIC, Marie-Claire (2000). “**Un Tableau à vif... La réception du Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache**”. In: ROBIC, Marie-Claire (dir.). Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache. Paris: CTHS.

PARKER, Thomas (2015) “**Tasting French Terroir the history of an idea**” University of California Press Oakland, California isbn 978-0-520-96133-3 (ebook)

PELLANDA E. (1950) “**Álbum comemorativo do 75º aniversário de colonização italiana no Rio Grande do Sul**” Porto Alegre: Globo, 495p.

PELISSON-FONTANIER, Paul (1688) “**Histoire de l’Académie française**”. The Hague, Holanda.

PÉLISSIER, P. et G. SAUTTER, (1964), “**Pour un atlas des terroirs africains: structure type d’une étude de terroir**”. *L’homme* nº 1. p. 56-72.

PENNA-FIRME, Rodrigo; BRONDIZIO, E. S. (2017) “**Quilombolas como coletividades verdes: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica**”, Brasil. AMBIENTE & SOCIEDADE (ONLINE), v. 20, p. 141-162.

PEIRCE, Charles S.; MARQUAND, Allan, LADD-FRANKLIN, Christine, MITCHELL, Oscar Howard, GILMAN, Benjamin Ives (1883): “**Studies in logic**”, Johns Hopkins University, Little, Brown and Company, Boston, EUA

POLITA, Fabíola Sostmeyer (2002) “**Diagnóstico territorial do Vale dos Vinhedos: um estudo de caso**”. Florianópolis: UFSC, 2002. 111 p. Monografia de conclusão do curso de graduação em Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina.

POLITA, Fabíola Sostmeyer; BASSO, David (2006): “**Particularidades Do Desenvolvimento Territorial Rural No Vale dos Vinhedos (Bento Gonçalves-Rs)**”, 3º Encontro de Economia Gaúcha 2006, 25 e 26 de maio. Porto Alegre

POLITA, Fabíola Sostmeyer (2006) “**O Processo De Desenvolvimento Do Vale Dos Vinhedos (Bento Gonçalves-Rs)**”, UNIJUÍ, Ijuí, Dissertação de Mestrado, 222 p.

PRÉVOST, P.*et.* LALLEMAND, P. (2010) ***L’approche terroir : pour une démarche de recherche-formation-action***. Communication au congrès international “Innovations and sustainable development in agriculture and food”, Montpellier, 2010. Disponível em: http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/51/25/28/PDF/Prevost_approche-terroir.pdf,

PRÉVOST, P., (2011), “**Enjeux didactiques dans la formation des agronomes: cas de la notion de terroir**”. *Nature-Science-Sociétés*, N° 1-2011. DOI: 10.1051/nss/2011109

PRÉVOST, P.; CAPITAINE, M.; GAUTIER-PELISSIER, F.; MICHELIN, Y.; JEANNEAUX, P.; FORT, F.; JAVELLE, A.; MOÏTI-MAÏZI, P.; LÉRICHE, F.; BRUNSCHWIG, G.; FOURNIER, S.; LAPEYRONIE, P.; JOSIEN, É.; (2014) “**Le terroir, un concept pour l’action dans le développement des territoires**”. *Vertigo - la revue électronique en sciences de l’environnement [En ligne]*, Volume 14 Numéro 1 | mai 2014, mis en ligne le 20 mai 2014, consulté le 18 octobre 2020. URL: <http://journals.openedition.org/vertigo/14807>; DOI: <https://doi.org/10.4000/vertigo.14807>

QUELLIER, Florent. (2007) “**La Table des Français: Une Histoire culturelle (XV e–début XIXe siècle)**” Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

QUINTINIE, Jean de la, (1692.), “**Instruction pour les jardins**”, 2 vols. Paris.

THOMAS, Keith (1983) “**Man and the Natural World: A History of the Modern Sensibility**”. New York: Pantheon.

RABELAIS François; DEMERSON Guy; DEMERSON Geneviève (1995) “**Rabelais: Œuvres complètes**”. Seuil.

RAFFESTIN, Claude (1980): “**Pour une géographie du pouvoir**”. Librairies techniques.

RAFFESTIN, Claude (1993): “**Por uma Geografia do poder**”. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Ática.

RATZEL, (1891) [1909] “**Anthropogeographie. Die geographische Verbreitung des Menschen**”. Disponível em <https://archive.org/details/anthropogeograph00ratz>

RBG (1939), “**Revista Brasileira de Geografia**”, IBGE, Rio de Janeiro, Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7115>

REALE, Miguel (2002) “**Filosofia do direito**”. 20. ed. São Paulo, Editora Saraiva.

REALE, Miguel. (2003) “**Teoria Tridimensional do Direito**”. 5ª ed., Editora Saraiva, São Paulo.

REALE, Miguel (2020) “**Sentido do Novo Código Civil**” Disponível em: www.miguelreale.com.br. Acesso em 07.05.2020

RIEUTORT, Laurent (2012): “**Terroir**”. Hypergeo, Libergéo, pp.1-2. Disponível: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00922129/document>, 2014

RIO GRANDE DO SUL (2020) “**Cantina Strapazzon**” Disponível em <https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/3539/cantina-strapazzon> Acesso em 13.11.2020

RIO GRANDE DO SUL (2020) “**Cantina Strapazzon**” Disponível em <https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/3539/www.caminhosdepedra.org.br#sobre> Acesso em 13.11.2020

ROBIC, Marie-Claire. (1994) “**National Identity in Vidal’s Tableau de la géographie de la France: From Political Geography to Human Geography.**” In *Geography and National Identity*, edited by David J. M. Hooson, 58–70. Oxford: Blackwell.

ROBIC, Marie-Claire (1999) “**L’Identité nationale et ses enjeux: À propos du Tableau de la géographie de la France de P. Vidal de la Blache.**” *Treballs de la Societat Catalana de Geografia* 48: 125–37.

ROBIC, Marie-Claire (2000): “**Spatialités et temporalités de la France du Tableau**”. In: ROBIC, Marie-Claire. *Le Tableau de Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache*. Paris: CTHS.

ROBIC, Marie-Claire ed. (2000) “**Le Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache: Dans le labyrinthe des formes**”. Paris: Committée de travaux historiques et scientifiques.

ROUQUETTE, J.L., (1994). “**Un pays, des hommes, des produits, unerace: chronique du développement agricole et rural del’Aubrac**”. *Études et Recherches sur les systèmes agraires et ledéveloppement*, 28, p. 195-204.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1961). “**La Nouvelle Héloïse.**” In “*OEuvres complètes*”. Editado por Bernard Gagnebin and Marcel Raymond. Vol. 2. Paris: Gallimard.

ROUSSEAU, Jean-Jacques 1969. “**Émile, ou, De l’éducation**” In “*OEuvres complètes*”. Editado por Bernard Gagnebin and Marcel Raymond. Vol. 4. Paris: Gallimard.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1975) “**Fragments politiques**” In “OEuvres complètes”. Edited by Bernard Gagnebin and Marcel Raymond. Vol. 3. Paris: Gallimard.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1997) “**Julie, or the New Heloise**” Tradução e comentário de Philip Stewart e Jean Vaché. Hanover, NH: Dartmouth College Press.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1762) [2004] “**Émile**”. On-line em 1 de abr. de 2004 Disponível para download em <https://www.gutenberg.org/ebooks/author/1286>

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1762) [2009] “**Émile; Or, Concerning Education; Extracts**”, Edição de Jules Steeg; Tradução de Eleanor Worthington. On-line em 9 de nov. de 2009. Disponível em <https://www.gutenberg.org/ebooks/30433>

ROUSSEAU, Jean-Jacques (2010) “**Emile, or On Education**” in: “The Collected Writings of Rousseau”. Tradução e comentário de Christopher Kelly and Allan Bloom. Vol. 13. Hanover, NH: Dartmouth College Press.

SANTOS, M. (1978): “**Por uma Geografia Nova**”. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (1996): “**A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo**”. Razão e Emoção. Hucitec, São Paulo, 3ª edição: 1999

SARMENTO, E. C.; WEBER, E.J., HASENACK, H.; TONIETTO, J.; MANDELLI, F. (2006) “**Topographic modeling with GIS at Serra Gaucha, Brazil: elements to study viticultural terroir**”, In TERROIR VITICOLES 2006 CONGRÈS INTERNACIONAL, 6, 2006, Bordeaux, Terroir viticoles, Bordeaux, Vigne et vin publications internationals, 2006, v 1, p. 365-372

SARMENTO, E.C., (2010) “**Comparação entre quatro algoritmos de aprendizagem de máquina no mapeamento digital de solos no Vale dos Vinhedos**”, RS, Brasil Dissertação de mestrado, UFRGS, 124 p.

SAUER, C.O. (1925) [1998]: “**A morfologia da paisagem**”. In: Paisagem, Tempo e Cultura. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ.

SAUER, C.O (1925) [2012]: “**A Morfologia Da Paisagem**”, Geografia Cultural: Uma Antologia, Vol. 1, edited by Roberto Lobato and Corrêa Zeny Rosendahl, SciELO – EDUERJ, Rio De Janeiro, pp. 181–218.

SCHWARTZMAN, (1979) “**Pesquisa acadêmica, pesquisa básica e pesquisa aplicada em duas comunidades científicas**”. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/acad_ap.htm>. Acesso em Set. 2020.

SILVEIRA, Maria Laura (2010): **“Espaço Geográfico e fenômeno técnico: por um debate substantivo”**. Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, Cap. 8, p. 137-153.

SIMONIN, Michel, ed. **“Dictionnaire des lettres françaises - Le XVI^e siècle”**. Paris: Fayard, 2001.

SKURAS, D; et. VAKROU, A. (2002): **“Consumers’ willingness to pay for origin labelled wine: A Greek case study”**, British Food Journal, Vol. 104 Issue: 11, pp.898-912

SOETARD, M (1994) **“Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)”** in: UNESCO: Oficina Internacional de Educación, vol. XXIV, N. 3-4, p.435-448. © UNESO: Oficina Internacional de Educación, 1999 Disponível em <http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/rousseaus.PDF>

SORRE, Maximilien (1943): **“Les fondements biologiques de la géographie humaine”**, 1: *Essai d’une écologie de l’homme*, pp. 440

SORRE, Maximilien (1947): **“Les fondements biologiques de la géographie humaine”**, 1: *Essai d’une écologie de l’homme* (2 ed.), pp. 440

SORRE, Maximilien (1950): **“Les fondements biologiques de la géographie humaine”**, 2: *Les fondements techniques*, p. 1031

SORRE, Max (2012): **“A Noção De Gênero De Vida e Seu Valor Atual”** Geografia Cultural: Uma Antologia, Vol. 1, edited by Roberto Lobato and Corrêa Zeny Rosendahl, SciELO -EDUERJ, Rio De Janeiro, pp. 317–343.

SOUSA, Fernando De (2003): **“A Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro: (1756-1978)”**. População e sociedade, CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. Porto, Portugal. p. 9-58 Disponível on-line em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/20325>. Acesso em 06/01/20

SOUZA, F.A, (2005) **“Mudanças promovidas no setor vitivinícola do Rio Grande do Sul pela inserção de profissionais especializados nas áreas de viticultura e enologia”** UFRRJ DISSERTAÇÃO (MESTRADO) 145p. Disponível <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/dissertacao/FI%E1vio%20Abreu%20de%20Souza.pdf>

SPGG- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão-RS, 2018, **“Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul/ Estado do Rio Grande do Sul”**, Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre, SPGG, 59 p.

STEWART, Julian H., (1955): **“Theory of Culture Change: The Methodology of Multilinear Evolution”**, University of Illinois Press; Reprint edition -1990

STRECK, E.V. KAMPF, N DALMOLIN, RS NASCIMENTO PC, SCHINEIDER, P, GIASSON, E, PINTO, LFS, (2008) “**Solos do Rio Grande do Sul**” EMATER-RS, Porto Alegre, 2 ED, 222p.

TARDE, Gabriel, (1890), “**Les lois de l' imitation**”. Etude sociologique, Paris, Félix Alcan.

TARDE, Gabriel, (1901), “**L' opinion et la foule**”, Paris, Félix Alcan.

TERROIRS ET CULTURES; UNESCO (2005) “**Charte des terroir**”. Document présentélors des rencontres internationales Planète Terroirs,10 novembre, Paris, Unesco.

TONIETTO, J.; CARBONNEAU, A. (1999) “**Análise mundial do clima das regiões vitícolas e de sua influência sobre a tipicidade dos vinhos: a posição da viticultura brasileira comparada a 100 regiões em 30 países**”. In: Congresso Brasileiro de Viticultura E Enologia, 9., 7 a 10 de dezembro de 1999, Bento Gonçalves. Anais... Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1999, p.75-90. (Jorge ToniETTO e Celito C. Guerra, ed.). Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/145825/1/toniETTO-cbve9.pdf>

TONIETTO, J.; CARBONNEAU, A. (2004). “**A multicriteria climatic classification system for grape-growing regions worldwide**”. Agricultural and Forest Meteorology, 124/1-2: 81-97.

TONIETTO, Jorge (2007): “**Afinal, o que é terroir?**”. Artigo, Revista Bom Vivant, Abril editora. Pp. 8.

TONIETTO, Jorge; FALCADE, I. (2018) “**Indicações Geográficas de Vinhos do Brasil. A Estruturação e a Valorização da Produção nos Territórios do Vinho**”. Territoies du Vin, v. 9, p. 1, 2018. Disponível <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/538724> 144 p.

TUAN, Yi-Fu: (1975): “**Place: An Experiential Perspective**”. Geographical Review, Vol. 65, No. 2. pp. 151-165.

VARAGNAC, A. (1929) “**Instinct et technique, remarques sur les conditions externes du comportement humain**”, Paris : Librairie moderne de droit et jurisprudence, 19 p.

VARAGNAC, A. (1945) “**Architecture et tradition**” in: Voir: Homme (L') et l'architecture... Nº 5-6. Nov. Déc, Paris.

VARAGNAC, A. (1948 a.) “**Civilisation traditionnelle et genres de vie**”, Albin Michel, Paris.

VARAGNAC, A. (1948 b.) “**Le Temps folklorique**” In “L'Amour de l'Art” nº spécial “La Mesure du Temps...” Edition, Paris.

VARAGNAC, A. (1948 c.) “**Folklore, ethnographie et archéocivilisation**” in: Communication présentée à la section de géographie du 74ème congrès des Sociétés savantes à Paris, le 2 avril 1948.

VAUDOUR, E., (2001 a.) “**Diversité des notions de terroir: pour unconcept de terroir opérationnel**”, Revue des œnologues, 101,39-41

VAUDOUR, E., (2001 b.) “**Les terroirs viticoles. Analyse spatiale et relation avec la qualité du raisin. Application au vignoble AOC des côtes-du-rhône méridionales**”. Thèse de doctorat en sciences du sol, Institut national agronomique Paris-Grignon, Paris.

VAUGELAS, Claude Favre de. (1647) “**Remarques sur la langue française: Utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire**”. Paris: J. Camusat.

VAUGELAS, Claude Favre de. (1647) [1971] “**Remarques sur la langue française: Utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire**”. Paris, Hachette, 1971 Disponible em https://data.bnf.fr/12232254/claude_favre_de_vaugelas_remarques_sur_la_langue_francaise/

VAUGELAS, Claude Favre de. (1647) [1973] “**Remarques sur la langue française: Utiles à ceux qui veulent bien parler et bien écrire**”. Paris, France-Expansion, 1973 Disponible em https://data.bnf.fr/12232254/claude_favre_de_vaugelas_remarques_sur_la_langue_francaise/

VEGARA, Sylvia Constant (2010) “**Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**”. 12. ed. São Paulo: Atlas.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1886) “**Des rapports entre les populations et le climat sur bords européens de la Méditerranée**”. Revue de Géographie, 401-19.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1902 a.) [1997], “**Routes et chemins de l'ancienne France**”, Strates on-line. Disponible <http://journals.openedition.org/strates/620>; DOI: <https://doi.org/10.4000/strates.620> Acesso 08.10.2020

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1902 a.), “**Routes et chemins de l'ancienne France**” Un article publié dans la revue Bulletin de géographie historique et descriptive, 1902, p. 115-126. Une édition numérique à venir par M. Michel Côté, bénévole, aménagiste, MRC de Bécancour. Dernière mise à jour de cette page le Par Jean-Marie Tremblay, sociologue. Disponible em: http://classiques.uqac.ca/classiques/vidal_de_la_blaque/routes_chemins_france/routes_chemins_france_texte.html

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1902 b.): “**As condições geográficas dos fatos sociais**” Conferência feita na École des Hautes Études sociales e

publicada nos Annales de Géographie, année XI, no. 55, pp. 13-23. Tradução: Guilherme Ribeiro, Revisão Técnica: Rogério Haesbaert.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1994) [1903]: “**Tableau de la géographie de la France**”. Paris: La Table Ronde.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul, (1911): “**Les genres de vie dans la Géographie Humaine**” Premier article, *Annales de Géographie*, n.111, ano XX, tomo 20;

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1911): “**Os Gêneros de Vida na Geografia Humana**” Primeiro artigo. Versão original: Annales de Géographie no 111, ano XX, tomo XX, 15 de maio de 1911. Tradução: Maria Regina Sader e Simone Batista. Revisão: Rogério Haesbaert. *GEOgraphia*, ano 7, n 13, 2005 p. 113-130

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1913) “**As Características Próprias da Geografia**” Transcrito dos Annales De Géographie, 22 (124): 289•299, 1913. Título do original: “**Des caractères distinctifs de la Géographie**”. Tradução de Odete Sandrini Mayer.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul (1922): “**Principes de géographie humaine**”, MARTONNE, Emmanuel de (org). Paris, Armand Colin.

VIRGÍLIO (*Publius Vergilius Maro*) [1973] “**Les Géorgiques**”, Tradução de Maurice Rat. Paris, Garnier-Flammarion.

VIRGÍLIO (*Publius Vergilius Maro*) [1999] “**Georgics**” Traduzido por H. Rushton Fairclough. Harvard University Press, Everyman’s Library.

VITRUVIUS (1547) “**Architecture ou Art de bien bâtir**” Traduzido por Jean Martin. Paris, J. Gazeau.

VOLTAIRE (1736) [1877] “**Le Mondain.**” In “*Oeuvres complètes de Voltaire*”, vol. 10. Paris: Garnier.

VOLTAIRE (1736) [2020]. “**Le Mondain.**” Disponível em <https://mrworldling.com/voltaire-the-worldling-le-mondain/> Acesso em 15.12.2020

WESTFALL, Richard S. “**Robert Hooke**”. Rice University (The Galileo Project). <http://galileo.rice.edu/library.html> Consultado em 19.7.2020

WINKLER, A.J. (1965) “**Viticultura**”. Companhia Editorial Continental, México, 792p.

WTO-WORLD TRADE ORGANIZATION (OMC), (1994) “**TRIPS**”, *Rodada Uruguia*, https://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips_04b_e.htm#3 Seção 3 Artigos 22, 23 e 24. Acesso em 20.05.2019

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO), (2020) **“Países membros”** Disponível em <https://www.wipo.int/members/en/> Acesso em 20.05.2019

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO), (2020) **“História”** Disponível <https://www.wipo.int/about-wipo/en/> Acesso em 20.05.2019

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **“Arreglo de Madrid relativo a la represión de las indicaciones de procedencia falsas o engañosas en los productos” [1891], 1995** Disponível <<http://www.wipo.int/treaties/es/registration/madrid/> Acesso em 22.05.2019

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO) (1958) [1979] **“Arreglo de Lisboa relativo a la Protección de las Denominaciones de Origen y su Registro Internacional”**, 1979, Disponível <http://www.wipo.int/treaties/es/registration/lisbon/> Acesso em 22.05.2019

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO) (1979) [2020] **“Emenda de 1979: Dispõe sobre que adesão ao Tratado de Lisboa será aberta aos membros da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, de 1883”** Disponível <http://www.wipo.int/treaties/es/registration/lisbon/> Acesso 22.05.2019

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO), (2015) **“Genebra Act”** Disponível em https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_239.pdf Acesso em 22.05.2019

WIPO et. INPI (2020) **“Curso Geral de Propriedade Intelectual”** (DL101PBR) disponível para matrícula em <https://welc.wipo.int/acc/index.jsf> Curso realizado no segundo semestre de 2020.